UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

O entendimento de valores olímpicos por atletas olímpicos brasileiros

Carlos Rey Perez

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

O entendimento de valores olímpicos por atletas olímpicos brasileiros

Carlos Rey Perez

São Paulo

2017

CARLOS REY PEREZ

O entendimento de valores olímpicos por atletas olímpicos brasileiros

Tese apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Estudos Socioculturais e Comportamentais da Educação Física e Esporte

Orientadora: Prof^ª Dr^a Katia Rubio

São Paulo

2017

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca

Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo

Perez, Carlos Rey

O entendimento de valores olímpicos brasileiros / Carlos Rey

Perez. – São Paulo : [s.n.], 2017.

116p.

Tese (Doutorado) - Escola de Educação Física e Esporte
da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Katia Rubio

1. Olimpismo 2. Ética 3. Atletas I. Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Autor: PEREZ, Carlos Rey

Título: O entendimento de valores olímpicos por atletas olímpicos brasileiros

Tese apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Data: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

*Dedico este trabalho aos meus pais, Ofélia e Manuel, que, apesar da partida, estão sempre
ao meu lado.*

À minha família,

Maria Isabel, um anjo em minha vida.

Amanda, sempre com um sorriso no rosto.

Elenice. Linda. Meu amor. Que sempre me apoiou incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, participaram da minha trajetória profissional e acadêmica que culminou com este trabalho.

À Prof^a Dra. Katia Rubio, que sempre está disposta a escutar e, principalmente, aconselhar, em todos os momentos prazerosos e difíceis. Um exemplo de dedicação, ética e profissionalismo. Minha eterna gratidão e lealdade.

A todos os amigos e colegas do Grupo de Estudos Olímpicos (GEO): Luciana Angelo, Gabriela Gonçalves, Julia, Maria Alice, Natália, Luciane Tonon, Sergio, Neilton, Rafael, Dhênis, Marcos Nishida, Isaias, Rovilson, Willian.

Em especial ao Vilson, Birigui, que é incansável no seu trabalho, pela coragem em enfrentar as dificuldades da vida.

Aos atletas olímpicos brasileiros que participaram direta e indiretamente deste trabalho, com suas maravilhosas histórias de vida, que tocam no fundo do coração das pessoas, sendo sempre exemplos de amizade, coragem, respeito, excelência, inspiração, determinação e igualdade.

Ao Capes, pelo apoio financeiro.

RESUMO

PEREZ, C. R. O entendimento dos valores olímpicos por atletas olímpicos brasileiros. 2017. 121 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

O esporte na sociedade contemporânea se constitui como uma prática valorizada pautada em tradições, valores e excelências. Esse conjunto de características é próprio de um sistema ético e moral. Pierre de Coubertin, ao criar os Jogos Olímpicos da Era Moderna, pensou o esporte como uma filosofia de vida, o Olimpismo, que exalta e combina, em equilíbrio, as qualidades do corpo, da mente e da alma. O esporte, como fio condutor das relações interpessoais, poderia, de certa forma, expor valores e comportamentos significativos, constitutivos de uma identidade cultural, fornecendo um contexto de potencial educativo, bem como uma plataforma de atitudes éticas e de valores indispensáveis à vida social e individual. Disso surgem os valores olímpicos, entendidos como valores humanos, (amizade, coragem, respeito, excelência, inspiração, determinação e igualdade) que podem ser um meio de reforçar a identidade pessoal e fortalecer a capacidade de alcançar objetivos por meio do esporte. O objetivo deste trabalho é discutir a compreensão que atletas olímpicos brasileiros têm dos chamados valores olímpicos, entendendo estes como virtudes morais. Para tanto, serão analisadas as histórias de vida de dez atletas olímpicos, situando-os em momentos históricos distintos: 1948-1984 (fase do amadorismo); 1988-2016 (fase do profissionalismo). Os atletas procuraram expor o seu conceito sobre cada valor e suas narrativas convergiram para os mesmos entendimentos, muito embora, os atletas da fase do profissionalismo deram uma ênfase maior a questões relacionadas com a competitividade e perfeccionismo, possivelmente fruto do ambiente em que a concorrência e os níveis de excelência exigidos são determinantes para o sucesso em suas carreiras atléticas. Desse modo, é possível afirmar que os valores não foram alterados com a mudança do amadorismo para o profissionalismo, mas revalorizados em função das transformações na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Olimpismo; valores olímpicos; ética; narrativa biográfica.

ABSTRACT

PEREZ, C. R. The understanding of Olympic values by Brazilian Olympic athletes. 2017. 121 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

Sport in contemporary society is a valued practice based on traditions, values and excellence. This set of characteristics is characteristic of an ethical and moral system. Pierre de Coubertin, in creating the Olympic Games of the Modern Era, thought that sport as a philosophy of life, Olympism, that exalts and combines, in balance, the qualities of body, mind and soul. Sport, as the guiding thread of interpersonal relations, could, in a way, expose significant values and behaviors, constituting a cultural identity, providing a context of educational potential, as well as a platform for ethical attitudes and values indispensable to social and individual life. Out of this comes Olympic values, understood as human values (friendship, courage, respect, excellence, inspiration, determination and equality) that can be a means of reinforcing personal identity and strengthening the ability to achieve goals through sport. The objective of this work is to discuss the understanding that Brazilian Olympic athletes have of the so-called Olympic values, understanding these as moral virtues. To do so, the life histories of ten Olympic athletes will be analyzed, situating them in different historical moments: 1948-1984 (amateur phase); 1988-2016 (professionalism phase). The athletes try to expose their concept on each value and their narratives converge to the same understandings, although the athletes of the professionalism phase put a greater emphasis on issues related to competitiveness and perfectionism, possibly fruit of the environment where competition and levels Of excellence required are key to success in their athletic careers. Thus, it is possible to affirm that the values were not altered with the change from amateurism to professionalism, but revalued by the transformations in contemporary society.

Keywords: Olimpism; Olympic values; ethics; biographical narratives.

SUMÁRIO

1	MEMORIAL	10
2	OBJETIVO	14
3	MÉTODO	15
4	APROXIMAÇÕES COM OS VALORES OLÍMPICOS.....	18
5	A VIRTUDE COMO FORMADORA DO CARÁTER.....	21
6	OS VALORES À LUZ DO PROCESSO CIVILIZADOR.....	28
7	O PAPEL DO ESPORTE NO PROCESSO CIVILIZADOR.....	35
8	VALORES OLÍMPICOS COMO VIRTUDES	38
	8.1 AMIZADE.....	46
	8.2 CORAGEM	53
	8.3 RESPEITO.....	59
	8.4 EXCELÊNCIA	63
	8.5 INSPIRAÇÃO	66
	8.6 DETERMINAÇÃO	68
	8.7 IGUALDADE	70
9	VALORES OLÍMPICOS PELOS ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS.....	78
	9.1 AMADORISMO/PROFISSIONALISMO: UMA MUDANÇA NOS VALORES OLÍMPICOS.....	79
	9.2 VALORES OLÍMPICOS PELOS ATLETAS OLÍMPICOS AMADORES	84
	9.3 VALORES OLÍMPICOS PELOS ATLETAS OLÍMPICOS PROFISSIONAIS	104
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	121

1. MEMORIAL

Não lembro quando ouvi ou li pela primeira vez a expressão Jogos Olímpicos. Lembro que, na minha infância, o esporte fazia parte da minha vida, de uma maneira formal nas aulas de Educação Física, ou mesmo nas brincadeiras de rua, quando estendíamos uma corda ou pedaço de barbante para fazer de rede de voleibol e jogávamos uma tarde inteira. Contudo, minha paixão era o basquetebol, fazia parte da equipe da escola onde estudava. Era uma escola estadual de ensino fundamental. Não era muito bom naquilo, mas, somente estar presente nos treinamentos, que aconteciam no contraturno da aula regular, ou simplesmente participar das competições, era maravilhoso. Aliás, as aulas de Educação Física também eram no contraturno. Em suma, passava praticamente o dia inteiro na escola. Como treinar no fim de semana para aprimorar as minhas qualidades técnicas no basquetebol? Tive a brilhante ideia de fazer minha própria quadra para praticar naqueles dias sem treino. Busquei um pedaço de madeira que servisse de tabela e um ferro de construção para o aro, pendurei na parede e, pronto! Tinha minha quadra de basquetebol. Passado algum tempo, terminei o ensino fundamental, mudei de escola, porque onde eu estava, havia somente o ensino médio no período noturno. Novas expectativas, novos colegas, novos caminhos. Procurei saber se naquela escola tinha algum tipo de turma de treinamento. Durante as aulas de Educação Física, descobri que era treinamento de voleibol. Descobri, também, que a escolha da modalidade variava de acordo com o gosto do professor atuante na escola. Fiz um teste. Num primeiro momento, não fui escolhido; afinal, não tinha muita experiência com a modalidade. Fui persistente, perguntei ao professor se poderia, pelo menos, treinar junto. A resposta foi negativa. Mesmo assim, ia aos treinos e ficava olhando. Depois de algum tempo, o professor me incorporou à equipe. Era o 12º jogador, o último escolhido para qualquer coisa, porém, não tinha importância. Estar naquele ambiente de treino e de competição era o que mais queria na vida.

Foi nessa época que precisei que decidir meu futuro profissional. Hoje, sei que escolher uma carreira é extremamente complexo. Fui ao que estava muito próximo de mim. Conversei com o professor de Educação Física sobre essa carreira. Coincidentemente, entrou em funcionamento, bem ao lado de minha casa, uma academia de musculação. Não sabendo muito o que era aquilo, fiz minha inscrição. Além disso, outros colegas da escola estavam pensando em seguir o mesmo caminho. Tudo isso ajudou. E a resposta estava bem clara, fazer o curso de Educação Física. Fiz o vestibular, passei em uma faculdade particular. Vivi aquilo intensamente! Três anos de muita dedicação e, finalmente, me formei. Meu primeiro emprego

foi em uma escola de natação, ainda quando estava na faculdade. Fui trabalhar com administração esportiva em um clube sócio-esportivo logo após a formatura. Minha jornada de trabalho era, praticamente, de segunda a segunda-feira. Nos finais de semana era quando mais trabalhava. Para meu maior encanto, o clube tinha uma equipe de basquetebol adulta, cujos atletas eram os ditos “amadores”, mas, sabidamente profissionais. Desisti. Pedi demissão. Minha vocação estava em outro tipo de ambiente, o educacional. Tentei trabalhar em escolas particulares; como não tinha experiência com o pedagógico, tive muitos “nãos”. Obtive minha primeira oportunidade em uma escola, como professor substituto, na rede de ensino público estadual. Era a mesma escola onde havia cursado o ensino fundamental. Encontrei muitas dificuldades em relação ao ambiente escolar; indisciplina dos alunos; falta de organização; baixos salários; mas, alguma coisa muito me atraía.

Passados alguns anos, senti que precisava melhorar como profissional e a Rede Estadual não cumpria com seus deveres em relação ao aprimoramento profissional dos seus professores. Decidi fazer uma pós-graduação. Mas, em quê? Lembrei que um dos meus sonhos era ser técnico esportivo, mas, nunca encontrei uma oportunidade para realizar esse sonho. Fiz um curso de especialização em treinamento esportivo e, a partir disso, consequentemente, busquei o mestrado. Tinha que ser em uma área que estivesse próxima ao meu cotidiano. Escolhi fazer Comportamento Motor, área que, numa primeira análise, tinha relação direta com minha prática profissional e com uma de minhas principais características: a praticidade. Aquele ambiente acadêmico me fascinou. Criar, a partir de uma ideia, era incrível. Minhas ideias estavam sempre voltadas para a resolução de problemas da prática profissional. Mas isso foi ficando distante no momento em que percebi que esse não era o objetivo da instituição.

Concluído o mestrado, o próximo passo era fazer doutorado e seguir carreira acadêmica. Pouco tempo depois, o orientador do mestrado mudou para a Escola de Artes, Ciências e Humanidades, localizada no campus USP Leste e montou um grupo de pesquisa em comportamento motor. Como aquele departamento fora criado há pouco tempo, os programas de pós-graduação estavam apenas iniciando, na área de Educação Física e esporte ainda nada existia. Passados dois anos e sem perspectiva de cursar o doutorado, tentei voltar ao laboratório que frequentava, quando cursei fiz o mestrado. A experiência não foi das mais agradáveis. Conversei com dois professores que poderiam estar mais próximos das minhas ideias. O primeiro, depois de pedir algum tempo para refletir, não me aceitou como orientando. O segundo, com certo distanciamento, não me rejeitou com a ênfase do primeiro, mas insinuou que havia um grande número de pessoas esperando uma vaga e que não era

possível aceitar, naquele momento, outros pleiteantes. A esperança inicial se tornou decepção, mas, apesar de tudo, aquelas conversas não foram em vão. Como tinha trabalhado com uma variável psicológica no mestrado, um deles sugeriu que procurasse alguém dessa área dentro da universidade. Lembrei dos poucos encontros com a professora Katia Rubio para tirar algumas dúvidas sobre o tema. Então, fui procurá-la, visando a possibilidade dela me orientar no doutorado. Para minha surpresa e encantamento, a proposta de orientação foi prontamente aceita, com apenas uma condição: frequentar as reuniões do Grupo de Estudos Olímpicos. Meu desempenho dentro do grupo seria a porta de entrada para o doutorado. Sem tempo para pensar, sem ter que entrar em uma fila que eu não sabia onde começava e onde terminava, descobri, também, o mundo do Olimpismo.

Mudei de ares, ou melhor, de laboratório. Com isso, vieram novos desafios, novos caminhos e a chance de estudar algo novo. Encontrei nas pessoas que fazem do esporte aquilo que o torna complexo e intrigante e, ao mesmo tempo, simples e excitante, uma forma de concretizar meus ideais de vida, de ser uma boa pessoa. Em outras palavras, no atleta olímpico vislumbrei a oportunidade de unir aquilo que sempre fez parte de mim, como aluno, esportista e professor.

Logo fui inserido no projeto Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros em que, através das histórias de vida dos brasileiros, que foram a uma edição dos Jogos Olímpicos, contar a trajetória do esporte brasileiro. Lembro da primeira entrevista da qual participei, a do jogador de basquetebol Marquinhos, isso era novembro de 2011. Cada detalhe, cada palavra foi como uma sinfonia para meus ouvidos. Logo me dispus a fazer as entrevistas para o projeto. Aproveitei uma viagem para visitar minha família no fim desse ano, na região de Araraquara, para fazer minha primeira entrevista. Foi com a também jogadora de basquetebol, Roseli. Estive em sua casa e sempre me vem à lembrança aquele cheiro de laranja proveniente das indústrias de suco da cidade.

Deparei-me com um novo universo de oportunidades acadêmicas, novos autores, teorias e paradigmas. Um mundo de novas ideias e aprendizados, campos de conhecimento sobre os quais não tinha nenhuma referência e, principalmente, as discussões sobre filosofia e ética. Dentro dos autores estudados estão Yves La Taille, Michael McNamee, Jim Parry, Alan MacIntyre, Norbert Elias, Eric Dunning, Eric Hobsbawn, entre outros.

Rodei o Estado de São Paulo ao encontro dos atletas; indo ao Pará e ao Amapá, Curitiba e Porto Alegre, sempre na incumbência de fazer da entrevista uma forma de entrar na alma e no âmago do entrevistado. Ao final de alguns anos, embora não tendo um número exato, totalizei cerca de 150 entrevistas. Contudo, meu grande legado para o projeto foi na

busca do atleta olímpico.

Criando uma sistemática de busca e de encontro dos atletas, através da *internet*, sites de buscas, e-mail, *facebook*, lista telefônica, falando com familiares, amigos e empresas, foram esses alguns dos meios utilizados para o contato e o agendamento da entrevista. Com isso, uma rede de informações foi organizada e outros integrantes do Grupo de Estudos Olímpicos puderam dela se alimentar para dar continuidade ao resgate da memória olímpica brasileira.

A cultura, o conhecimento e a linguagem são traços característicos daquilo que humaniza as pessoas. A essência do ser humano é ser livre, ambíguo, imperfeito, produtor de cultura e de viver em sociedade. Toda herança cultural se constituiu com base em dois princípios fundamentais à sobrevivência da espécie: a resistência e a necessidade de superação de adversidades naturais e sociais. Nossa capacidade de abstração nos permitiu transformar profundamente a natureza e o mundo. E, através dos símbolos e da linguagem, nos tornamos capazes de compreender os outros e a nós mesmos, de exprimir sentimentos, e de compartilhar valores. No entanto, a história nos mostra que as relações humanas nem sempre, ou quase nunca, se desenvolveram de forma tranquila. Por séculos, guerras e revoluções serviram de palco à busca pela defesa e hegemonia da própria cultura, enquanto que o diálogo pacífico entre diferentes sistemas culturais e de valores se reduziu à dimensão das ideias e das impraticáveis utopias.

2. OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é discutir a compreensão que atletas olímpicos brasileiros têm dos chamados valores olímpicos, entendendo estes como virtudes morais. Para tanto, serão analisadas as histórias de vida de dez atletas olímpicos, situando-os em dois momentos históricos distintos, a saber: 1948-1984 (momento marcado pelo amadorismo); 1988-2012 (momento marcado pelo profissionalismo).

3. MÉTODO

Esta pesquisa utilizará como metodologia as narrativas biográficas, conforme Bosi (1994; 2004), Poirier, Valladon e Raybaut (1999), Rubio (2001, 2006, 2016), colhidas junto aos protagonistas da participação brasileira em Jogos Olímpicos.

As narrativas biográficas são uma faceta das histórias de vida que, por sua vez, pertencem ao universo da história oral. A civilização se desenvolveu em torno dos acontecimentos narrados pelas pessoas e transmitidos de geração em geração. Diferentemente da história cronológica, que convencionamos detalhar através do tempo representado pelo calendário, a história oral refere-se a relatos que transpassam as minúcias do relógio e constroem uma estrutura de entendimento que é independente do tempo. Para Bruner (1997), narrar ajuda a formar significados e o conhecimento que construímos a respeito do mundo e de si mesmo, decodificando e predizendo nossas experiências pessoais e, com isso, permitindo dizer algo significativo sobre quem somos. Os sistemas simbólicos que as pessoas usam para construir significados são sistemas profundamente enraizados na cultura e na linguagem, que já estavam presentes antes mesmo do nascimento. Essa significação humana sobre a experiência vai ser elaborada pela narração, pois possibilita à pessoa interpretar os fatos vivenciados, construindo uma significação pessoal sobre eles e, assim, integrar-se com o mundo. Nesse sentido, o significado é uma produção única, singular de cada pessoa e a maneira pelo qual interpreta suas experiências.

Como escreve Meihy (1994, p. 56): “História de vida remete ao registro da experiência pessoal”. As histórias de vida são uma forma particular de história oral. Um instrumento para captar e organizar a memória que interessa ao pesquisador por apreender valores que transcendem o caráter individual do que é transmitido e que se insere na cultura do grupo social ao qual o sujeito que narra pertence. O relato em si traz o que o narrador considera importante em sua trajetória, dando uma ideia do que foi sua vida e do que ele mesmo é nesse momento. Desse modo, mais do que buscar na memória, como um arquivo onde ficam guardados os fatos vivenciados, integramos com o contexto em que isso ocorreu, trazendo à tona um vasto repertório de significações: “[...] e a relação entre memória e visão de mundo leva os indivíduos a projetarem mais do que lembranças quando narram. (MEIHY, 1994; p. 57)”. Essa atitude reflexiva permite a re-experimentação de situações passadas, não apenas do ponto de vista do desenrolar dos fatos, mas pela ressignificação de episódios marcantes para o narrador, que se permite inverter (ou subverter) a narrativa obedecendo a uma cronologia própria da afetividade implicada no evento ocorrido, dando ao seu texto um contexto

(QUEIROZ, 1988; RUBIO, 2004; 2006).

O contexto que, invariavelmente, colocamos como um aglutinador das lembranças remete ao tratamento, que Halbwachs (2013) convencionou de Memória Coletiva, uma identidade coletiva das lembranças e imaginários armazenados por um determinado grupo. Para Halbwachs, não há a análise da memória e a localização das lembranças se não levarmos em consideração os contextos sociais que agem como apoio ao trabalho de reconstrução da memória.

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Entende-se que, ao descrever a substância social da memória, evidencia-se que o modo de lembrar é individual, tanto quanto social: o grupo transmissor retém e reforça as lembranças. O recordador, ao trabalhá-las, vai, paulatinamente, individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que permaneça aquilo que tem significado. Bosi (1994; 2004) afirma que toda memória pessoal é também social, familiar e grupal e, por isso, ao recuperá-la, é possível captar os modos de ser do indivíduo e da sua cultura.

Contar para os outros sobre nós mesmos, não é algo tão simples. Primeiramente, requer que saibamos quem somos e, posteriormente, saber qual a nossa colocação no mundo. Por meio das narrativas, podemos construir nossa identidade, na expressão das palavras podemos dizer quem somos e quem queremos ser. Para Ricoeur (2000), a narrativa constrói o caráter durável de um personagem, que se pode chamar de identidade narrativa. O conhecimento de si próprio é uma interpretação, que encontra na narrativa uma mediação privilegiada. Se não é possível um conhecimento direto de nós próprios, nada impede uma mediação interpretativa de nós mesmos, através do uso de uma linguagem narrativa.

Segundo Bruner (2014), o narrador molda o conhecimento conforme os seus anseios e receios. Tecer e compartilhar histórias nos faz hábeis para imaginar o que aconteceria se. A narrativa é uma recontagem de planos humanos que não saíram como previsto, de expectativas que foram frustradas. Narrar é fortalecer outra condição humana que diz respeito à sua capacidade imaginativa de conceber inúmeras situações, ora hipotéticas ora concretas, que estão interligadas com nossa liberdade de escolha. Construimos e reconstruimos nossas

narrativas constantemente para satisfazer as necessidades das situações que encontramos e, fazemos isso, segundo as orientações de nossas memórias do passado e de nossas esperanças e receios do futuro. Falar de si mesmo é fabricar uma história sobre quem e o que somos; o que aconteceu e porque fazemos o que estamos fazendo.

Nessa perspectiva, as narrativas biográficas são constituídas de um arcabouço textual que surge de um encontro entre as pessoas. Devemos compreender o que é narrado, quem é o narrador e como a narrativa foi construída no exato momento do encontro entre o pesquisador e o pesquisado. Esse conhecimento compartilhado e outras subjetividades permite adentrarmos em campos aparentemente distintos, da experiência de vida com o acadêmico. As experiências de vida das pessoas são, *a priori*, uma reflexão de contexto social e cultural de onde vivem e formam suas identidades pessoais, bem como coletivas.

Assim, reconstruir o que foi vivenciado e saber em que medida isso é constituinte de sua vida atual referenciado por suas ações é o processo de análise da narrativa. A narrativa, por si só, traduz uma forma de nos localizar no mundo em que vivemos e, ao mesmo tempo, encontrar soluções e significados para o bem viver e para a elaboração de planos para o futuro.

4. APROXIMAÇÕES COM OS VALORES OLÍMPICOS

Em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve uma alteração significativa no cenário mundial, com uma divisão em dois blocos político-militares comandados pelas duas superpotências emergentes (EUA e URSS). Seguiu-se uma época de crescimento econômico e otimismo em que os bens de consumo foram largamente adquiridos com o fim da escassez de matéria prima. É um período de retorno às formas tradicionais de vida, estremecidas com a guerra. O Brasil, no imaginário social, acreditava estar no caminho do desenvolvimento, principalmente, por adotar estilo de vida capitalista, próximo do modelo consumista dos Estados Unidos. Com o desenvolvimento tecnológico, os meios de comunicação difundiram-se rapidamente sendo fundamentais para a disseminação da noção nacionalista e ideologia de que o caminho mais curto para o progresso era via crescimento econômico e que foram acompanhadas por outras transformações sociais, como o processo de êxodo da população rural para os grandes centros urbanos na busca pelo emprego.

Com o passar do tempo, entre as décadas de 1960 e 1980, o modo capitalista passou por uma crise, surgindo uma forte reação cultural ao otimismo superficial das relações de capital e da mentalidade conservadora que dominava a sociedade. A expansão econômica deu lugar um período de recessão, que culminou com uma crise de valores e o conflito de gerações no comportamento ético e cultural, em que a juventude passou a reivindicar a liberdade de expressão, causando uma ruptura nas relações sociais dominantes. Para Pais (1990), essa época foi marcada pelos movimentos estudantis e uma mudança de paradigma entre uma juventude cética, pragmática e individualista para uma militante, utópica e solidária.

A partir desse momento, o mundo se reordena para uma globalização neoliberal; a concentração de renda e a diferença entre ricos e pobres refletem-se, claramente, na elaboração de políticas sociais, em que a mercantilização dos processos e contratos sociais baseiam-se na economia de mercado e na dominação econômica e as desigualdades sociais ganham predominância em que a ideia de cidadania passa a compreender direitos civis, políticos e sociais.

O estudo do Movimento Olímpico buscou dar significância à compreensão da estrutura social e valores da sociedade contemporânea, como por exemplo, à questão do amadorismo imposta pela aristocracia inglesa do final do século XIX, como divisor daqueles que podiam praticar o esporte, em detrimento da classe operária sujeita às atividades atléticas, tendo por finalidade a produtividade nas indústrias; ou, a procura da hegemonia global entre

capitalistas e socialistas, buscando, na excelência esportiva, o paralelo para as disputas no campo político e econômico. Ou, ainda, no final do século XX, com a profissionalização do esporte, como as questões relacionadas ao *marketing* e ao ganho financeiro colocaram em risco os valores centrais do esporte olímpico, preconizados um século antes. Novos temas se fazem presente na agenda olímpica como a sustentabilidade, a transparência econômica e a igualdade, de fato, de gênero.

Na concepção de Pierre de Coubertin, o criador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, a aproximação das manifestações esportivas com um imaginário heroico impulsionaria a inserção do esporte como dispositivo pedagógico e caminho de transformação do caráter humano. O esporte, como fio condutor das relações interpessoais, poderia, de certa forma, expor valores e comportamentos significativos, constitutivos de uma identidade cultural, fornecendo um contexto de potencial educativo, bem como uma plataforma de atitudes éticas e de valores indispensáveis à vida social e individual. Diante disso, o Movimento Olímpico propôs um código de conduta para nortear as ações de todos os envolvidos com as atividades olímpicas, sejam estas competitivas, administrativas ou voluntárias. Esse código se baseia em um conjunto de valores, dentre os quais se destaca a amizade, o respeito, a coragem, a determinação, a inspiração, a excelência e a igualdade; princípios indicadores do que se poderia ver de mais sublime no ser humano.

Em essência, valores olímpicos são virtudes humanas ressignificadas pelo Movimento Olímpico intrinsecamente influenciado pelos ideais gregos de *areté*, conceito que pode ser compreendido como a virtude e a hombridade, cujo possuidor estaria mais próximo de um ideal heroico, que engloba tanto virtudes físicas quanto espirituais.

Dar sentido ao mundo é um dos primeiros desejos do ser humano, bem como o querer que as coisas aconteçam de um determinado modo. Assim nasce o mito, narrativa capaz de esclarecer fenômenos da natureza, afastando o medo e a incerteza que, desde as sociedades mais primitivas, nos consomem. O mito é capaz, ainda, de fixar modelos exemplares para todas as funções e atividades humanas, dando à afetividade e à imaginação papéis preponderantes no processo de legitimação de verdades, sem que estas necessitem de comprovação.

Ao atleta olímpico e, por conseguinte, aos esportistas de um modo geral, pressupõe-se a compreensão e a valorização das regras, rituais e tradições do esporte e das atividades esportivas, bem como a distinção entre o que sejam práticas boas e más. Tal atributo relaciona-se, diretamente, com a questão da moralidade, uma vez que o esporte requer do atleta capacidade de julgamento moral e de comportamento responsável, mesmo em

condições desafiadoras, em demonstração de respeito ao outro.

Segundo La Taille (2000), as virtudes são de extrema importância por possibilitarem uma leitura valorativa de si e dos outros. Fazem parte do quadro de referências, a partir do qual podemos nos compreender humanos. Pressupõe-se que esse quadro de referências está organizado segundo valores morais e éticos próprios de cada comunidade e momento histórico, presente em cada pessoa, da qual se espera, dentre outras coisas, virtuosidade, não apenas no agir, mas no querer ser.

O atleta olímpico, como ator principal do maior evento esportivo e sociocultural do planeta, personifica o mito heroico da redenção, tornando-se referencial de sucesso, dedicação e excelência. Permite-nos, assim, uma leitura representativa do mundo atual e da condição humana (RUBIO, 2001).

5. A VIRTUDE COMO FORMADORA DO CARÁTER

Nos dias atuais, vive-se na chamada “sociedade da informação” e comunicação em um contexto de globalização no qual pessoas e culturas interagem à margem de um amplo espectro de diversidade política, econômica, social, cultural, étnica, racial e religiosa. A informação transita em grande velocidade e em enorme quantidade, tornando um desafio a escolha do dado mais relevante e significativo. O deslocamento das fronteiras leva a uma perda de referências, forçando a sociedade a buscar respostas para situações que se apresentam complexas e inusitadas, apontando para aspectos dicotômicos como previsibilidade/imprevisibilidade, continuidade/descontinuidade e universalização/fragmentação (HOOF, 2006), nesse contexto, e com o avanço tecnológico, destaca-se a superficialidade nas relações humanas e uma desumanização dos aspectos interpessoais. As respostas sociais estão mais dependentes das normas e regras do bem-estar do que da racionalidade, do pensar sobre a ação. Ocorre, então, uma barreira à espontaneidade, diminuindo nossa competência perceptiva e criativa. Assim, por exemplo, o estímulo de sacrificar nossos próprios interesses em favor do outro se perde e a dificuldade que nos apresenta é conciliar os interesses pessoais com os coletivos de uma sociedade, que está em constante transformação. Diante dessa perspectiva em que não há uma regularidade das instituições e a sociabilidade está em declínio, a virtude humana pode fornecer meios de regulação para que os sistemas sociais sejam mais estáveis e duradouros (HOOF, 2006).

La Taille (2002) entende que cada cultura, em geral, e cada pessoa, em particular, sente a necessidade de pensar e julgar os valores e virtudes humanos (como por exemplo, a coragem, a prudência e a humildade), aos quais são atribuídas qualidades que respondem pelo nome de virtude. Nesse sentido, as virtudes dizem respeito às qualidades desejáveis, que formam um conjunto de valores que compõem o caráter das pessoas e por caráter, entendemos que é um valor que atribuímos aos nossos desejos e nas relações com os outros (LA TAILLE, 2002).

[...] as virtudes não somente têm relevância humana por referirem-se a valores desejáveis, como adentram no universo moral: elas definem o caráter de uma pessoa e, por caráter, deve-se entender uma avaliação ética da personalidade. (LA TAILLE, 2002, p. 111).

Essa condição permite fazer um juízo de valor sobre o outro, a partir da inferência de que algumas qualidades podem ser boas ou más, a partir da observação das condutas de determinada pessoa, implicando, assim, em um julgamento de seu caráter. Portanto,

formamos nossa identidade ao realizar uma leitura valorativa dos outros, bem como de nós mesmos.

Segundo La Taille (2002), na formação da nossa identidade, conceituamos o “Eu” como um conjunto de representações de si, imagens que a pessoa construiu a respeito de si, não importando se corresponde de fato ao que a pessoa realmente é ou como os outros a qualificam, mas sim sobre o que julga ser. Essas representações de si correspondem a um valor, e definimos valor como um investimento afetivo, que, segundo Piaget (2014), se traduz por um processo de valorização, seja da ação realizada ou de determinadas pessoas ou objetos. Com isso, esses valores representam a motivação da ação, “O valor é um caráter afetivo dos objetos, isto é, um conjunto de sentimentos projetados sobre o objeto. Ele constitui uma ligação entre o objeto e o sujeito (p. 161)”. Dessa forma, para Piaget (2014), os valores atribuídos às pessoas compõem a base dos sentimentos morais, e a moral será a conservação desses valores. Assim, é possível haver uma motivação espontânea a conferir um valor positivo sobre as representações de si.

[...] as pessoas têm maior probabilidade de agir moralmente, se os valores morais estiveram, para elas, unidas ao Eu (Self). (...) a tendência natural do ser humano é pensar-se em termos de valores positivos (o bem, o desejável, o superior), condição necessária à realização (...) de ‘vida plena’ (LA TAILLE, 2002, p. 15).

A partir da concepção de valor associado às representações de si, pode-se caminhar em direção ao entendimento de como as ações das pessoas podem levar àquilo que se nomeou de vida boa ou de felicidade.

A concepção de felicidade é individual e cada pessoa nomeará um momento ou um determinado objeto para o entendimento desse conceito. A condição subjetiva desse ato determina as escolhas feitas. Com a prática, as ações são constantemente avaliadas e, assim, desenvolve-se um juízo de responsabilidade em relação a nós mesmos e àqueles que nos cercam.

De acordo com MacIntyre (2001), a vida boa somente é alcançada quando se está inserido em uma tradição na qual se busca e avalia, de forma racional quais valores são requeridos para sua vida. Por tradição, o autor entende o repertório pessoal, que carrega consigo como uma identidade social e histórica que está inserida na história de uma comunidade. O primeiro passo para se alcançar esse objetivo é o sentimento de pertencimento a uma comunidade que compartilhe um entendimento comum de bem; que precisa ser

fortalecido, não apenas com a racionalidade, mas, juntamente, com a afetividade. A identidade (a construção do eu) se dá pela herança adquirida de um passado que está emaranhado com o presente e o futuro, pertencendo a uma tradição. Por isso, a tradição do pensamento de um grupo, a racionalidade e suas práticas fazem com que se respeite e valorize seus bens, suas virtudes. O respeito aos bens é alcançado pelas vivências práticas, que em qualquer tradição podem ser internos (bens de excelência) e externos (bens materiais).

McNamee (2008) comenta que, na vida boa de MacIntyre, as virtudes são as excelências que permitem alcançar a prosperidade e é, também, a matéria-prima da execução dessa meta ao mesmo tempo. As virtudes são adquiridas, expostas e produzidas em uma variedade de práticas sociais compartilhadas, que são extraídas de tradições culturais mais amplas.

Para Hooft (2006, p. 39), “a prática é um conjunto de atividades estruturadas por combinações sociais e centradas em metas internas”. Em todas as atividades que exercemos, existem objetivos específicos, que nomeamos de internos à prática. Diferentemente de objetivos, como obter uma renda mensal ou adquirir um status social, que são adjacentes, as metas internas se referem às formas específicas de agir que tornam as pessoas virtuosas dentro da prática. Assim, a competência, acompanhada do exercício contínuo da racionalização de intenções, aprimora a maneira como a prática é realizada, cujos atos são as virtudes. O ponto crucial é que virtudes são as que, na prática, se manifestam.

Nesse sentido, MacIntyre (2001, p. 316) formula suas práticas e bens internos da seguinte maneira.

Qualquer forma coerente e complexa de atividade humana cooperativa, socialmente estabelecida, por meio da qual os bens internos a essa forma de atividade são realizados durante a tentativa de alcançar os padrões de excelência apropriados para tal forma de atividade, e parcialmente dela definidores, tendo como consequência a ampliação sistemática dos poderes humanos para alcançar tal excelência, e dos conceitos humanos dos fins e dos bens envolvidos.

O ponto central desta descrição está na noção de bens internos, que são intrínsecos às práticas. Toda prática, como a arte, o esporte, a ciência, bem como a vida familiar é provida de bens específicos que se mostram inseparáveis e que somente podem ser obtidos pelo engajamento nessa atividade. Devem ser fruto de uma experiência relevante, e, consequentemente, aqueles que não vivem essa experiência não seriam suficientemente competentes para julgar essas práticas. De fato, existem padrões e normas objetivos que estão

de acordo com os ideais de uma comunidade ou sociedade, e os padrões de excelência são fornecidos pelas virtudes que são incorporadas à prática pelo modo de agir e pelo seu exercício. MacIntyre (2001, p. 321) define a virtude em relação às práticas: “[...] como uma qualidade humana adquirida, cuja posse e exercício costumam nos capacitar a alcançar aqueles bens internos às práticas e cuja ausência nos impede [...] de alcançar tais bens”. Com isso, as práticas que visem aos bens internos necessitam das virtudes.

Surgem, então, duas indagações inspiradas na busca da vida boa: “que vida eu quero viver” e “como devo agir”.

A mitologia pode ser tomada como uma metáfora para responder a primeira questão. Para tanto farei, uso da figura de Hércules, um semideus, filho de Zeus com Alcmena, famoso por sua espetacular força física. “A escolha de Hércules” é um mito atribuído ao filósofo Pródico recontado por Xenofonte. Ainda jovem e repleto de dúvidas, Hércules retirou-se para um local isolado para refletir sobre qual estilo de vida se dedicaria. Surgem, então, duas deusas prometendo, ao seu modo, conduzi-lo à felicidade. A primeira mulher foi chamada de *Areté* ou Virtude e estava vestida modestamente em um manto branco; a segunda, vestida com luxo, era *Kakia* ou Vício que se apressa dizendo a Hércules: “Vejo que você está em dúvida sobre qual caminho tomar para sua vida. Siga-me e me faça sua amiga, que o levarei a um caminho mais fácil e agradável”. *Kakia* promete que sua vida será de facilidade, viverá dos frutos do trabalho dos outros e provaria das coisas mais doces que a vida pode oferecer. De outro lado, *Areté* promete não mais que uma vida de dificuldades e sofrimentos, repleta de privações e perigos, mas preciosa para os deuses, que oferecem a oportunidade de superar cada desafio com coragem e disciplina, demonstrando sabedoria e justiça. Ela explica que Hércules deve servir aos deuses e a sua comunidade, assim como os pastores servem seus rebanhos. *Areté* conclui que a força vem quando o corpo serve a mente. A escolha de Hércules é conhecida, entre um caminho curto e fácil e o longo e cheio de obstáculos, ele decidiu-se pela *Areté* (REID, 2010).

O termo virtude deriva da palavra grega *areté*, é o equivalente ao latino *virtus*. Na filosofia grega, a virtude é compreendida como a saúde da alma, uma disposição e capacidade de realizar coisas boas. Está, geralmente, associada a uma boa pessoa e àquele que quer ter uma vida digna, sendo virtuoso, ao que leva uma vida sem desvios, procurando fazer o bem. A virtude pode ser entendida como excelência, ou seja, um estado interno que produz uma boa ação (REID, 2010). Assim como a saúde do corpo, a saúde da alma deve ser treinada e requer uma contínua manutenção. Com isso, as excelências corporais são entendidas como uma constituição harmoniosa dos estados e humores do corpo e, analogicamente, as virtudes

do espírito uma relação harmoniosa com os próprios sentimentos, resultando, assim, num equilíbrio da “saúde” da alma e do próprio corpo.

[...] à virtude da alma, (...) entendida como uma determinada constituição harmônica com relação aos próprios afetos, a excelência do corpo, (...), é compreendida como uma determinada constituição harmônica dos humores e estados do corpo (a palavra grega *pathos* significa tanto "estado" como "afeto"). A partir daí pôde ser dito (...) que aquilo de que se trata para nós - em um sentido agora cambiante entre o objetivo e o subjetivo - é a saúde da alma (e do corpo) (TUGENDHAT, 1996, p. 266).

Para Reid (2010), Hércules escolheu o caminho mais longo e sofreu durante toda a sua vida mortal; enfrentou a perseguição da deusa Hera, esposa de Zeus, e foi forçado a se submeter a 12 trabalhos sobre-humanos, ganhando, ao final, a imortalidade e um lugar ao lado dos deuses. A verdadeira virtude não estava na força física propriamente dita, mas na capacidade de agir para o bem. Foi sua força moral que lhe permitiu colocar a força física a serviço dos outros, dependente do uso apropriado, uma qualidade não de seu corpo, mas de sua alma.

Entendo que felicidade ou vida boa é uma condição harmoniosa e equilibrada de vida, uma busca constante do ser humano, quando se trata de uma convivência com o outro ou mesmo com o mundo e a natureza. Isso se dá a partir da interação entre as expectativas e realizações das pessoas, de um modo subjetivo, quando descritas em um contexto individual, através de sentimentos e percepções das experiências de vida. A decorrência desse processo é a busca de objetivos e perspectivas futuras. A busca pela felicidade significa uma ordenação das escolhas e ações que uma pessoa desempenha ao longo de sua trajetória e a maneira pela qual supera as dificuldades encontradas pelo caminho¹.

Para alcançar um objetivo ou uma finalidade são necessárias ações, e daí advém a pergunta: como devo agir? O agir consiste em um ato intencional, consciente e voluntário, do responsável pela ação que pratica e suas consequências. Sendo assim, agir tem uma conotação de intencionalidade e de responsabilidade (TUGENDHAT, 1996; MACINTYRE, 2001).

A intencionalidade diz respeito aos objetivos a serem alcançados. O movimento se dá

---

¹Essa temática ilustra o filme “À procura da felicidade” (2006), cujo enredo mostra a trajetória de um pai de família com problemas financeiros. Diante da separação da esposa, vê-se obrigado a cuidar do filho menor e para tanto se sujeita a trabalhar como estagiário em uma corretora de seguros, sem remuneração, e com a promessa de contrato no caso de alcançar a primeira colocação de sua turma ao final de seis meses. Depois de viver muitas dificuldades e ver o filho sofrer com a precariedade daquela vida, ele conquista o emprego desejado e nesse momento o personagem lança uma frase lapidar: “Esta parte da minha vida, esta pequena parte, se chama felicidade”.

em sua direção, condição que proporciona um significado concreto à ação, mesmo que isso represente anseios que não possam ser quantificados ou materializados. A escolha de um caminho em detrimento de outro reside na intencionalidade para a ação. Tal comportamento é controlado por razões e não por fatores biológicos, quase sempre guiado por uma razão prática. Para que se torne uma causa intencional, a razão deveria ser internalizada. Para justificar uma ação, faz-se necessária uma avaliação da sua razão, e os conflitos que dela podem ser gerados pela racionalidade. Para MacIntyre (2001, p. 272): “[...] não podemos caracterizar o comportamento prescindindo das intenções, nem as intenções prescindindo dos contextos que as tornam inteligíveis aos seus agentes mesmos ou aos demais”. O agir por razões que contemplem os bens, é valorizado e promove uma aproximação com uma vida plena.

Concomitantemente, a responsabilidade denota que alguém é considerado responsável por seus atos e suas consequências, tendo como parâmetro determinadas normas. Ela pressupõe que as pessoas têm a capacidade de conduzir seus atos por certas razões e por sua própria vontade. Se as ações ocorrem de forma involuntária ou acidental, não existe responsabilidade, uma vez que não se pode responsabilizar a forma ou intencionalidade da ação. A responsabilidade tem relação direta com o compromisso com objetivos. Assumir a responsabilidade requer a capacidade e a liberdade de fazê-lo, assumindo os riscos advindos dessa ação.

O mito de Pandora ilustra como ações intencionais traçam o rumo dos acontecimentos. Conta o mito, que Zeus incumbiu Prometeu (que significa aquele que vê antes) e a seu irmão Epimeteu (aquele que vê depois) a tarefa de criar os homens e os animais. Epimeteu conferiu a cada animal dádivas variadas, como asas, garras, carapaça, força, velocidade, sagacidade. Porém, quando chegou a vez do homem, Epimeteu percebeu que havia esgotado todos os seus recursos com os animais e, então, o formou de barro. Após relatar ao irmão o ocorrido, ciente da importância daquela criação, Prometeu roubou o fogo, privilégio dos deuses, e o deu aos homens, tornando-os superiores aos animais. Inconformado com a ousadia do Titã, Zeus tratou de castigar Prometeu e os homens. Ordenou a Hefesto que o prendesse com correntes no cume do monte Cáucaso, onde durante o dia uma águia comeria seu fígado e, à noite, o órgão se regeneraria, castigo que perduraria pela eternidade.

Como retaliação, Zeus armou uma cilada aos mortais, enviando um presente para Epimeteu - Pandora (a detentora de todos os dons). Criada por Hefesto, foi a primeira mulher concebida, à semelhança das deusas, a partir da argila e, para torná-la irresistível aos homens, foi-lhe dado, pelos outros deuses, diversos dons. Inteligência, beleza, persuasão, imprudência,

habilidade na dança e nos trabalhos manuais. Temendo alguma cilada, Prometeu recomendara ao irmão que não recebesse nenhum presente dos deuses, porém, diante de tamanha beleza, Epimeteu esqueceu o conselho do irmão e desposou-a. No transcorrer de suas vidas, Pandora foi advertida por Epimeteu que nunca abrisse o jarro de onde retirou as dádivas dadas aos animais. Entretanto, Pandora, movida por um sentimento de curiosidade, abriu o jarro de onde saíram todos os males que afligem a humanidade. Entendendo o erro que cometera, Pandora apressou-se em fechar o jarro, porém, os males todos já haviam saído, restando, dentro dele, apenas a esperança.

O mito mostra que ações geram consequências. Na física, o enunciado da terceira lei de Newton descreve o princípio da ação e da reação, apontando que para toda ação existe uma reação de mesmo valor e direção, mas em sentido oposto. Nesse caso, estamos falando de uma relação de forças no sentido material. No mito de Prometeu, a questão central era seu sentimento de filantropia para com os humanos e suas ações visavam ao bem-estar. Roubar o fogo dos deuses para oferecer aos mortais representa a transformação de uma humanidade ingênua, para uma condição de iluminação, dotada de consciência, de racionalidade.

Já, para Pandora, sua ação de abrir o jarro, mesmo com a recomendação de Epimeteu para não abri-lo, resultou na liberação dos males para a humanidade. Sua decisão foi motivada por um sentimento humano e individual, e essa ação desencadeou consequências não intencionais que tiveram efeitos diversos. Riscos e incertezas são consequências possíveis de nossas ações, daí a necessidade de tratá-las com responsabilidade para minimizar seus efeitos. A responsabilidade implica, não apenas nas consequências individuais das escolhas, mas também nos danos coletivos causados por uma ação impensada. MacIntyre (2001, p. 281) diz: “Cada um de nós, ainda que sendo o protagonista do próprio drama, recita partes secundárias nos dramas dos outros, e cada drama cria vínculos com os outros”.

O reconhecimento de uma excelência moral, através das virtudes, abrange o consentimento de valores culturalmente estabelecidos pelos quais as sociedades se organizam.

6. OS VALORES À LUZ DO PROCESSO CIVILIZADOR

Conforme Elias (1994), aquilo que no contemporâneo é denominado civilizado ou educado é resultante de um longo processo. Segundo o autor, não existe atitude natural no homem e, sim, a concepção de que existiriam atitudes que melhor expressam sua natureza, ou seja, o que se observa é um processo histórico de condicionamento ou também adestramento, de maneira que hábitos, comportamentos e valores foram aprendidos. No entendimento do que mantém a civilidade tão próxima ao terreno da barbárie é a noção de que a satisfação das pulsões estaria mais relacionada ao prazer e à felicidade do que seu próprio controle, ato que, por conseguinte, estaria mais próximo das infelicidades.

Eis aí o princípio de uma das mais importantes contradições da atualidade, pois ao mesmo tempo em que se privilegia a publicização da franqueza e intimidade, mais se diagnosticam velhos e novos sofrimentos sociais. Segundo Elias, a origem desses estados psicossociais (e, por isso mesmo, comportamental) só pode ser observada no curso longitudinal da história.

Em “O processo civilizador”, Elias busca qualificar os tipos de comportamento que qualificam a civilidade do homem ocidental, compreendendo que ele nem sempre se comportou da forma como entendemos ser típica ou mais adequada. Para ele, a busca pela história da constituição dos costumes leva ao conhecimento de nós mesmos, daquilo que somos e do que estamos nos tornando. A partir daí, questiona qual o impacto da disseminação e da universalização de hábitos e valores ocidentais, tidos como aceitáveis. Esses mesmos questionamentos levam à compreensão do Olimpismo Moderno como uma dentre as principais instituições modernas que expressam a ideia de um projeto civilizador.

Esse projeto tem início, de acordo com Elias, com a mudança de sentimentos de vergonha e delicadeza, bem como os padrões do que a sociedade passou a eleger aceitável e proibido. Nessa trajetória, o autor pôde observar que a distância em termos comportamentais e de estrutura psíquica entre adultos e crianças, só aumentou ao longo dos últimos séculos, marcando distinções que até a Idade Média pouco se percebia. As diferenças nesse processo explicam-se nas palavras do próprio autor, quando diz que:

O processo específico de “crescimento” psicológico nas sociedades ocidentais, que com tanta frequência ocupa a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso (ELIAS, 1994, p. 15).

Aquilo que se denomina de estado social da cultura, ou, que se convencionou como comportamentos e hábitos aceitos e louváveis, indesejáveis ou inglórios, faz parte ou está sempre em processo de mudança, abrangendo a todos, de maneiras e em graus distintos. Elias acrescenta que nesse processo se insere a própria arquitetura dos estabelecimentos e instituições sociais, para ele intimamente relacionados ao desenvolvimento dos comportamentos e valores apreciados e condenados na vida pública. Numa época em que castelos e feudos constituíam a paisagem, época em que a Igreja era o próprio Estado, havia formas específicas que caracterizavam a cordialidade e o cavalheirismo. Formas que ganharão novos contornos a partir das revoluções burguesas, industrial e científica, e com a urbanização.

A partir da instituição dos Estados-Nação, o que desse observa na história civilizadora é a concentração de poder e a utilização da força física como dispositivos de disseminação de valores. Ou seja, a partir do momento em que os projetos de Estado se apropriam das instituições sociais, passa-se a utilizá-las como mecanismos reprodutores de um homem e de uma sociedade ideal, mediante um conjunto específico de exigências e proibições que vão moldar a identidade cultural e individual. Nesse processo se insere, também, o papel dos Estados totalitários e sua ampla influência no terreno comportamental e dos valores. Posto isso, é possível compreender que a legitimidade de determinado conjunto de hábitos, comportamentos e valores se inscreve no seio de mudanças históricas, institucionais e culturais. Entre monarquias e feudalismo, Estado-Nações e totalitarismos, modernidade e pós-modernidade, há conjuntos de comportamentos e valores que fazem parte dos signos e linguagem que definem os sujeitos.

Elias destaca a dificuldade de conceituar civilização, uma vez que tal conceito está relacionado a um conjunto de razões tecnológicas e formas como o conhecimento científico, religiosidade e costumes se democratizam. Observa-se, em cada momento histórico, um conjunto de comportamentos aceitos e proibidos, e a sociedade se organiza para torná-los praticáveis e passíveis de punição, com o intuito de se elevar e se diferenciar, tendo como parâmetro último seu passado mais rudimentar. Segundo Elias (1994), esse conceito não é universal nem mesmo entre as nações ocidentais. Para alguns, o conceito de civilização representa o orgulho acerca da importância de sua nação dentro do processo civilizador; enquanto que, para outros, representa não mais do que as aparências externas da vida humana, sua própria cultura, que numa compreensão alemã da palavra representa aquilo que se cultiva. Nas palavras do autor:

Há outra diferença entre os dois conceitos estreitamente vinculada a isto. “Civilização” descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente “para frente”. O conceito alemão de *kultur*, no emprego corrente, implica uma relação diferente com movimento. Reporta-se a produtos humanos que são semelhantes a “flores do campo”, a obras de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo. O conceito de *kultur* delimita (ELIAS, 1994, p. 24).

O conceito de civilização também serviu como ainda serve, a uma lógica expansionista, quando compreende que seu conjunto de valores e *kultur* representa uma espécie de vanguarda. O conceito de cultura (*kultur*) fomenta o processo de distinção identitária, de constituição de fronteiras políticas e religiosas, na busca pela resposta à pergunta universal: “quem somos nós”. Cada comunidade nacional possui o seu grupamento de valores emocionais e comportamentos com seus significados próprios e caráter incontestável. E embora esses valores se assemelhem em termos conceituais e práticos, são percebidos e compreendidos de forma diferente por cada grupo. Em outras palavras, a noção de respeito no Brasil se assemelha à noção de respeito na Índia, mas em muito se difere no significado e em exemplos práticos da vida cotidiana.

Conceitos como estes dois têm algo do caráter de palavras que ocasionalmente surgem em algum grupo mais estreito, tais como família, seita, classe escolar ou associação, e que dizem muito para o iniciado e pouquíssimo para o estranho. Assumem forma na base das experiências comuns. Crescem e mudam com o grupo do qual são expressão. Situação e história do grupo se refletem nelas. E permanecem incolores, nunca se tornam plenamente vivas para aqueles que não compartilham tais experiências, que não falam a partir da mesma tradição e da mesma situação (ELIAS, 1994, p. 26).

A questão dos valores, seu cultivo, desenvolvimento e ressignificação está intimamente relacionada à forma como os sujeitos sociais o concebem. Se os valores são concebidos como algo inato à sociedade, utilizados e expressos apenas como parte do acervo de linguagem da prática social, seus significados mais profundos se fragmentam e, tão logo, se perdem. Quando uma geração apenas transmite à outra o conjunto de seus valores, sem estar consciente da totalidade deste processo, os valores perdem seu caráter de ponte de ligação do passado com o presente civilizatório. Na busca pela humanidade, é preciso identificar, sobretudo, os significados radicais e as funções originais de cada valor, uma vez que os “termos morrem aos poucos, quando as funções e experiências na vida concreta da sociedade deixam de ser vinculadas a eles” (ELIAS, 1994, p. 27). O conceito também esteve

sob o domínio das classes burguesas, ditas detentoras dos valores superiores, da cultura erudita e da moral. Na busca por distinção social e condição de modelo civilizatório, a burguesia constituiu sua própria coleção de manuais e tutores responsáveis pela educação dos filhos. Educação esta baseada, em grande medida, na aprendizagem dos “bons modos”, os quais, segundo o autor, baseado em uma crítica kantiana, estavam mais relacionadas a uma “cortesia” externa do que uma “virtude” autêntica.

Na busca pela “sociogênese” e “psicogênese” dos valores humanos, Elias (1994) não poderia deixar de estabelecer a relação que os comportamentos e atitudes têm com a constituição biológica. Para o autor, a estrutura emocional do homem “é um todo”. Seus variados e diferentes instintos, movimentos corporais involuntários e pulsões não podem ser separados da vida social, espaço onde se originam, se manifestam e onde são representados. Uma vez que os impulsos e manifestações humanas são resultantes de um sistema inteiro de razões biológicas, motivacionais, interesses e necessidades, as formas de representá-las devem traduzir “objetivos vivos, expressar a unidade e a totalidade da vida instintiva e a ligação de cada tendência pulsional particular com essa totalidade” (ELIAS, 1994, p. 190).

O controle da agressividade, como exemplifica o próprio autor, não pode ser obtido sem que se compreenda a totalidade que a origina. Sem que se compreenda a estrutura da personalidade, bem como a estrutura social de controle das emoções que envolvem o sujeito. Em culturas ocidentais, em que agressividade, individualidade e competitividade são superestimadas, valores como autocontrole, solidariedade e cooperação são ressignificados no processo civilizador. Segundo Elias (1994), embora a agressividade, dentre outros comportamentos originários desse “todo” biológico, psíquico e social, tenha sido reduzida, condicionada, adestrada, mesmo entre as sociedades mais belicosas, permaneceu a necessidade de vazão da excitação, cuja expressão pode se dar em outra esfera e momento da vida. Baseado em conceitos freudianos, o autor cita os sonhos como momentos de expressão da agressividade. Podem, ainda, ser citados outros exemplos de espaços de colisões hostis entre homens, em que essas manifestações são flagradas, como é o caso do esporte e dos estádios de futebol. Ali, estão manifestas uma das mais fortes expressões do processo civilizador moderno. Os comportamentos violentos observados durante os jogos, embora controlados, cumprem as regras estabelecidas. Já as situações de autocontrole e cavalheirismo, ou *fair play*, notadamente mais raras, são distintamente valorizadas como sinais da capacidade de civilização.

Segundo Elias (1994) a agressividade, a competição e o enfrentamento têm íntima relação com a sensação de prazer e, por isso, compõem o conjunto de características humanas

mais profundas, como necessidades que, até não muito tempo, encontravam nas guerras e combates entre famílias, tribos e nações, a chance de se manifestarem isentas de punição. Com o advento e fortalecimento do Estado, tais pulsões passaram a ser submetidas a juízos de valor e a controladores externos, como leis e punições. Ainda assim, como parte integrante da condição humana, tais pulsões e comportamentos não podem ser de todo erradicados, o que obrigou o Estado a criar e apoiar iniciativas não só de refinamento (proibição, punição, educação), mas de expressão.

A presença do expectador esportivo se justifica também na história e processo civilizador. As guerras, bem como as narrativas sobre elas construídas, serviam como dispositivos de unificação do povo, enquanto que as justas, entretenimento que se realizava durante os curtos períodos de paz, tinham como objetivo manter viva a satisfação popular pela luta e por seus heróis, a fim de que não se consumissem a si mesmos. Aprofundando essa questão, Elias (1994, p. 194) empresta o texto de Jean de Bueil, cavaleiro francês da Idade Média, acerca do contexto histórico desta relação entre guerra, sentimento popular e processo civilizador.

A guerra é uma alegre empresa. Todos nós nos amamos tanto em tempos de guerra! Se vemos que a causa é justa e que nossos parentes lutam corajosamente, lágrimas nos acorrem aos olhos. Uma doce alegria nasce em nosso coração, um sentimento de nossa honesta lealdade recíproca e, vendo o amigo tão bravamente arriscar seu corpo ao perigo, a fim de manter e cumprir o mandamento de Deus, resolvemos ir à frente e morrer ou viver com ele e nunca deixá-lo por causa de um amorzinho. Isto traz tal deleite que aquele que não a sentiu não pode saber como é maravilhoso. Credes que alguém que sentiu isso tem medo da morte? É impossível! Ele se sente tão fortalecido, tão delicado, que nem mesmo sabe onde está. Realmente, ele nada teme no mundo!

A partir dessa referência de Bueil, Elias (1994) compreende a representação que tem a alegria, historicamente contextualizada, como um sentimento positivo em relação à guerra. Esse sentimento não se refere a uma caçada humana, à luta com espadas ou a morte dos inimigos, mas ao prazer pela proximidade dos companheiros, pela causa concebida como justa e, mais do que nunca, pela intoxicante coragem que emerge nas guerras, em oposição ao medo. Séculos à frente até os dias atuais, esses sentimentos se manifestarão e serão apropriados por diferentes instituições para servir a diferentes propósitos. Enquanto bens culturais, os valores humanos serão significados e ressignificados ao longo do processo

civilizador.

Pensando especificamente o século XX, Elias (1994) questiona o papel da concepção moderna de progresso, bem como o progresso científico e tecnológico, no processo de aprimoramento da condição humana. Embora o padrão, saúde e expectativa de vida das populações urbanas tenham aumentado consideravelmente, diminuiu-se proporcionalmente o número daqueles que, sinceramente, acreditam num futuro melhor para a humanidade. As repetidas guerras e rumores de guerra, os regimes ditatoriais, a construção de armas nucleares e científicas, são algumas das razões determinantes dessa desconfiança. O fato é que a manifestação dos valores (dos ideais nacionais e de nação) agora se originaria das tensões geradas entre as diferentes concepções ideológicas das classes sociais que, após a primeira revolução industrial, passaram a assumir o poder do Estado: a burguesia industrial e o operariado, ambas na figura de seus representantes.

Não há como negligenciar o papel dos embates ideológicos da modernidade e sua influência no âmbito político e, mais precisamente, na aplicação de políticas que participam do processo civilizador. De fato, ambas as concepções tiveram que se interpenetrar para se estabelecer no poder político, revezando-se discursivamente, ora na busca pela mudança, ora pela manutenção do *status quo* social liberal. O que está em jogo nessa difícil relação é qual concepção de sujeito deve ocupar a centralidade do processo civilizador. Ou seja, de um lado, encontram-se as concepções, o desenvolvimento social que deveria promover um sujeito integrado e socialmente interdependente em relação à sua comunidade, desde as necessidades mais fundamentais às questões mais profundas da vida; condição esta que nunca encontrará um ponto final, uma vez que a cultura estará sempre em movimento de mudança. Do outro lado, concebe-se que a imagem de um sujeito inteiramente “livre”, independente, dono de uma “essência”, personalidade “fechada” e inteiramente autossuficiente, é que deveria ocupar o centro do processo civilizador, cujo aprendizado sobre o mundo e seus valores éticos e morais haveriam de se completar na fase adulta, como resultado de uma aprendizagem por meio da relação causal entre os sentidos, normas e fenômenos da vida social. Presente nos mais diferentes âmbitos, esse paradoxo representa, para a filosofia da educação e sistemas educacionais um impasse epistemológico histórico.

Conceitualmente, o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. Evidentemente, as pessoas, no passado, não planejaram essa mudança ou a própria civilização. Segundo Elias (1994, p. 194), a civilização não é um processo racionalmente projetado por alguém isoladamente para que a sua geração possa colher frutos no futuro. A história mostra que o processo civilizador

acontece sem planejamento, o que não quer dizer que não ocorra de uma forma ordenada.

Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações, impulsos emocionais e racionais, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. Essa ordem de impulsos e de anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, é que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador.

Essa ilustração remete às ideias de Pierre de Coubertin. Pedagogo de formação e humanista, viu na reedição dos Jogos Olímpicos a possibilidade, não só de atenuar tensões socioculturais de seu tempo, mas de resgatar, através do jogo esportivo, valores filosóficos superiores, deixados pela civilização helênica (COUBERTIN, 2015). No entanto, o processo de disseminação de suas ideias, naturalmente, sofreu fragmentações e influência de outras forças sociais, resultou naquilo que hoje se compreende ser papel do esporte na civilização.

7. O PAPEL DO ESPORTE NO PROCESSO CIVILIZADOR

Se as pulsões violentas e os dispositivos de controle sobre elas, como discursos ou práticas normativas, bem como poderes mais ou menos institucionalizados, além de mecanismos de autocensura e ou autocontrole, foram o objeto de atenção de Elias em “O processo civilizador”, o esporte surge como um fenômeno capaz de promover reflexão no contemporâneo. O jogo, cujo objetivo final para os participantes é ter a mesma igualdade de condições para praticá-lo, foi institucionalizado, burocratizado e racionalizado. Assim, as regras são como níveis superiores de integração, ao admitir a violência e permitir formas mais acessíveis de relacionamento social, a construção de regras possibilita a criação de instâncias superiores de monitoramento e representação (ELIAS, 1989).

Exemplo de mecanismos civilizatórios, com todo o seu aparato de regras e vigilâncias prontas a premiar a obediência e a superação da animalidade e a punir a desobediência e as manifestações agressivas num exercício de puro enfrentamento e teste de resistência entre grupos distintos, o esporte promove a transformação do pensamento a partir de relações horizontais e não mais predeterminadas verticalmente (ELIAS e DUNNING, 1992).

Embora a sociologia do esporte fosse uma disciplina embrionária à época em que os autores começaram a explorá-la, o crescimento da prática esportiva em todo o mundo mostrava que o tema não poderia mais ser ignorado, pois ele mesmo, de um modo específico, falava da sociedade e dos rumos da civilização.

Atividade capaz de reunir grupos, de diferentes países e concepções ideológicas dentro de linhas e regras para disputar, à força, o esporte tem como marca determinadas posições e premiações simbólicas. Inclui-se, aí, o papel dos expectadores, solidários e emocionalmente envolvidos com a trama esportiva na expectativa de que seus representantes sejam bem-sucedidos. O que Elias e Dunning (1992) destacam é a capacidade civilizadora do esporte, mais especificamente, sua inserção no curso do processo civilizador de mudança de conduta e sensibilidade social, principalmente por trazer consigo o poder de submeter o participante a regras pré-estabelecidas e, ao mesmo tempo, exigir dele autocontrole sobre sua agressividade e violência, independentemente da modalidade em foco.

Nesse sentido, a afetividade e a racionalidade encontram na cultura corporal e, principalmente, na prática esportiva, um contexto favorável, no qual a intensidade e qualidade dos humores afetivos experimentados pela prática propriamente dita afetam as ações e decisões racionais. Nesse caso, as pessoas podem buscar excitações agradáveis dentro das possíveis exigências racionais do cotidiano, possibilitando, assim, a experiência de sensações,

emoções e um sentimento de felicidade. Em situações de uma clara mobilização afetiva das ações podem levar uma tomada de consciência e a uma reflexão profunda das nossas práticas.

Elias, sobre a racionalidade, afirma que a sociedade é cunhada por relações interpessoais, que se desenvolve em uma cadeia de atitudes que nunca começam ou terminam nas pessoas, mas contempla uma vasta e constante avaliação na busca de objetivos racionais.

A transição da concepção de passatempo para a concepção de desportivista, incluindo-se aí a inimaginável exportação de diferentes práticas pelo mundo, também sinaliza, segundo os autores, o avanço da civilização, pois, embora o esporte moderno estivesse entregue aos mais diferentes fins e interesses, sua natureza lúdica permaneceu com importância capital. Ao longo do século XX, o esporte tornou-se espaço exemplar de competição não violenta e não militar entre os Estados, passou a ocupar o currículo das escolas e universidades, tornou-se profissão e mote de um dos, se não o mais importante encontro multicultural do planeta, os Jogos Olímpicos. Embora tenha começado na Inglaterra, a apropriação do esporte enquanto caminho para a sublimação, purificação, engrandecimento e melhoramento da condição humana se democratizou rapidamente, de maneira que façanhas atléticas não mais podiam se separar de valores como determinação, excelência ou inspiração. Certamente, a competitividade e as novas representações que a vitória e a derrota passaram a receber com a racionalização e espetacularização do desporto exigiram a manutenção e consequente sofisticação das regras e controladores da legitimidade do desempenho atlético (RUBIO, 2006). Houve o tempo em que o profissionalismo se tornou alvo de críticas e vigilância punitiva, pois, acreditava-se que a remuneração financeira, além de ferir o princípio de igualdade, dando maior vantagem àquele que se dedicou exclusivamente à tarefa, substituiria a única força motivadora que deveria conduzir o atleta à prática esportiva (o amor, daí amador) pela mera troca de compromissos contratuais.

O esporte é um fenômeno cuja origem não carrega tamanha responsabilidade moral. Segundo Elias e Dunning (1992), o *sport*, como no século XVI era chamado, tinha como principal finalidade a recreação e o divertimento. Para praticá-lo era necessário não mais que algumas poucas destrezas físicas. A partir da Revolução Industrial e urbanização inglesa, ele sofreu um importante redimensionamento, passando a ser utilizado como meio de educação da juventude masculina e principal componente de encontros e festivais da aristocracia europeia; festivais que, mais tarde, serviriam de referência ao projeto de reedição dos Jogos Olímpicos. Foi nesse momento da história do esporte moderno que uma ampla discussão sobre o seu papel social se oficializou. Primeiro, na pessoa de Pierre de Coubertin e, em seguida, pelos demais colaboradores de sua empreitada, seguido pelos estudiosos do

movimento olímpico. Em oposição à agressividade e violência cerceadas não só pelas regras do esporte, mas pelas regras de convivência em sociedade, elegeram-se valores que, ao se manifestarem durante a competição, evidenciariam a civilidade humana. A natureza do esporte assemelhar-se-ia ao próprio processo civilizador, segundo Elias e Dunning (1992), mais relacionado à excitação agradável e à capacidade de desfrutar a vida do que a projetos de coação e punição ao “mau comportamento”.

8. VALORES OLÍMPICOS COMO VIRTUDES

O esporte é uma prática cultural e, principalmente, social das mais conceituadas na sociedade contemporânea, uma vez que se manifestam no jogo diversas atitudes valorizadas socialmente. A corrupção desse padrão moral não significa uma visão equivocada das qualidades, materializadas pelas virtudes, de que o esporte perde espaço para a ação imoral (MCNAMEE, 2008). O espírito do esporte requer do praticante a condição de um sujeito ativo na construção das atitudes consideradas boas, o que, nos princípios do Olimpismo, entende-se como o “bom exemplo”, não somente no sentido do rendimento esportivo, mas também nas ações de solidariedade, posições políticas e de integração com sua comunidade (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2014).

O esporte contempla pressupostos que o caracterizam como uma prática social, tornando-o um espaço propício para o desenvolvimento de atitudes éticas, lembrando MacIntyre (2001), uma prática se compõe de um espaço para adquirir e desenvolver uma habilidade, fornecendo normas e padrões de excelência que podem ser utilizados para julgamento do nosso desempenho ou mesmo dos praticantes. Contudo, esses critérios de excelência são frutos do contexto de uma tradição que, a partir das manifestações de seus praticantes, estão em constante modificação para maiores níveis de qualidade e exigência da sua prática.

As práticas promovem excelências e valores humanos que constituem a chamada vida boa. Portanto, as práticas são locais propícios para o desenvolvimento dessas disposições e virtudes, pois é nelas que surgem oportunidades para a educação moral. Conforme Parry (1998), participar de uma prática e poder exercitar suas habilidades e procedimentos, é quando se começa a compreender seus padrões, excelências e as virtudes necessárias para uma participação com sucesso.

O esporte, enquanto tradição inventada (HOBBSAWN, 1984), está profundamente enraizado e estabelecido na sociedade atual, mas ainda assim, possui essa capacidade de transformação. Nesse sentido, Bourdieu (1983) comenta de uma relação de ruptura do esporte moderno com práticas ancestrais de um simples ritual ou divertimento festivo, quando de seu estabelecimento, para se constituir como uma prática específica, dotado de regras próprias. É o local que concebe e investe toda uma cultura ou competências específicas.

Ao estabelecer um conhecimento e uma experiência, ou seja, o pano de fundo da prática, o esporte oferece as oportunidades para o exercício das qualidades humanas, cuja natureza é estabelecida pelo próprio esporte. Por sua vez, seus praticantes podem redefinir o

alcance e a profundidade prática para o esporte a partir de novas experiências e disputas (SCHNEIDER e BUTCHER, 1993, 1994; MCNAMEE, 2008).

Naquilo que se refere aos bens internos, o alcance e a definição desses objetivos apenas se dá pela própria prática, a partir da motivação intrínseca dos praticantes. No caso do esporte, a motivação pode vir pela execução perfeita de um movimento, pelo domínio de uma habilidade ou pela alegria de um bom desempenho. Produto do esforço e da persistência para alcançar um objetivo, a motivação pode se manifestar a partir das qualidades presentes nesses bens internos, não duplicados de nenhum outro modo.

[...], o esporte como uma prática valorizada é melhor pensado como tendo seus próprios bens e excelências internas. Além disso, estes são sustentados por seus participantes, que possuem e empregam certas formas de virtude. De fato, uma prática, como uma profissão, é caracterizada tanto pela maneira moral com que seus participantes se comportam como pelas habilidades que desenvolvem e pelos propósitos a que se comprometem (ARNOLD, 1999, p. 47).

A noção de prática e bens internos também é proposta por MacIntyre (2001) na forma de uma complexa atividade humana cooperativa socialmente estabelecida, o que remete ao conceito de instituição. As instituições podem ser definidas como uma estrutura socialmente fundada, que regula os comportamentos sociais, e são organizadas mediante o espectro de normas, regras e valores, cuja função é promover a socialização, proporcionando estabilidade no convívio entre as pessoas. Transcende o cunho de intenções pessoais para que o bem-estar coletivo prevaleça. Existe uma reciprocidade na relação das práticas com as instituições, uma vez que as primeiras necessitam de bases materiais para se consolidarem, ao mesmo tempo em que as instituições devem sua existência às práticas que a servem (SCHNEIDER e BUTCHER, 1994). Contudo, as instituições podem colocar em perigo as práticas. Se as instituições estiverem preocupadas em oferecer bens externos, como recompensas e o acúmulo econômico, procurando substituir os bens internos, que são sua a motivação existencial, a prática perde sua integridade, ao passo que, os praticantes lutam cada vez mais pela recompensa externa do que a interna da prática (BROWN, 1990; SCHNEIDER e BUTCHER, 1994).

Xadrez, física e medicina são práticas. Clubes de xadrez, laboratórios, universidades e os hospitais são instituições. As instituições são características e necessariamente preocupadas com o que chamo de bens externos. Elas estão envolvidas na aquisição de dinheiro e outros bens materiais e são estruturadas em termos de poder e status. E elas distribuem o

poder monetário e o status como recompensas (MACINTYRE, 2001, p. 194).

Se o esporte praticado nos Jogos Olímpicos é uma prática, e o Comitê Olímpico Internacional (COI) é a instituição, cuja função é promover e apoiar a aquisição dos bens internos relativos à prática dos Jogos Olímpicos, seria justo afirmar que muitas das ações que o COI manifesta não estão de acordo com a função de gerar a espetacularização, o nacionalismo e a intolerância.

Desde a sua criação, o esporte olímpico foi pensado para além da mera promoção da competição. Os Jogos foram idealizados com metas e atitudes adicionais, que constituem o chamado "espírito olímpico", conceito que não trata apenas da dimensão física, mas do espírito e da mente. Está ligado aos valores e ao ideal do Olimpismo que, de acordo com Schneider e Butcher (1993, p. 70) seria uma “habilidade em um determinado contexto com certa atitude”.

Pierre de Coubertain enfatizou, desde o princípio do Movimento Olímpico, a dimensão espiritual e de valores, que constituem os alicerces do esporte moderno e da educação olímpica. Para as instituições que cercam os Jogos Olímpicos, o desenvolvimento desses valores para a educação e, conseqüentemente, para a sociedade é fundamental. O Olimpismo, Segundo (MALTER, 1996), é um termo cunhado de um neologismo, é uma “doutrina filosófica religiosa”, como descreve Coubertin, exalta e combina em equilíbrio as qualidades do corpo, espírito e mente, unindo esporte com cultura e educação. Para ele, o esporte era uma importante forma de educação para a juventude e que poderia valorizar a competição leal e sadia; a saúde e a atividade física. Coubertin ressalta, ainda, que o Olimpismo enquanto ideologia transcende as barreiras que tendem a dicotomizar o ser humano em suas várias facetas. Pode-se dizer que, para ele, não era uma filosofia de vida, mas a própria vida. "toda uma soma de valores que, através e além da força física, são desenvolvidos quando participamos na prática esportiva" (MALTER, 1996, p. 10).

Conforme o Comitê Olímpico Internacional (2014), o Olimpismo visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais e universais, cujo objetivo é colocar o esporte a serviço do desenvolvimento harmonioso do homem, na perspectiva de encorajar o estabelecimento de uma sociedade pacífica e preocupada com a preservação da dignidade humana.

O lema *mens fervida in corpore lacertoso* (um espírito ardoroso num corpo bem

treinado) reflete como Coubertin entendia o esporte. Em oposição a uma concepção higienista da época, defendia que uma mente em ebulição deveria estar a serviço de um corpo exuberante. Essa concepção está mais próxima do esforço físico e da formação do caráter dos atletas (MÜLLER, 2015). Propunha um novo equilíbrio, originário de uma estrutura instável, mas ativa, em constante transformação e construção. O equilíbrio somente poderia ser alcançado pela elevação das metas a serem pretendidas, na busca dos limites e na tentativa de sempre galgar mais um degrau de exigência.

Aos senhores atletas compete manter um belo equilíbrio entre o ardor petulante do espírito e a atrevida agilidade do corpo. Isso será como voar num aeroplano. Pode-se cair: alguém pode inclusive morrer nas asas desse balanceio, mas ao final seria glorioso; os que não caem tem a possibilidade de alcançar os mais altos cumes do perfeito Olimpismo (COUBERTIN, 2015, p. 2002).

Coubertin buscava no pensamento da civilização helênica o vislumbre, que ao se atingir o limite das nossas capacidades, estaria mais próximo da glória. Esse era o sentido dado pelos poetas na Antiguidade ao verdadeiro objetivo do guerreiro, cantando seus feitos heroicos, transmitindo-os pela eternidade.

O fundador do Movimento Olímpico moderno trabalhou para uma reforma educacional que contemplasse suas postulações geradas a partir de sua formação intelectual eclética, com forte influência dos referenciais gregos. Entendia o esporte como ferramenta educacional, influenciado pelo modelo teórico/prático das escolas inglesas do século XIX (FUTADA, 2007).

Coubertin visitou e compreendeu o sistema educacional da Inglaterra. Identificou-se com as ideias de Thomas Arnold que propunha um modelo, que visava à formação de caráter dos educandos, através de uma série de normas e procedimentos de condutas, por meio do esporte. Arnold creditava ao esporte um potencial singular de transformação e construção de caráter de seus alunos, uma vez que, envolvidos no ambiente esportivo, com todas as suas inerentes manifestações, eram submetidos a mecanismos de formação e revisão de seus conceitos, em um processo constante de revalorização de ideais nas práticas coletivas, nos inter-relacionamentos e no desenvolvimento individual. Por essa razão, pode-se compreender a perspectiva de formação viabilizada pela prática esportiva nas bases filosóficas do Olimpismo (FUTADA, 2007). Esse fenômeno pode ser comparado à linha teórica que sustenta a existência do currículo oculto no processo educacional, no qual o *constructo* cultural desenvolvido é transmitido e transformado por todos os que compõem o grupo, sem

que, necessariamente, esteja explícito nos meios formais de conteúdo (SILVA, 2002).

A partir dos textos de Coubertin, Lenk (1976) formulou uma série de valores importantes para o conceito do Olimpismo:

- A desportividade: *fair play* e cavalheirismo;
- A realização regular dos Jogos, tradição e paz olímpica;
- A internacionalidade e o nacionalismo;
- O entendimento entre os povos e a diversidade cultural;
- A coletividade de todos os esportes;
- O conceito de amador;
- A independência olímpica;
- O ideal antigo e a figura moderna.

A visão de Coubertin acerca dos valores, porém, sofreu mudanças ao longo do século XX. De acordo com Chatziefstathiou (2005), valores como o amadorismo e a exclusão das mulheres, que eram vistas como fracas e impróprias para o ambiente atlético, foram esquecidos. Por outro lado, outros valores, como a preservação do meio ambiente e a igualdade de gênero em áreas como a liderança esportiva, foram incorporados à pauta olímpica.

Dentre os valores universais concebidos por Coubertin ao Movimento Olímpico estão a equidade, a justiça, o respeito pelas pessoas, a racionalidade e compreensão, a autonomia e a excelência. Entretanto, Parry (1988) salienta que a universalidade proposta pelo Olimpismo é diferente do conceito de uniformidade. Esses valores dependem de nossos próprios contextos culturais, conforme a história, as tradições e os objetivos da comunidade na qual se está inserido. Parry (1988) destaca, ainda que, o Olimpismo é um ideal adotado por uma comunidade, que estabelece padrões e normas que, mesmo assim, às vezes são violadas. Nota-se, então, certo dinamismo entre realidade ideal e realidade prática, característica comum de qualquer filosofia social.

Chatziefstathiou (2005) enfatiza que os valores são o resultado de uma construção de consenso compartilhando um contexto global em que se destacam a diversidade de significados e comprometimentos em seus espaços culturais, sociais e esportivos, em que emergem os seguintes valores como a excelência, a igualdade, o *fair play* (cavalheirismo), o amadorismo/profissionalismo, o universalismo, o internacionalismo, o multiculturalismo e o ambientalismo.

Para o COI, os valores olímpicos giram em torno de três eixos centrais: excelência, amizade e respeito (*fair play*). Eles são uma forma reduzida dos princípios fundamentais do Olimpismo contidos na Carta Olímpica (2014). A promoção desses valores é uma tarefa educativa e o esporte é um meio para alcançá-los (PARRY, 1988). Aqui se encontra um ponto de inflexão entre a ideia de Coubertin de uma missão educacional do Movimento Olímpico com a estrutura de valores do Olimpismo, resultando no sistema denominado de Educação Olímpica.

Segundo MacIntyre (2001), há a necessidade de uma educação através das virtudes para que os atos motivados por princípios sociais sejam legitimamente bons, não apenas em decorrência da obediência. Quando se trata de educação, são suscitadas relações sociais entre seus atores e em outras instituições como a família. Todos os integrantes desta relação devem dedicar-se aos objetivos e aos valores compartilhados, sendo também responsáveis por eles. Blum (1994) identificou que as virtudes podem ser aprendidas e nutridas somente com uma forma particular de vida social. São sustentadas em sociedade, local onde é exercitada a sua moralidade. Além de ser possível aprender com situações relevantes, vivenciar formas de percepção, consciência e hábitos de ação ajudam a entender as condutas sociais.

O Movimento Olímpico, por meio principalmente dos Jogos Olímpicos e de todo seu potencial de construção simbólica, de atrativos financeiro e midiático, tem como uma de suas características e fundamentos apresentar propostas de programas de Educação Olímpica (FUTADA, 2007). É comum que as cidades candidatas à sede de edições de Jogos Olímpicos, ou os Comitês Olímpicos Nacionais, apresentem programas de Educação Olímpica como justificativa e proposta de continuidade dos ideais e práticas presentes nos Jogos no cotidiano de suas comunidades, além da manutenção e viabilização pública dos Parques Olímpicos e na promoção do esporte para toda a população. Porém, pouco se discute sobre as implicações práticas da Educação Olímpica (FUTADA, 2007).

O termo Educação Olímpica surgiu na década de 70 com os estudos de Norbert Müller no âmbito do esporte educacional, tendo como pressupostos os valores e ideias presentes no Olimpismo e na educação esportiva de Coubertin (MÜLLER, 2004; FUTADA, 2007). Ainda nesta linha de pensamento, Gessmam apud Binder (2005) aponta que o sistema de valores olímpicos é o constante desenvolvimento do potencial de cada ser humano, principalmente no desporto escolar composto pela prática, pelo treinamento e pelas competições relacionadas com os ideais olímpicos (o *fair play*, a saúde, o risco e a aventura, o desenvolvimento artístico e criativo, e a sociabilidade). Outros autores buscaram caracterizar a Educação Olímpica através da filosofia do Olimpismo (BROWNLEE, 1999; MÜLLER,

2004; KIDD, 2005) e convergiram para elementos similares, como desenvolvimento integral do indivíduo, esportividade nos princípios do *fair play*, excelência, paz, tolerância e harmonia entre as nações, multiculturalismo e igualdade de condições.

Segundo Müller (2004), a educação dos jovens não se concentra apenas no intelecto e na mente, mas também no corpo. É um complemento necessário para outros empreendimentos (como a cultura e as artes) a fim de desenvolver e manter um sentido satisfatório de identidade. Kidd (2005) comenta que muitas coisas importantes do conhecimento sobre nós mesmos e dos outros foram adquiridas através dos desafios cativantes dos esportes.

O desenvolvimento de valores humanísticos que norteiam o comportamento da sociedade e dos indivíduos é uma das principais metas da Educação Olímpica. O respeito a si mesmo, ao corpo e ao outro, bem como as regras e regulamentos, está entre seus objetivos, de modo que os indivíduos não utilizem outros meios que não suas próprias capacidades para a superação de objetivos propostos. Constam também desse rol de objetivos a amizade e a fraternidade que levam à convivência social, ao entendimento e à compreensão; a formação do caráter pelo autoconhecimento; autocontrole e autorrealização que permite a liberdade, espontaneidade, criatividade e o desejo de identificação com as condições de vida reais; a igualdade e a justiça. Por meio da ação educadora do esporte se dá a formação do caráter do indivíduo, sendo assim, os valores olímpicos concentram-se na busca do melhor de si, não apenas no campo esportivo, mas nas ações cotidianas (RUBIO, 2008; 2009).

Müller (2015) apresenta cinco características pedagógicas para um programa de Educação Olímpica:

- O conceito de desenvolvimento harmônico de todo ser humano;
- A ideia de esforçar-se para alcançar a perfeição humana, mediante o desempenho;
- A atividade desportiva vinculada voluntariamente aos princípios éticos, tais como o *fair play* e a igualdade de oportunidades, e a determinação de cumprir com essas obrigações;
- O conceito de paz e boa vontade entre nações, refletido no respeito, na tolerância e nas relações entre as pessoas;
- A promoção de ações para a emancipação no e pelo esporte.

Tendo o esporte como pano de fundo para a Educação Olímpica, o meio de difusão

dos valores olímpicos é representado na figura do atleta. Dele são retiradas várias características multiplicadoras, sejam elas técnicas, como, por exemplo, habilidade, velocidade ou força ou de caráter, como coragem, trabalho em equipe, determinação ou sacrifício. Fato é que essas qualidades estão expostas e marcadas no corpo do atleta, cuja capacidade infinita de competir e de “jogar o jogo” faz com que a virtude aflore. Apesar de estar presente em suas atitudes e pensamentos, o atleta exhibe suas qualidades na concepção das suas ações atléticas, que permitem vislumbrar todo seu esplendor. Nesse sentido, para Hooft (2006, p. 43) “o esporte ilustra a celebração do corpo que o holismo da ética da virtude permite”. Nessa concepção, o atleta olímpico se transforma em um exemplo. Há um comprometimento na sua forma de refletir os valores. Ele age de maneira a apoiar sua integridade pessoal e a responsabilidade sobre seus atos se traduz num modelo para as pessoas, fazendo um esforço pessoal em concentrar-se em comparações consigo mesmo. Além disso, mostra satisfação quando aprende algo novo, no aperfeiçoamento de suas habilidades ou em um desempenho máximo, e o trabalho árduo significa alcançar metas e, ao mesmo tempo, desfrutar do prazer em participar. Durante todo o processo de treino e competição, busca testar seus limites na tentativa de desejar um pouco mais, fazendo do esporte uma aprendizagem para toda a vida. Sua diversão é seu objetivo na esperança de surgir alguma coisa maior que o esporte.

Essa construção faz lembrar o conto “Ostra feliz não faz pérola”, de Rubem Alves. Diz o autor que as pérolas são joias raras, produzidas pelas ostras, um animal sem cérebro e de corpo mole. As ostras não pensam e dedicam-se a viver, simplesmente viver. Um dia, por acaso, um minúsculo fragmento ou grão de areia entra na sua concha e toca sua carne mole. Nesse momento, finda a tranquilidade da ostra e tem início seu sofrimento. Logo seu corpo “pensa” em como fazer para parar aquele sofrimento. Com sua sabedoria milenar, fruto da evolução, decide transformar aquele fragmento em algo tolerável ao seu estado, produzindo, assim, uma pérola. Daí as pérolas serem lisas, sem arestas ou pontas. Nesse caso, as ostras felizes são aquelas não torturadas por grãos de areia ou fragmentos, por não precisarem criar nada para sobreviver, dedicando-se a viver, até que se tornem a refeição de algum pescador. Já, as sofredoras precisam “pensar”, não no modo como concebemos para os seres humanos, mas com seus instintos, ou seja, com seu corpo. E o corpo pensa: “O que tenho de fazer para parar de sofrer?”. Com isso, nascem as pérolas. Isso tudo é verdadeiro somente para as ostras, para os seres humanos, há outra fonte de pensamento criativo: o desejo de se divertir.

Os valores olímpicos estão diretamente relacionados à condição de atleta, seja no treinamento, na competição ou na vida em geral. Portanto, são virtudes respeitar a si mesmo,

o corpo e o adversário, bem como, as regras e regulamentos para que as pessoas não usem outros meios que não as suas próprias habilidades para superar os objetivos propostos; a amizade e a fraternidade que levam à interação social, à compreensão e ao entendimento; a formação do caráter, do autoconhecimento, do autocontrole e da autorrealização que permitem a liberdade, a espontaneidade, a criatividade e o desejo de se identificar com as condições da vida real; igualdade e justiça.

Na reconhecida ação educativa do esporte, praticar os valores olímpicos pode ajudar na formação do caráter do indivíduo, através de um melhor conhecimento de si, tanto em atividades esportivas, como nas ações cotidianas (RUBIO, 2008; 2009).

A vida é simples porque a luta é simples. O bom lutador retrocede, mas não desiste; cede, mas nunca renuncia. Se o impossível se ergue diante dele, desvia e vai mais longe. Se lhe falta alento, descansa e espera. Se é posto fora de combate, anima seus companheiros com suas palavras e sua presença. E ainda quando afunda ao seu redor, a desesperança não o invade (COUBERTIN, 2015, p. 585).

Em suma, os valores olímpicos relacionam-se com questões culturais e históricas. Se, em princípio, eles foram chamados universais porque os representantes do Movimento Olímpico tinham uma visão eurocêntrica do mundo, na época contemporânea eles se transformaram, adequando-se às demandas sociais, uma vez que conceitos como integração, sustentabilidade e multiculturalismo se fazem presente. Com isso, um grupo de sete importantes virtudes sintetiza a compreensão dos valores olímpicos: amizade, respeito, determinação, inspiração, coragem, excelência e igualdade (RUBIO, 2013).

Educar nos valores olímpicos é praticar os elementos que constituem uma sociedade democrática em que a cooperação, a tomada de decisão, o cuidar de si mesmo e do outro, a resolução de problemas e conflitos e a participação ativa na sua comunidade também se traduzem no ideal olímpico.

A ideia Olímpica é um convite permanente a todos os desportistas para que transcendam os seus próprios limites físicos e intelectuais [...] por uma conquista cada vez mais elevada na luta física, ética e intelectual de um ser humano para a perfeição (NISSIOTIS, 1984, p. 66).

8.1 AMIZADE

A *Ilíada* narra os acontecimentos épicos da Guerra de Troia, um confronto bélico entre gregos e troianos que começou com o rapto de Helena por Páris. Helena era rainha de Esparta e a mulher mais linda do mundo. Páris, príncipe de Troia foi a Esparta em uma missão

diplomática e os dois se apaixonaram. Tal paixão foi fruto de uma recompensa dada pela deusa Afrodite a Páris, que desempatou a disputa por uma maçã de ouro.

Na guerra, os dois lados se confrontaram por interesses. Um dos trechos da *Ilíada* narra o encontro entre o grego Diomedes e Glauco, um guerreiro lício aliado dos troianos. Seguindo um conselho da deusa Atena, antes de iniciar o combate, Diomedes pergunta a Glauco qual era sua linhagem, porque nunca o tinha visto no campo de batalha. Diomedes tinha receio de se colocar em perigo, combatendo inadvertidamente uma presença divina, pois estes tinham o hábito de intervir no conflito. Glauco, reconhecendo o guerreiro inimigo, recita sua linhagem, destacando seu avô paterno, o herói Belerofonte. Nesse momento, Diomedes deu-se conta da afinidade entre as famílias, um vínculo de amizade apoiado na relação de hospitalidade entre seus avós. Belerofonte foi hóspede de Eneu, avó de Diomedes², que na ocasião trocaram presentes. Esse vínculo é revigorado pela troca de armaduras entre Diomedes e Glauco, para sinalizar a todos a amizade que os unia. A importância desse laço de amizade muda o destino do encontro, tornando o combate um gesto de respeito mútuo, fazendo com que os guerreiros se afastassem e poupassem a vida um do outro: “Ambos, dos carros desceram, depois de assim terem falado, e, logo, aperto de mãos, como prova de afeto trocaram (HOMERO, *ILÍADA*, VI, 232-233).”

O que ocorre nessa passagem da *Ilíada* é uma mudança de comportamento dos heróis, da inimizade para a amizade. A revelação da identidade dos heróis foi capaz de alterar a conduta dos envolvidos com o reconhecimento de laços de amizade que, até então, eram desconhecidos. A ignorância se converteu em conhecimento para se tornar reconhecimento.

Ortega (2002) faz uma exposição cronológica do sentido da palavra amizade. Conceitualmente para ele, a amizade “tem o caráter de um hábito: ela é a expressão de uma determinada atitude moral e intelectual que visa o amor recíproco entre amigos, baseado numa decisão livre da vontade, em que cada um deseja o bem para o outro (p. 37)”.

A palavra amizade deriva do grego *philia* e do latim *amicitia*. Na Grécia clássica, um dos sentidos da palavra era o afetivo, como proximidade e de relações de parentesco, visto que, em um mundo descentralizado, da vida em pequenas comunidades, em que a hostilidade era frequente, as afinidades parentais garantiriam a existência das pessoas e a manutenção da sociedade. Com o deslocamento da cultura de clã para o ambiente urbano, na *polis*, a formação de um novo espaço social nasce e, com isso, as estruturas de parentesco se enfraquecem, permitindo o surgimento de outras formas de organização social definidas pela

---

² O hóspede na Grécia antiga era tratado com muita honra e o fato de ser hóspede de alguém criava entre eles laços de parentesco (KONSTAN, 2005).

liberdade de escolha e afeições pessoais. As relações de amizade estão inseridas nas comunidades e sociedades às quais pertencem. Nesse sentido, a amizade tem, também, um cunho político. Na constituição da *polis* grega, a amizade civil ou política era um dos alicerces da amizade perfeita aristotélica. A constituição do Estado na vida das pessoas determinava o valor moral da amizade civil, em que todos os cidadãos podiam desfrutar uma vida boa e virtuosa na procura do bem comum.

Nesse período histórico, Aristóteles (1984) analisa a amizade como uma atitude moral e intelectual que visa ao amor recíproco entre as pessoas, baseada no livre arbítrio e no desejo do bem ao outro. Mas havia uma diferenciação entre o amor e a amizade. Associava o primeiro às emoções e, o segundo, a uma disposição do caráter, porque pressupunha uma escolha. Escolhe-se amar em razão do que as pessoas são e não em decorrência de um sentimento. Com isso, o elemento racional estava acima do afetivo, permitindo uma união da amizade com a excelência moral, cujo principal fator era a busca da felicidade, entendida como a vida boa ou de boa conduta. Aristóteles tipificou a amizade em três formas: na virtude, no agradável e no interesse. Diferentemente das duas últimas, a amizade na virtude, que ele considera como a amizade verdadeira, é definida como uma benevolência recíproca. O amigo é amado por si mesmo, sem interesses. Amizade como um fim e não um meio para se atingir algum objetivo. Para ele, a amizade é uma das formas privilegiadas de atingir a identidade pessoal, a consciência de si mesmo. É através da amizade que encontramos no amigo o outro eu, ele age como um espelho, que reflete nossa própria imagem, por isso, perceber um amigo deve ser, de certa forma, perceber-se a si mesmo e conhecer-se a si mesmo.

A consciência do seu ser é desejável e também o é a consciência do ser do seu amigo; e essa consciência torna-se ativa quando eles convivem. Por isso é natural que busquem o convívio. [...] Pensa-se que eles se tornam também melhores graças às suas atividades e à boa influência que uns têm sobre os outros; pois cada um recebe dos demais o modelo das características que aprova e daí a frase: (aprender) ações nobres de homens nobres. (ÉTICA A NICÔMACO, IX, 12, 1172 a, 1- 15)

Ainda no pensamento de Aristóteles, as relações amigáveis com seu semelhante e as marcas pelas quais são definidas as amizades parecem proceder das relações de um homem para consigo mesmo, assim, o relacionamento do homem bom para com seu amigo é o mesmo que para si, pois o amigo é outro “eu”. Para Aristóteles, a amizade é uma virtude, condição fundamental para a felicidade. Com isso, a vida compartilhada com um amigo

contribui para a realização da excelência moral, pois a amizade perfeita cria as condições propícias para a expressão da virtude. Assim, na convivência virtuosa com o amigo, há um aperfeiçoamento recíproco.

Sendo assim, alguns amigos bebem juntos, outros jogam dados juntos, outros se juntam para os exercícios de atletismo ou para a caça, ou para o estudo da filosofia, passando seus dias juntos na atividade que eles mais apreciam na vida (ÉTICA A NICÔMACO, IX, 12,1172a 1-5).

Ortega (2002), por sua vez, relata que a participação do Estado nas relações de amizade se fez mais presente na Roma Antiga, com uma transformação da amizade fútil para uma moralmente recíproca. A sociedade romana encontrava seu fundamento na família, mais precisamente na aristocracia, que precisava de amigos para se impor politicamente. Havia uma contínua rivalidade pela glória e poder. Era possível alcançar a glória pelo dinheiro, pela família e pelas relações pessoais, e nesse caso, as amizades tornavam-se úteis, à custa de vantagens mútuas. Assim, as motivações éticas e emocionais davam lugar às questões práticas, em que a confiança e a honestidade eram substituídas pela hipocrisia e pelo egoísmo. No final da República romana houve uma mudança no contexto da amizade, transformada em mediadora dos conflitos gerados pelo seu uso utilitário. A partir daí, a virtude romana manifestava-se na obtenção de excelência pessoal e na glória pela realização de grandes ações a serviço do Estado. Dessa forma, a República reconheceu, publicamente, as ações do nobre romano e o eternizou através da glória.

Cícero (2012) afirma que não se deve buscar a amizade com vistas à recompensa, mas, na convicção de que a recompensa é o amor que ela desperta. Não que a utilidade esteja eliminada do campo da amizade, mas ocorre-lhe ser um efeito e não uma causa. É tudo aquilo que é verdadeiro e voluntário, cuja natureza é o sentimento do amor. Outras duas características da amizade apontadas pelo autor são a atemporalidade, ou seja, a permanência da amizade no transcorrer do tempo e a raridade. Durante a vida encontramos poucos amigos verdadeiros. Para ele, uma vez que os laços de amizade nascem do apreço pela virtude, é difícil que resista, se não permanecer na virtude. Foi para ajudar a prática das virtudes que a natureza nos concedeu a amizade e não para ser companheira do vício. A amizade depende mais de nós mesmos que do acaso. Uma vez que a virtude sustenta e concebe a amizade, faz a felicidade mais esplêndida. Pela partilha e comunicação, ameniza a adversidade, pois diminui o fardo a ser carregado; inspira uma doce confiança no futuro, sem permitir que os entusiasmos desfaleçam e caiam. Assim, a natureza moldou os seres humanos para viver em

sociedade, criando laços estreitos entre eles. A convivência com o outro é um elemento fundamental e indispensável para a amizade. As preferências e gostos em comum, que se harmonizam perfeitamente, são a essência de toda a amizade e, somente entre os bons, pode haver a amizade. A presença do amigo é a mola propulsora de ações virtuosas. Sem a amizade prevalece a solidão, perde-se a felicidade e, principalmente, não se partilha o amor.

Com o cristianismo, de acordo com Ortega (2002), a amizade passa a se concentrar em um fundamento transcendental. A palavra amizade foi designada para tratar as relações entre Jesus e seus discípulos; conseqüentemente, outros termos como fidelidade, confiança e gratidão passaram a acompanhar o sentido de amizade e do amor. A lembrança do amor de Deus conduzia as pessoas a amar ao próximo, com isso, o amor ao amigo fazia com que o cristão amasse a si próprio e ao divino. Ao fazer a associação da amizade com o transcendental, tem-se um processo de abstração, que permite tirar o componente emocional, como as relações humanas de afeto e, também, do componente social, na medida em que a amizade é sustentada pelo amor de Deus que une todas as pessoas.

Para Tillmann-Healy (2003), a amizade envolve estar no mundo com os outros, recebendo ativamente seus saberes. Os amigos ficam juntos principalmente através de interesses comuns. Há um sentimento de união e aproximação emocional. Busca-se no amigo uma série de elementos como a confiança, a honestidade, o respeito, o compromisso, a segurança, o apoio, a generosidade, a lealdade, a reciprocidade, a constância, a compreensão e a aceitação.

Percebe-se que a amizade está na relação com o outro, mas, essa relação tem um caráter mútuo, para com nosso próprio eu. Para uma vida equilibrada e, conseqüentemente, no encontro da felicidade, há a necessidade da busca do autoconhecimento.

Rawlins (1992) descreve as características de uma amizade típica e ideal. Primeiro, as amizades são essencialmente voluntárias. As pessoas são amigas de acordo com suas escolhas, com seus padrões e não podem ser impostas por uma fonte externa. Segundo, a amizade é um relacionamento pessoal negociado privadamente entre as partes. Terceiro, um espírito de igualdade permeia a amizade. Indivíduos de diferentes idades, habilidades e status social podem desenvolver uma amizade. Amigos tendem a enfatizar os atributos pessoais e estilos de interação para parecerem mais ou menos iguais entre si. Em seguida, um envolvimento mútuo caracteriza a amizade. Os laços de amizade resultam da colaboração entre os amigos para a construção de uma realidade social compartilhada. Essa realidade interpessoal envolve aceitação e suporte mútuo, verdade, confiança, segurança, assistência, discussão de ideias e sentimentos. Finalmente, a amizade implica em laços afetivos.

Sentimentos positivos, carinho, preocupação com o outro e um profundo amor entre si existem na amizade.

É frequente a evocação dessa condição, ao final de uma competição esportiva, com um aperto de mãos ou com a tradicional troca de camisas, renovando laços, que foram construídos pelo respeito mútuo. Ocorre um processo de aprendizagem sobre o outro, que resulta numa valorização das habilidades ou do conhecimento prévio do oponente.

Na celebração dos Jogos Olímpicos o espírito de amizade se faz presente, na alegria por uma vitória; ou, na tristeza, pela derrota, na angústia por um objetivo não alcançado ou no entusiasmo de um esforço realizado. O item quatro da Carta Olímpica (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2014) refere-se, justamente, à amizade como um dos princípios fundamentais do Olimpismo:

A prática do esporte é um direito humano. Cada indivíduo deve ter a possibilidade de praticar esporte, sem discriminação de qualquer tipo e no espírito olímpico, que requer a compreensão mútua com um espírito de amizade, solidariedade e *fair play*.

A partir desse princípio entende-se que o foco do Olimpismo está na formação de vínculos de amizade e de um entendimento mútuo entre as pessoas, através da solidariedade, do espírito coletivo, do esforço e do entusiasmo pelo esporte. A amizade citada na carta olímpica está intimamente ligada à tradição antiga da trégua olímpica. Um tratado assinado para permitir que atletas e outras pessoas pudessem viajar em segurança para participar ou assistir aos Jogos Olímpicos e retornar ao local de origem. Nesse momento deveriam ser interrompidas todas as disputas armadas e todas as batalhas entre os helenos. A região de Olímpia era declarada neutra e inviolável.

Para Coubertin (2015), uma das razões para a restauração dos Jogos a cada quatro anos era a oportunidade de um encontro fraterno entre as nações e, conseqüentemente, para a juventude mundial.

[...] desapareça gradativamente a ignorância na qual vivem os povos em relação uns aos outros, ignorância que alimenta os ódios, acumula os mal-entendidos e precipita os acontecimentos no sentido bárbaro de uma luta sem trégua (p. 529).

Dando sentido aos aspectos pedagógicos do Olimpismo, Coubertin colocava a amizade sadia como um dos principais meios de educação para os jovens. O modo de agir, valorizando a parceria e a colaboração, havia de conduzir à responsabilidade para com os

outros. Do contrário, restariam apenas os meios mais frágeis para a defesa, como a vigilância. Os atletas expressam esse valor cultivando laços com seus companheiros de equipe, bem como com seus oponentes, que perduram por muito tempo. Coubertin usava uma metáfora para exemplificar a amizade: “Um bom tecido precisa ser forrado e isso o mantém; o mesmo se passa com a amizade (p. 625)”.

Intimamente ligada ao esporte está a competição que, etimologicamente, tem origem no latim *competitivo*, em que *com*, significa “junto” e, *petitio*, “procurar, lutar”, resultando “lutar junto por alguma coisa”. Trata-se de um esforço em conjunto na qual todos os participantes tentem chegar a um grau de excelência que não poderia ser alcançado sozinho, sem a concorrência do outro. Nesse contexto, a competição cria um sentido de cooperação que pode, naturalmente, construir um vínculo de amizade.

Para Hyland (1978), na competição esportiva há uma aproximação, não casual, que abertamente produz uma compatibilidade entre os participantes. Podendo, assim, estabelecer uma conexão mais estreita, em que, implicitamente, um seja melhor do que o outro. Nesse caso, a concorrência serve como um estimulante para o desempenho. No jogo competitivo, os momentos de encontro são intensos, imediatos e totais, quando se atinge a realização, por mais momentânea que seja, aflorando o sentido da amizade.

Para ilustrar esse conceito, vale lembrar um episódio ocorrido nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, quando o atleta americano Jesse Owens estava quase desqualificado na prova do salto em distância, por ter falhado nas duas primeiras tentativas. Contam que o atleta alemão, Luz Long, adversário de Owens, aproximou-se dele e sugeriu que fizesse uma marca alguns centímetros antes da tábua de salto e a utilizasse como referência para ter uma margem de segurança. Owens seguiu o conselho e se qualificou. Na final do salto em distância, Owens ganhou a medalha de ouro e, Luz Long, a de prata. Ele foi o primeiro a felicitá-lo pela conquista, sob os olhares de Adolf Hitler, que buscava utilizar os Jogos como propaganda da superioridade da raça ariana. Owens e Long tornaram-se amigos. Anos mais tarde, Owens declarou: “Foi preciso muita coragem para ele ter sido meu amigo na frente de Hitler. Você pode derreter todas as medalhas e taças que tenho, que não seriam um revestimento suficiente sobre a amizade que eu senti por Luz Long naquele momento.” Long recebeu, postumamente, a medalha Pierre de Coubertin por seu espírito esportivo (acrescentar a referência).

Hyland (1978) afirma que a competição é um esforço conjunto em direção a excelência, na medida em que satisfaz o melhor de nossas possibilidades. É uma atitude de amizade: “Esforçar-se sempre para que o jogo seja competitivo é um modo de amizade (p. 35)”.

Encorajar a amizade no esporte é uma forma de se alcançar a excelência, a felicidade ou a vida boa: “[...] participar no esporte e não fazer amigos é ter falhado em tomar uma oportunidade de melhorar a vida (JONES, 2001, p. 135)”.

8.2 CORAGEM

Etimologicamente a palavra coragem vem do latim *coraticum*, derivado de *cor*, que significa coração e *actium*, de agir. Portanto, coragem significa agir com o coração.

O mito de Perseu e a Medusa exemplificam o conceito de coragem. Acrísio, rei de Argos, teve uma filha chamada Dânea. Com o desejo de ter um filho homem, consultou um oráculo, disse que Dânea teria um filho e seu neto o mataria. Temendo que isso ocorresse, encarcerou sua filha em um quarto subterrâneo de bronze. Zeus, como de costume, encantou-se com a beleza de Dânea e, sob a forma de uma chuva de ouro, penetrou no quarto onde estava aprisionada e engravidou a princesa, que deu à luz a Perseu. Acrísio, por sua vez, descobriu a existência do neto e ordenou que ambos fossem jogados ao mar numa urna de madeira. Após o arremesso, Dânea e o filho Perseu chegam a salvo em uma ilha onde foram acolhidos pelo pescador Dictis, que os tratou como se fossem de sua família. Passados alguns anos, o irmão de Dictis, Polidectes, um governante tirano, apaixonou-se por Dânea, protegida por seu filho Perseu. Em certa ocasião, Polidectes ofereceu um banquete aos seus amigos e a Perseu. Seguindo os costumes, todos levaram presentes, menos Perseu, que se sentiu humilhado por não ter nada a dar. Como forma de compensação, ofereceu ao rei a cabeça da Medusa, abrindo espaço para que Polidectes assediasse Dânea para casar-se com ele, acreditando ser essa uma missão impossível de ser realizada.

Como em toda saga heroica, Perseu contou com o auxílio divino, de Hermes e Atenas. De Hermes ganhou uma espada e, de Atenas, um escudo brilhante tal como um espelho, o qual Perseu deveria usar quando atacasse a Medusa, mirando-a indiretamente. Seguindo o conselho dos deuses, era preciso encontrar as Greias, divindades marinhas da primeira geração divina, pois somente elas sabiam o caminho para o covil da Medusa e, também, onde se escondiam as Ninfas, que guardavam certos objetos indispensáveis para Perseu cumprir sua missão.

Indo para o extremo Ocidente, Perseu conseguiu encontrar as três mulheres cinzentas que compartilhavam de um único olho. Num momento de troca, quando as três ficavam momentaneamente cegas, Perseu roubou o olho das Greias e as chantageou em troca de informações sobre como chegar às misteriosas Ninfas. Ao encontrá-las, obteve o que precisava para derrotar a Medusa: sandálias voadoras, um alforje para guardar a cabeça

decepada e o capacete de Hades, que o deixaria invisível. Com esses objetos, além da espada e do escudo, Perseu dirigiu-se ao esconderijo da Medusa e a encontrou em sono profundo. Medusa não possuía a imortalidade, porém tinha a cabeça enrolada por serpentes, presas de javali, mãos de bronze e asas de ouro. Quem olhasse diretamente para ela, era imediatamente petrificado. Até os deuses a temiam.

Com as sandálias aladas, Perseu pairou sobre a Medusa e utilizando o escudo para refletir seu rosto, deu um só golpe de espada, decepando-lhe a sua cabeça. Cuidadosamente, guardou-a no alforje e retornou ao seu destino. No caminho de volta, salvou Andrômeda, princesa da Etiópia, de uma serpente marinha que assolava aquele país e a tomou como esposa. Ao chegar à sua terra, Perseu encontrou sua mãe e o homem que o havia tratado como filho escondidos num templo, para fugir à fúria de Polidectes, após ter recusado sua proposta de casamento. Perseu foi ao palácio onde o rei entretinha seus amigos num banquete, tirou do alforje a cabeça da Medusa e reduziu todos os presentes a pedra.

A coragem é identificada nos heróis consagrados por sua capacidade de superar os medos. A coragem não é a ausência do medo, mas, a capacidade de enfrentar e avançar diante das adversidades. Porém, na perspectiva da moral, a coragem é apreciada quando está a serviço do outro e distante de interesses egoístas. Ela está condicionada e associada à disposição do enfrentamento. Entende-se por enfrentamento o ato de tomar decisões a partir do julgamento que se faz de uma situação e não, necessariamente, ao cumprimento de uma ordem ditada por alguém.

Nesse contexto, Aristóteles (1984) argumenta que o homem, que enfrenta e teme as coisas pelo devido motivo, pela maneira e pela ocasião, mostrando confiança nas condições adequadas, é bravo. O homem bravo sente e age conforme os méritos e de acordo com o que a regra prescreve. Assim, para ele, o homem bravo, o homem corajoso é capaz de enfrentar aquilo que aterroriza a pessoa comum, de forma corretamente prescrita pela razão e em benefício das finalidades certas. Portanto, o fim de toda ação e conformidade é uma disposição de caráter. Ele conclui que o homem bravo age e suporta conforme lhe aponta a coragem. Para Aristóteles, a coragem não existe onde dominam as condições extremas de medo ou de autoconfiança. Em tais extremidades, encontra-se o homem imprudente, que se excede na autoconfiança e o covarde, que é vencido pelo medo e pobre de confiança. O filósofo identificou alguns tipos de caráter em que a coragem está presente. O primeiro deles denominou de coragem do cidadão/soldado. A verdadeira coragem, representando os sentimentos nobres, que são a honra e a aspiração por um ideal. A coragem pode ser adquirida através do conhecimento, dessa forma, uma experiência anterior pode ser benéfica, mas

quando o perigo se apresenta ou uma situação é desvantajosa, ocorre o sentimento do medo. Em seguida, apontou a coragem existente na paixão. As pessoas apaixonadas, com sentimentos passionais, lançam-se em situações em que a avaliação do perigo é ignorada. Com isso, o motivo da autoconfiança não é a honra, mas, os sentimentos sem razão, o impulso do momento. Porém, pode-se aproximar da coragem verdadeira, quando a paixão é a inspiração. Outra faceta da coragem é proveniente da ousadia e do otimismo. A confiança no alcance dos resultados, mesmo sob o julgo de menor capacidade para se enfrentar os obstáculos. E, por último, quando a coragem corresponde à ignorância. Aparentemente, é um ato de bravura em encarar o perigo, mas, na verdade, é a falta de autoconfiança, pois, quando se percebe a situação fora do controle, foge descontrolado.

Assim, aquele que permanece firme e teme as coisas de que deve, por um fim correto, da maneira que convém e no momento oportuno, ou que se mostra confiante sob as mesmas condições, é um homem corajoso, pois as ações e emoções do corajoso estão de acordo com o que é meritório e segue o que a razão prescreve. O fim de toda a atividade é o que está conforme com as disposições de caráter das quais ele procede, e para o corajoso a coragem é nobre. Tal será, pois, também o fim que persegue o corajoso, já que uma coisa sempre se define por seu fim; é, por conseguinte, porque isto é nobre que o corajoso enfrenta os perigos e age conforme a coragem (ÉTICA A NICÔMACO, 1115b, 17-24)

Do ponto de vista formal, as ações imprudentes, corajosas e heroicas lidam com os mesmos objetos: medo e confiança. A capacidade de julgar e as ações realizadas contribuem para o conhecimento pleno do conceito. Por exemplo, em alguns grupos sociais a coragem é idealizada em termos de enfrentamento do perigo físico e da bravura no campo de batalha. Contudo, na sociedade contemporânea, a coragem pode ser expressa na maneira como a pessoa está preparada para a competitividade do mundo do trabalho.

Comte-Sponville (2009) afirma que a coragem não significa a ausência de medo, mas, uma capacidade de enfrentar, dominar e superar o medo. A coragem é a vontade mais determinada, que se manifesta perante o perigo ou o sofrimento. É, evidentemente, necessária. Na relação moral da coragem, segundo Comte-Sponville, a coragem somente é boa em si porque ela é uma virtude. Para o autor, a coragem é um bem e um ato, uma disposição para fazer o bem a outrem ou a uma situação de causa geral e generosa, que supõe uma forma desinteressada, altruísta ou de grande generosidade: “A coragem só é verdadeiramente estimável do ponto de vista moral quando se põe, ao menos em parte, a serviço de outrem, quando escapa, pouco ou muito, do interesse egoísta imediato (p. 47)”.

Diante disso, é possível perceber que os chamados atos de coragem são ações

cotidianas em direção ao bem do outro. Há um rompimento dos medos e dos receios, porém, estimula-se a curiosidade de desbravar o desconhecido que passa a ser um desejo de conhecer, assimilar e possuir. Para Walton (1987), atos de coragem podem envolver regras morais de conduta, porque são frequentemente arriscados ou dificultados pelas exigências do dever e são baseados no compromisso pessoal. Contudo, o julgamento, a habilidade e a experiência são requeridos, devido à natureza instrumental do agir virtuosamente em uma situação particular.

Como a coragem é um meio-termo entre o medo e a confiança, seus excessos são considerados desvios de virtude e as escolhas parecem ser fundamentais, por envolverem reflexão e racionalidade. O ato corajoso é impelido pela emoção para com o outro. Há uma movimentação em direção a essa ação que, imediatamente, desencadeia uma ação de reflexão em que as consequências, ganhos e perdas são calculados. Dessa forma, o altruísmo e a solidariedade são elementos presentes nesses atos. Em nossas escolhas, temos a intenção de obter o melhor resultado em cada situação, principalmente, o bem-estar nosso e do outro.

No entanto, algumas virtudes, como a coragem, parecem exigir a adversidade. Segundo Blum (1994), o sistema motivacional de uma pessoa pode ser construído em torno de motivos moralmente dignos, sem que ela realmente enfrente qualquer tipo de adversidade significativa. Uma pessoa pode ser excepcionalmente generosa, atenciosa, honesta e bondosa na ausência de adversidade. Isso não significa que tal pessoa nunca enfrentaria alguma tentação de agir contrariamente a essas virtudes; nesse caso, os conflitos de interesses ou inclinações pessoais não são o mesmo que a adversidade genuína. Para Blum (p. 256): “A coragem consistiria em perseguir fins valiosos contra obstáculos ou riscos para si mesmo, mas os fins podem ser justos ou precavidos”.

Peterson e Seligman (2004) definiram a coragem como forças emocionais que envolvem o exercício da vontade de realizar metas, frente a uma oposição externa ou interna. E listaram algumas características pertencentes à coragem:

- Bravura: não encolher diante da ameaça, desafio, dificuldade ou dor. Falando para o que é de direito, mesmo que haja oposição. Agindo sobre convicções, mesmo que seja impopular;
- Persistência: finalizar o que se começa, persistir no curso da ação apesar dos obstáculos, tendo prazer em completar as tarefas;
- Integridade: apresentar-se de forma genuína e agir de maneira sincera, assumindo a responsabilidade por seus sentimentos e ações;
- Vitalidade: não fazer as coisas sem coração, viver a vida como uma aventura; sentindo-se vivo e ativo.

As conquistas de grandes artistas e heróis esportivos são comumente admiradas e descritas como atos de coragem, mesmo que esses atos não sejam facilmente identificáveis como benéficos a outras pessoas. Nesse contexto, prosperar significa mais do que apenas ter sucesso em objetivos, mas cumprir com os anseios. Significa, também, estar de acordo com os padrões de excelência que são estabelecidos e que a sociedade oferece. Não apenas cumprir com obrigações morais para com os outros, mas garantir que, nós mesmos, prosperemos de várias maneiras.

Coragem como sinônimo de razão, paixão e ação, faz sentir como se alguma coisa nos oferecesse grandes realizações em face de ameaças para o seu bem-estar físico, mental e social que são percebidas regularmente pelos atletas competitivos (CORLETT, p. 52)

Konter, Ng e Bayansalduz (2013) conceituam a coragem no esporte como natural e desenvolvida, interativa e perceptiva entre a pessoa, a situação e a tarefa, que permite que o atleta se mova com competência, com domínio, com determinação, com assertividade, seja aventureiro (enfrentando o medo e assumindo riscos) e que implica no sacrifício (altruísta), ou seja, que voluntariamente aceita as circunstâncias do perigo. Segundo esses autores, os atletas, que desempenham o seu melhor, quebrando recordes, assumindo riscos relativamente elevados e desafiando adversários mais fortes em situações estressantes, são exemplos de coragem.

O medo pode estar presente em breves momentos que o atleta vivencia, como por exemplo, uma lesão física proveniente do contato com outro atleta em uma situação de jogo. O mais insignificante traço de medo, em alguns esportes, pode ser suficiente para pôr fim a carreiras. O medo está presente em diversas situações. O medo é uma constante na vida do atleta, o desafio está em não demonstrá-lo. Nesse contexto, a consciência dos limites e o respeito a si mesmo, fazem com que a definição de coragem seja a capacidade de aceitar a disciplina indispensável para sua excelência, em vez de desconsiderar as consequências das lesões.

De acordo com Hughes e Coakley (1991), na ética do esporte, um atleta não pode ceder à pressão, dor ou medo. Muitas atividades desportivas representam riscos inerentes de lesão, mas, voluntariamente, aceitar a possibilidade de lesão é um sinal de coragem e dedicação entre os atletas. Além da coragem diante de desafios físicos, coragem moral também está implícita nesta linha de orientação normativa. A ideia é que os atletas nunca recuem diante de desafios na forma de risco ou pressão, e que encarem os desafios físicos que

envolvem a coragem moral.

Para Corlett (1996), no esporte, a coragem requer a capacidade do risco ao dano pessoal ou ao perigo; a preocupação com ações internas boas, valores e padrões de conduta. É uma condição associada à disposição para o confronto. O confronto é entendido como o ato de tomar decisões com base no julgamento que se faz de uma situação. Nessa situação de confronto, os atletas podem apresentar sinais de temeridade, mas tratar o desempenho esportivo e os medos pessoais, que geram desconfiança com a falta de comprometimento, pode apresentar todas as desvantagens de ter medo e nenhuma das vantagens de ser corajoso. A coragem se enquadra em qualquer atividade, incluindo o esporte, cujo significado pessoal é tão profundo para seus participantes. Esse autor cita que as formas mais comuns do medo em atletas estão na presença do fracasso e na consequente desaprovação social. A perda da dignidade, do prestígio e o prenúncio constante de uma lesão, fazem com que o campo de jogo seja um desafio, os atletas percebem que sua sobrevivência física, mental e social está ameaçada e dependem de atos de coragem para a superação dos medos.

Apesar de tudo isso, os atletas optam por participar ativamente dessas circunstâncias que produzem o medo e que, em muitos momentos, tendem a debilitá-los. A procura incessante pelo desafio e o desconhecimento dessas situações é o motor propulsor das ações corajosas, porque, se o desafio fosse trivial, não haveria sentido em continuar o curso da ação. Nesse sentido, para Birrel (1991), coragem é a capacidade de prever um perigo imediato e, ainda assim, continuar com o curso dessa ação. A dificuldade de conseguir é a razão para jogar, ou suportar as emoções e criar as condições necessárias, que, em um estado de coragem possam surgir e permanecer.

Corlett (1996) afirma que a coragem como uma virtude tem um papel secundário no cenário moral contemporâneo. A sociedade na qual o esporte está incluído tem oferecido poucas lições sobre a coragem, mas, muitas sobre o medo. Contudo, o esporte pode mudar esse panorama na presença de inúmeras situações em que os atletas acentuam particularmente as diversas virtudes. O toureiro na arena, enfrentando todos os perigos para continuar uma tradição que remonta há muitos anos, cujo prestígio ou a morte são inerentes àquela atividade. Ou, o jogador de futebol, que perde um pênalti durante o tempo normal de uma partida decisiva e, mesmo assim, na disputa final de pênaltis, é o primeiro a se apresentar, pois os outros jogadores estão aterrorizados por uma eliminação.

Coubertin (2015), em seu discurso na ocasião do 25º aniversário da proclamação dos Jogos Olímpicos, reforça o conceito do Olimpismo e as características do atleta:

O valor é uma virtude de guerra que engendra heróis passageiros, (...); o antídoto permanente contra o medo não é o valor, mas a confiança, e a confiança nunca está sem sua irmã, a serenidade. (...) o atleta se satisfaz com seu esforço, gosta da sujeição que impõe aos seus músculos e nervos, graças ao qual ameaça a vitória, mesmo quando não a consiga. Esse prazer permanece dentro dele, egoísta em certo modo. Imaginem que se exterioriza, mesclando-se à alegria da natureza e aos impulsos. Imaginai-o com uma auréola de sol, exaltado pela música, enquadrado pela arquitetura dos pórticos. Assim foi quando nasceu, nas margens do Alfeu, o sonho resplandecente do antigo Olimpismo, cuja visão dominou durante tantos séculos a sociedade antiga (p. 544).

O esportista pode contribuir para isso, examinando e mostrando que o contexto atlético são formas excessivas de exemplos de como o esporte é moldado para acentuar virtudes particulares.

8.3 RESPEITO

O sistema moral e ético presume uma série de normas e procedimentos para se alcançar uma condição de harmonia. Frases como respeito ao próximo, respeito ao bem público, respeito aos pais e respeito a si mesmo demandam um grande esforço de compreensão.

Etimologicamente deriva do latim *respectare*, que significa olhar para trás, estar à espera, tomar em consideração e preocupar-se com. A partir disso, é possível observar que o respeito está nas relações interpessoais, iniciando-se em ponderações intrapessoais. Uma atitude respeitosa consiste em não prejudicar alguém ou alguma coisa, ou seja, a marca do respeito está na preocupação com o outro e necessita uma atitude ativa e constante.

O alicerce inicial para a compreensão do respeito pelas pessoas está no princípio kantiano de agir de maneira a tratar com humanidade, seja de si próprio ou ao outro, nunca como um meio, mas sempre como um fim.

Para Taylor (1989), um dos três eixos do pensamento moral é o respeito e as nossas obrigações para com os outros. As pessoas são comandantes das suas atitudes de respeito.

A maneira como caminhamos, movemos, gesticulamos, falamos é moldada desde os primeiros momentos por nossa consciência de como aparecemos diante dos outros, como estamos no espaço público e como este espaço pode ser potencialmente de respeito ou desprezo, de orgulho ou vergonha. Nossa maneira de ser expressa como somos, desfrutando do respeito ou faltando com o respeito, comandando ou não fazendo (p. 15).

A humanidade, no sentido racional, é formada por pessoas com propósitos e vontade

própria que usam da inteligência e do conhecimento para tratar outros como um fim, que governa sua conduta de acordo com as regras. Para Tuxill e Wigmor (1998), respeitar uma pessoa como regra é reconhecer as regras que ela segue, mas também aceitar que essas regras podem se aplicar a si mesmo.

Ricoeur (1991) entende que a norma moral deve ser utilizada como critério para que as pessoas respeitem a si mesmas. É através do princípio da universalidade que se garante o respeito aos outros. Ricoeur argumenta que o respeito assume um caráter universal, à medida que não estabelece que se deva respeitar o maior número de pessoas possível, mas respeitar cada pessoa em sua particularidade, cujo caráter e comportamento podem ser subordinados e explicados por regras sociais ou psicológicas. O respeito corresponde ao apreço de si, que passou pelo critério da norma e concede dignidade, reconhecendo a existência do outro, admitindo que o outro possua valor e dignidade.

O respeito próprio é outro componente dessa equação. Para Kant (1997, p. 187), o respeito de si mesmo é fundamental para o respeito aos outros: “A condição prévia de nosso dever para com os outros é o nosso dever para com nós mesmos. Nós podemos cumprir o primeiro apenas na medida em que o primeiro cumprir este último”. Nessa condição, as atitudes individuais não são dissociadas das atitudes para com o outro. Nossas obrigações e deveres para com os outros estão na relação que fazemos para nós mesmos. O respeito de si mesmo faz com que os vínculos sociais se fortaleçam e ocorra uma reciprocidade de atitudes respeitadas.

No âmbito esportivo, o respeito é tradicionalmente representado como *fair play*, jogo limpo, espírito esportivo ou ética esportiva. A primeira citação do *fair play* data de 1595 sem qualquer vínculo com o ambiente esportivo, no histórico drama *The Life and Death of King John* de William Shakespeare. A *Sporting Magazine*, publicada a partir de 1792, foi o primeiro periódico esportivo do mundo a usar a palavra *fair play* regularmente (LOLAND, 2002). A partir de 1880, o termo foi incorporado ao esporte para designar um tipo de conduta e pode ser definido como um conjunto de princípios éticos que orienta a prática esportiva, principalmente do atleta e dos demais envolvidos no espetáculo esportivo (RUBIO, 2006; 2007).

A gênese do *fair play* está no cavalheirismo, uma espécie de comportamento social que contemplava a nobreza de caráter, os valores cristãos e humanistas relacionados ao Renascimento, e o ideal de homem da sociedade inglesa do século XIX (RUBIO, 2006; 2007; FUTADA, 2007; MORETTI E TAPETTI, 2007). Esse ideal foi construído sobre a obrigação de seguir as regras, que se adequavam aos interesses da aristocracia e da burguesia, mas que

pouco interessava a classe trabalhadora em termos de mudanças estruturais da sociedade. Loland (1998) comenta que o desafio é inserir esse conceito no mundo contemporâneo:

O pluralismo cultural e a diversidade moral mesmo em nível local representam um desafio ao significado do *fair play* como uma ideia moral. Representa, também, um desafio fundamental na prática para o treinador ou educador físico que de uma forma ou de outra está usando jogos competitivos como um meio de educação (p. 80).

O *fair play*, ou o comportamento cavalheiresco no esporte, foi incorporado ao ideário olímpico a partir da metodologia de Thomas Arnold, e de Hyppolyte Taine, ambos integrantes do sistema educacional inglês, (RUBIO, 2006). Coubertin entendia que o *fair play* era uma espécie de oposição à vitória a qualquer preço, cujo comportamento denegria a imagem do esporte e consequentemente promovia uma obsessão pela competição e, principalmente, pela vitória (Müller, 2004).

A sociedade humana funciona baseada no princípio da competição; sempre foi assim e continuará sendo. A competição é cada vez mais e mais intensa, e apresenta riscos cada vez maiores de corrupção. A competição desenfreada traz consigo graves riscos para o espírito do fair play, faz com que em determinadas ocasiões se cometam atos dignos de censura, engendra uma atmosfera lamentável de ciúmes, inveja, vaidade e desconfiança. Isso pode ser visto em todos os ramos de atividade, e a vida desportiva não pode estar livre disso (COUBERTIN, 2015, p. 535).

O *fair play* pode ser compreendido de dois modos. O formal, que é estar em conformidade com o cumprimento das regras e dos regulamentos que o participante da competição deve cumprir, sendo considerada uma obrigação. E o não formal, relacionado à conduta pessoal (esforço e dedicação) e aos valores morais do atleta e de todos os envolvidos com o mundo esportivo. O *fair play* informal não está limitado por regras escritas e é legitimado culturalmente, e a ausência de uma regulamentação oficial confere a ele um caráter subjetivo (LENK, 1976; LOLAND, 2002). Como um ideal moral para o esporte, o *fair play* deve incorporar e equalizar a mesma importância para as dimensões formais e informais.

Nesse sentido, Tamburrini (2010) argumenta que o oposto do *fair play* é a trapaça, entendida como uma violação das regras escritas de um jogo, realizado a fim de obter uma vantagem ilícita para si mesmo ou para uma equipe, sobre os adversários. O *fair play* é praticado quando são respeitadas as regras do jogo formal ou informalmente, porque isso é exigido por elas. O *fair play* exige uma subjetivação sobre o escrito dos regulamentos. Isso implica em uma imediata aceitação das regras e uma vontade de cumpri-las. Enquanto um

competidor não quebra uma regra, ele estará jogando de forma justa e moral. No entanto, é necessário um acordo para que as regras sejam interpretadas de modo a garantir que todos os participantes tenham perspectivas compatíveis com as regras e os princípios culturais associados ao jogo. Arnold (1992, p. 250) comenta que “quando uma pessoa escolhe voluntariamente entrar no esporte, ela faz um compromisso tácito de respeitar as regras que são aplicáveis. Ao quebrar esse acordo é como fazer uma promessa e depois não a manter”.

Segundo Rubio (2001; 2007), o *fair play* presume que haja uma formação ética e moral daquele que pratica e se relaciona com o ambiente esportivo, implicando no respeito pelas normas e na recusa de outros meios que não a própria capacidade para superar os oponentes. Nessas condições, não são aceitas formas ilícitas que objetivem a vitória, o suborno ou o uso de substâncias que aumentem o desempenho. Os atletas que obedecem às regras apenas para serem recompensados ou por medo de serem punidos, não cumprem os padrões do *fair play*, porque os atletas que se enquadram nessa categoria não estão obedecendo ao espírito e as regras por vontade própria (WIGMORE e TUXILL, 1995; 1998).

Parry (1998) afirma ser o *fair play* fundamental para que se possa competir juntos, seja no âmbito esportivo ou perante a sociedade. Portanto, deve ser um valor compartilhado por todos. É um contrato celebrado pelos atores de respeitar as regras e um compromisso de contestar em um espírito, que pode levar a boas ações, além das estritamente exigidas pelas regras.

Sendo um dos pilares do Movimento Olímpico, o *fair play* deve ser cultivado como uma das premissas para a estruturação do homem moral e ético. Mais do que um compromisso com as regras do jogo, é preciso respeitar todos os envolvidos, independentemente de seus atos, pensamentos ou ambições. Além disso, é preciso estimar o respeito pelo caráter e pelas qualidades positivas presentes nas pessoas. Ser atleta é optar por agir de forma limpa, respeitando seus oponentes.

Pode-se dizer, portanto, que em nossos dias, nos quais o progresso da civilização material (eu acrescentaria, o da civilização mecânica) tem louvado todas as coisas, existem alguns caprichos que ameaçam a ideia Olímpica, que produzem inquietações. Se, não quero em absoluto ocultar isso, o *fair play* está em perigo; e o está sobretudo em razão do desenvolvimento desse câncer ao qual se têm permitido expandir-se imprudentemente: a loucura do jogo, da aposta, do *gambling*. Pois bem, se faz falta uma cruzada contra o *gambling*, estamos dispostos a empreendê-la, e estou certo de que neste país a opinião pública nos apoiará: a opinião de todos os que amam o esporte em si, por seu grande valor educativo e porque pode ser um dos fatores mais importantes do aperfeiçoamento humano (COUBERTIN, 2015, p. 580-581).

Pela preocupação com o valor educativo do esporte e com o desenvolvimento individual, respeito caminha par e passo com direitos. Após uma reflexão crítica, objetiva-se, no esporte, o cumprimento da regra não pela simples obediência, mas pela condição de um agente ativo de nossas vontades.

8.4 EXCELÊNCIA

Um dos aspectos da humanidade é a capacidade de aperfeiçoamento na tentativa da realização de um objetivo, desempenhando habilidade, seja por talento natural ou pelo esforço, na busca da perfeição.

A excelência tem origem no conceito grego de *areté*, que significa fazer o melhor, cujo objetivo é elevar o indivíduo ao seu limite, é a capacidade de viver de acordo com as suas máximas potencialidades, tanto da alma como do corpo, sendo esse o alicerce da virtude ética grega.

A aristocracia grega valorizava as belas formas físicas e intelectuais e a perfeição do corpo era tão importante quanto os aspectos do bom caráter. Assim, uma pessoa completa deveria aperfeiçoar tanto as virtudes intelectuais como exercitar o corpo para mantê-lo belo e saudável. Entende-se a beleza como um atributo estético, um meio de dar alegria e prontidão à alma e de retirar do interior do ser humano a felicidade para o bem viver (REID, 2012). A excelência implica em buscar aquilo que é moralmente bom, cujo sentido de harmonia e beleza esteja no âmago de ações.

Para Reid (2012), os músculos de um atleta evocam o *areté*, que reflete a evidência de um trabalho duro. A palavra grega *ponos* significa não apenas a dor, mas também o trabalho exaustivo. *Ponos* é o trabalho necessário para alcançar não só desenvolvimento muscular, mas a utilidade militar, a excelência atlética e, finalmente, o *areté*. A estética atlética, então, colocava um valor especial no esforço voluntário.

A beleza atlética simboliza o triunfo da nossa natureza divina e espiritual sobre nossa natureza animal e física. Assim como a beleza de um cavalo de corrida elegante e bem treinado foi pensado para representar a excelência de seu dono, em vez de sua própria (nos antigos esportes equestres, a coroa da vitória sempre foi para o proprietário), a beleza do corpo bem treinado reflete a excelência da alma (p. 287).

Nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, os atletas competiam pela honra, para o viver bem, não temiam a morte na batalha. Esperavam serem elogiados em canções e versos após

mostrarem suas habilidades e terem a sua excelência reconhecida e registrada em formas de estátuas, poesia e aclamação. Para Reid (2012), o corpo do atleta traduzia a expressão da beleza da alma.

A beleza do corpo atlético reflete através de sua musculatura, equilíbrio, harmonia e serenidade as expressões de uma alma que domou e treinou sua natureza animal para servir os mais nobres comandos da razão. Essa moderação pode estar em desacordo com os mais altos níveis de sucesso atlético, mas não há razão para não admirar os atletas por outras razões que a vitória - de fato, muitos dos atletas mais admirados são elogiados precisamente por sua capacidade de alcançar a excelência fora de campo. Como na Grécia antiga, devemos interpretar o ideal da beleza atlética como uma expressão da beleza interna, que está conceitualmente ligada ao bem e ao verdadeiro (p. 293).

O esporte, segundo Austin (2014), é uma busca mútua da excelência através do desafio. O desporto não é um jogo de adição, em que o objetivo é uma autopromoção através da vitória sobre o adversário, mas, sim, uma atividade competitiva, que também é cooperativa porque pressupõe o respeito entre as pessoas que procuram fazer o seu melhor. O atleta procura a vitória, mas, deveria desejar o mesmo ao seu adversário por executar o seu melhor dentro das regras do esporte. No esporte coletivo, a preocupação com a vitória ou com a excelência da equipe substitui o desejo da glória individual. A preocupação com a excelência coletiva minimiza o interesse próprio em sua contribuição específica para a excelência. Por sua vez, o reconhecimento pela contribuição em participar com outros transcende a própria excelência. Assim, há a promoção igualitária entre a excelência atlética, a excelência moral e a vitória.

O lema olímpico *citius, altius, fortius* (mais rápido, mais alto, mais forte) representa a essência da excelência esportiva, muitas vezes enfatizando a vitória. Mas, vale interpretar como o fazer o melhor, sendo, a vitória, uma consequência do desempenho realizado. Coubertin esclarece sua posição em relação a esse lema:

Não nos esqueçamos de que os Jogos Olímpicos não são desfiles de exercícios físicos, mas sim tem como objetivo a superação, ou, pelo menos, a manutenção das marcas. *Citius, Altius, Fortius*. Mais rápido, mais alto e mais forte constitui o lema do Comitê Internacional e a razão de ser de todo o Olimpismo (COUBERTIN, 2015, p. 703).

Segundo Reid (2014), esse lema é, inevitavelmente, associado a algum tipo de recompensa extrínseca como, por exemplo, riqueza, honra e poder. Enquanto isso, o benefício à saúde é, muitas vezes, deixado para trás, quando atletas e nações buscam a vitória a todo

custo. Ainda, de acordo com Reid, a ética olímpica exige que se cumpram as regras e que se esforcem para exemplificar um conjunto ideal de valores pessoais, sociais e estéticos.

Parry (1988) entende que o lema olímpico (*citius, altius, fortius*) estimula a luta pela excelência, contudo, também sugere que o Olimpismo pertença somente às pessoas que têm habilidades proeminentes. Isso não deve ser uma forma de exclusividade ou de elitismo. Todos devem estar preocupados em obter o melhor de si. Com isso, o esforço, a luta, a disciplina, o aprendizado e a colaboração são considerados igualmente importantes, não apenas o vencedor. Essa ideia remete à frase de Coubertin (1966, p. 19) da busca pela excelência: "O importante nos Jogos Olímpicos não é vencer, mas participar, pois o essencial na vida não é conquistar, mas lutar bem". Essa é a medida fundamental da excelência do esporte. Ganhar uma medalha é consequência do esforço e dedicação de muitos anos de treinamento, mas, não é possível ganhar uma medalha sem ter lutado na busca da excelência: "Um recorde desportivo é um limite ao qual o homem chega mediante a colaboração das forças com as quais foi dotado pela natureza e aquelas desenvolvidas por ele mesmo, com a energia de seu caráter (COUBERTIN, 2015, p. 215)".

Parry (2006) considera o esporte capaz de fornecer experiências prazerosas, oferecendo oportunidades para desenvolver e expressar as excelências humanas valorizadas, cujo objetivo é desafiar as propensões e habilidades humanas.

A busca da excelência pode percorrer dois caminhos: da dádiva e do esforço. A dádiva ou dom refere-se àquele que nasce com habilidades capazes de serem aperfeiçoadas, porém, muito precocemente, o executor do gesto realiza a atividade com destreza e desenvoltura sem precedente. De outro lado, é possível observar a mesma situação de máximo desempenho, porém como produto de longos períodos de treinamento e esforço pessoal. Contudo, mesmo na dádiva, o resultado somente é alcançado com dedicação e esforço, gerando o aperfeiçoamento.

Assim, a excelência implica num alto grau de qualidade e perfeição, e não necessariamente a superação do outro. Tal condição pode ser levada a muitas esferas da vida social que, conseqüentemente, pode ocasionar uma transformação social.

Ouso dizer que hoje o momento mais bonito nos Jogos Olímpicos não são as exibições de excelência atlética, mas, também, mostrar a excelência social: a alegria compartilhada, a compreensão e até mesmo gestos altruístas de ajuda aos concorrentes. É instrutivo que chamamos estas coisas de desportivismo; podemos reconhecer que a beleza moral no esporte transcende regras e obrigações. (REID, 2014, p. 3)

8.5 INSPIRAÇÃO

Na mitologia grega, as musas eram entidades que tinham como atribuição a capacidade de inspirar as criações poéticas e científicas, elas eram a personificação da criatividade. De acordo com Brandão (2015), há uma divergência sobre o número real de musas, porém, o mais comumente encontrado são nove. Eram filhas de Zeus com Mnemosine, a deusa da memória. Após a vitória dos deuses do Olimpo sobre os Titãs, solicitaram a Zeus que criasse divindades capazes de perpetuar a glória dos Olimpianos através do canto. Posteriormente, tiveram seus papéis alterados para outras funções e atribuições, sempre relacionadas à alma artística e ao conhecimento científico. Os poetas, na antiga Grécia, conclamavam a ajuda divina por um momento de inspiração. As musas, ao sussurrar, respirar ou cantar no ouvido dos poetas confiavam o conhecimento divino, bem como, a competência de comunicá-lo. Essa vinculação com o metafísico se traduz numa vivência criativa traduzida em inspiração. A transcendentalidade do conhecimento, em muitos casos, faz a consciência ceder ao irracional e ao êxtase, entrando, dessa forma, em contato com o inconsciente. Assim, o componente transcendental da inspiração se faz presente. A origem de tarefas e ideias estava relacionada com o divino, um ser superior dotado de poder, que determinava o caminho das pessoas. No seu uso tradicional, a inspiração refere-se à influência de um ser sobrenatural, cujo indivíduo é usado como instrumento para a entrega das verdades divinas (THRASH E ELLIOT, 2003).

Em outro caminho, Thrash e Elliot (2003) apontam que a inspiração implica em motivação, o que quer dizer, que ela envolve a canalização de energia na direção de um comportamento. A inspiração é evocada, ou seja, é instada diretamente através de um ato de vontade ou decorre sem uma causa aparente. Envolve a superação das preocupações ou limitações da ação humana comum, pelo fato de que o indivíduo acessa e utiliza ideias que o fazem sentir-se melhor, diferentemente da que é gerada intencionalmente. De acordo com esses autores, a inspiração está associada positivamente com a motivação intrínseca, abertura à experiência, criatividade, percepção de competência, autoestima, otimismo e afeto.

O relato da inspiração como influência sobrenatural fornece uma ilustração paradigmática das características de motivação, evocação e transcendência. Podemos considerar a inspiração de cima como um estado motivacional evocado por uma revelação (gatilho) e dirigido para a conversão do conhecimento transcendente, revelado em uma obra de arte, um texto ou alguma outra forma concreta (alvo) (p. 872).

Pela inspiração. Podem-se captar os eventos que não controlados, considerados

altamente autodeterminados pelo ganho de controle sobre a experiência. Assim, é possível ser “inspirados por” quando se observa um companheiro de equipe executar com facilidade e precisão uma habilidade difícil e “inspirados para” ao atualizar, expressar ou imitar as qualidades observadas (THRASH E ELLIOT, 2004; GUCCIARDI *et al.*, 2015). Com isso, tem-se dois agentes exercendo uma força no mesmo sentido, o objeto observado, do qual se reage a partir das próprias atitudes e, posteriormente, sendo um modelo para ação do outro.

(A) ser inspirado por, envolve transcendência e negação de responsabilidade ao encontrar uma influência inspiradora, e (B) ser inspirado para, envolve motivação para transmitir ou estender as qualidades inspiradoras em direção a um objeto motivacional (THRASH e ELLIOT, 2003, p. 969-970).

A ação de ser “inspirado por” ou “inspirado para” advém de processos no qual a atividade humana é o princípio fundamental no contexto de relações sociais. Dessa forma, não se pode somente considerar a consciência da ação, mas, também fatores inconscientes ou transcendentais. A ação inspiradora é capaz de mudar comportamentos através da cognição e evidenciar que a competitividade, a crença e o esforço são elementos de ação para inspirar outros a fazerem o mesmo (COULTER, MALLET e GUCCIARDI, 2010).

Nesse sentido, de acordo com Connaughton, Hanton e Jones (2010), o reconhecimento do talento de indivíduos respeitados é positivo, ao proporcionar o incentivo e a inspiração para que metas e objetivos sejam realizáveis, melhorando, assim, a motivação.

Pierre de Coubertin era detentor de valores éticos e ideais como fontes de inspiração. Essa condição se reflete nos objetivos originais do COI, a saber: (1) assegurar que os Jogos fossem regularmente celebrados; (2) tornar esta celebração cada vez mais perfeita para merecer seu glorioso passado e estar de acordo com os ideais que inspiraram seus renovadores e (3) fomentar ou organizar todos os tipos de eventos e, em geral, tomar as medidas apropriadas para guiar o esporte moderno (COUBERTIN, 2015).

A celebração dos Jogos olímpicos modernos tem em seus rituais, a inspiração nos Jogos Helênicos, como a tocha olímpica e o juramento do atleta. A motivação desse ritual remete a:

Para escolher um dentre muitos exemplos: em Olímpia, os competidores – e não era, certamente, um dos episódios menos impressionantes dos Jogos – se reuniam diante da estátua de Zeus e prestavam juramento solene de que competiriam de forma limpa e leal, e prometiam também que estavam livres de reprovação e que eram dignos de enfrentar seus adversários. Zeus já não existe, e perdemos a fé nas estátuas, mas posso ver os atletas do futuro prestando juramento antes dos Jogos, cada um diante da bandeira de seu

próprio país, e na presença das bandeiras dos outros países, afirmando solenemente que sempre foram leais e honrados no esporte, e que disputam as competições Olímpicas com espírito de lealdade e honra. Não seria esta uma cena de uma beleza cheia de dignidade, pronta para inspirar por igual com as mais nobres e generosas emoções os atores e os espectadores? (COUBERTIN, 2015, p. 537)

Nem sempre é encontrada uma resposta racional para ações praticadas. Observa-se que a fonte de inspiração ou motivação do atleta no seu desempenho esportivo vincula-se a um determinado processo, desencadeando, assim, a ação, como por exemplo, uma palestra do técnico. O caráter exemplar de uma pessoa virtuosa é a inspiração que pode tornar a norma a ser seguida em uma condição admirável e impressionante. O argumento lógico é respeitar esse valor e utilizá-lo como fonte das ações.

No atleta, o reconhecimento do seu talento e o respeito que ele adquire foi percebido como um ponto crítico positivo, que proporcionou o encorajamento e a inspiração de que as metas e o potencial eram realizáveis. Motivar os atletas para alcançar o sucesso nos treinamentos e competições pode ser conseguido ao se proporcionar um treino especializado e aprender com exemplos inspiradores (CONNAUGHTON, HANTON e JONES, 2010).

A busca por ideias, a motivação para o cumprimento de uma tarefa, a procura de um meio para realização de um sonho, a tentativa de ser um mensageiro ou modelo de atitudes virtuosas ou simplesmente o fazer algo especial são demonstrações de como a inspiração faz parte do cotidiano e pactua para o desenvolvimento integral do ser humano. Com isso, a necessidade prática de um modelo inspirador e a vontade de fazer o virtuoso implica na não obediência a uma norma ou princípio pelo simples fato de que o ser humano pode transcender a ação consciente.

8.6 DETERMINAÇÃO

A capacidade inesgotável de ser desafiado é denominada determinação. Tal virtude é uma confiança íntima orientada em direção a uma meta clara e definida. Por mais difícil que a tarefa possa parecer, procuram-se meios eficazes e convicção plena para sua realização.

Assim, a determinação é um gesto relacionado com o cumprimento de um objetivo, que envolve a vontade de agir e disciplina para o seu cumprimento, gerando a adesão aos princípios que norteiam esta ação, mesmo que o caminho usado para o seu cumprimento apresente propostas que sejam contrárias à virtude (PEREZ E RUBIO, 2014). Nesse caminho, a determinação surge por meio do empenho em lutar por uma meta ainda não obtida (KIRBY, MORROW e YIH, 2014).

A determinação está intimamente envolvida com outros conceitos, como motivação e persistência. Etimologicamente, motivação deriva do latim *movere* que significa mover, ou seja, um chamado interno ou externo que leva a uma ação. E persistência denota de persistir, do latim *persistere*, “continuar com firmeza”, de *per*, “totalmente”, mais *sistere*, “ficar firme, ficar em pé”, quando algo resiste ou permanece por um período de tempo, resultando em uma ação que é, sucessivamente, realizada durante a vida. Para Kirby, Morrow e Yih (2014) a determinação “É uma função de motivação vital e básica (no engajamento de tarefas e na perseverança levando ao sucesso e crescimento pessoal) que não é vista como em nenhuma outra virtude (p. 391)”.

Numa definição clássica, a motivação é um conceito utilizado para compreender o complexo processo que coordena e direciona a intensidade do esforço dos seres humanos para atingir uma determinada meta, através de uma força interior, impulso ou intenção (RUBIO, 1999; MAGILL, 2000; WEINBERG e GOULD, 2001). Assim, a motivação é um processo ativo, intencional e dirigido a uma meta, que depende da interação de fatores intrínsecos (pessoais) e extrínsecos (ambientais).

Para Rubio (1999), determinantes internos são aqueles fatores de ordem subjetiva, como nível de aspiração, hierarquia de motivos, motivação do rendimento e atribuições causais, que podem interferir ou determinar o resultado de uma ação à sua própria capacidade ou a seus próprios esforços. Já, os determinantes externos estão relacionados ao meio social em que o atleta está inserido e que se manifestam na forma de incentivos ou dificuldades e problemas.

Vallerand, Deci e Ryan (1987) argumentam que é de fundamental importância o desenvolvimento da motivação para o rendimento e pessoas intrinsecamente motivadas a praticar o esporte demonstram mais energia, perseverança e um maior compromisso com a excelência esportiva do que aqueles que são motivados por considerações externas.

De acordo com Zílio (1994), a participação num treinamento esportivo ou numa competição representa uma oportunidade para o desenvolvimento e transformação da ambição num fato consciente. A tomada de consciência da ambição e o desejo de conseguir um desempenho fortalecem a força de vontade. Nesse contexto, o sucesso e o fracasso são experiências fundamentais: o primeiro leva à satisfação pessoal pela realização de um feito e serve de ponto de partida para novas realizações; o segundo serve de esforço para uma nova tentativa. Para ele, a persistência na perseguição de uma meta, o esforço consciente num treinamento, a participação numa competição, o desejo de melhorar seu próprio desempenho e a luta pela vitória conduzem a uma atitude, cuja virtude é a concretização do espírito do

esporte.

A firmeza de intenção de objetivos é uma ferramenta para o aprimoramento de capacidades físicas e mentais. Sobre isso, Coubertin (2015) se posiciona:

O alpinista é capaz de escalar uma montanha e não outra. O ginete, de amestrar um cavalo e não outro. E assim, em toda parte vocês encontram limitações de rigor mais ou menos matemático, que no princípio, no entanto, não saberiam calcular. Ninguém pode precisar de antemão seu próprio alcance, pois somente um caminho conduz para isso: o treinamento, o trabalho obstinado. E quando se chega à meta pretendida, quando se estabeleceu seu próprio recorde, isto é, o melhor resultado ao qual se pode chegar, é preciso seguir lutando para mantê-lo. Não há nenhuma garantia para a posse duradoura deste recorde. Somente um labor constante lhes ajudará a mantê-lo (p. 265).

Assim, a motivação para a realização de um objetivo, juntamente com a persistência para o alcance da meta, mesmo que em uma situação de derrota ou de dificuldades, fazem da determinação um dos valores olímpicos.

8.7 IGUALDADE

Justiça, igualdade e equidade são conceitos presentes em discussões nos âmbitos jurídico, político, esportivo e social. O mito de Antígona ilustra como as relações de direitos entre pessoas ou mesmo entre as instituições e as pessoas podem causar desgastes e injustiças.

A tragédia, narrada por Sófocles, se passa com um dos descendentes de Lábdaco, rei de Tebas. Antígona é uma filha de Édipo e Jocasta, irmã de Ismene, Polinices e Etéocles. Ela é fruto de incesto de Édipo com a própria mãe e tem como missão cuidar do pai cego e banido de Tebas, amparando-o até a morte.

Polinices e Etéocles expulsaram o pai de Tebas, após terem descoberto os seus crimes, e foram amaldiçoados por Édipo para morrerem em combate. Polinices e Etéocles combinaram exercer o poder de forma alternada, por um ano, a começar por Etéocles, que ao fim de seu período recusou-se a entregar o trono a Polinices. Com a traição do irmão, Polinices fez um acordo com o reino de Argos para recuperar o que considerava ser justo e avançou com um exército sobre Tebas. Porém, a maldição de seu pai Édipo tornou-se verdade e ambos foram mortos em batalha.

Consequentemente, com a morte dos herdeiros, o trono de Tebas foi ocupado pelo tio Creonte, irmão de Jocasta. Irado com a conduta de Polinices, considerado inimigo de Tebas, promulgou um decreto pelo qual proibia que se prestassem honras fúnebres a Polinices. Antígona considerou o funeral ser um dever sagrado, imposto pela lei dos deuses e, também,

o cumprimento de uma promessa que fez ao irmão de sepultá-lo. Portanto, contradizendo a ordem do rei, fez o enterro de Polinices. Por esse ato piedoso, fazendo com que a lei dos homens excedesse a lei divina, foi condenada à morte e colocada viva no túmulo de sua família. Enforcou-se na prisão. O noivo Hémon, filho do rei, matou-se sobre o cadáver da amada. Eurídice, esposa de Creonte, diante da perda do filho, desesperada, também se suicidou.

Nesse mito, a lei da família ou divina, que não é escrita, opõe-se à lei da *pólis*. Creonte impôs um decreto que estava pautado por uma norma condicional em detrimento de uma norma permanente, fruto da tradição e sem algum movimento egoísta como ideia de um golpe de Estado. A obediência de Antígona às normas não escritas lembra que, nos costumes gregos, enterrar os mortos é um procedimento sagrado. A razão dessa prática está na forma de piedade e na esperança de que o morto descansará no além, pois a remota hipótese de não ser sepultado implicaria que sua alma ficaria rondando os vivos, acarretando malefícios à comunidade. De qualquer maneira, aos olhos de Antígona, o justo deve ser feito e a igualdade perante todos deve ser concretizada, sejam eles inimigos do estado ou simples cidadãos.

Desde a Antiguidade Clássica, o conceito de igualdade foi o foco do pensamento humano, seja ele político, jurídico ou filosófico. Na Grécia, centro do ideal democrático, a igualdade somente existia entre os cidadãos, na esfera política da *pólis*, que eram os homens livres. Essa condição excluía os estrangeiros, os escravos, as mulheres e as crianças. Para o cidadão grego, a política e a vida social dentro da *pólis* eram um patrimônio. Cada um era parte de um corpo coletivo e aqueles que estivessem fora deste organismo, não teriam nenhum valor. Nesta condição o público prevalecia sobre o privado e a igualdade existia somente no domínio político entre as relações sociais na polis. Mesmo assim, pressupunha a existência de desigualdades, considerada algo natural, garantindo a harmonia da sociedade, desde que todos aceitassem sua condição social. Nesse contexto, Arendt (2009) afirma que, para os gregos antigos, a igualdade: “É a própria essência da liberdade, ser livre significava ser isento de desigualdade presente no ato de comandar, e mover-se numa esfera onde não existia governo nem governados (p. 42)”.

Aristóteles (1984) designa a igualdade como parte integrante de um conceito maior que é a justiça, para ele é aquela disposição de caráter que torna as pessoas propensas a fazer o que é justo, que as faz agir justamente e a desejar o que é justo, sendo a justiça a maior das virtudes do ser humano. Para ele, as ações justas “são todos os atos que tendem a produzir e a preservar a felicidade e os elementos que a compõem para a sociedade política (p. 105)”.

Para Aristóteles, a justiça era dividida entre distributiva e corretiva, e a igualdade,

dependendo da forma de justiça, tinha uma diferenciação de noção. A justiça distributiva representava agir de acordo com o mérito de cada um. Embora existisse hierarquização da sociedade, a não havia consenso sobre o que era mérito. Assim, os democratas eram identificados com a condição de homens livres; os oligarcas, com a riqueza; os nobres, com os bens herdados e, os aristocratas com a excelência. Nesse caso, a igualdade era a distinção entre os homens, proporcional ao mérito de cada um, o que os levava a serem tratados de maneira distinta em relação aos direitos e valores. Na justiça corretiva, havia uma relação de perda e ganho no trato particular entre as pessoas. O justo era equacionar as perdas e ganhos de forma a encontrar um ponto de equilíbrio. Nesse caso, a igualdade representaria o fato de serem todos iguais entre seus pares, ou seja, a igualdade entre os diferentes na *polis*.

A ideia de igualdade entre os homens foi introduzida pelo cristianismo no final do Império Romano. A doutrina cristã fortalece a noção de igualdade entre todos, não havendo diferenças entre as pessoas, uma vez que somos todos filhos de um único Deus (GALUPPO, 2002). Mesmo assim, as desigualdades nas relações sociais persistem sem que se altere a condição de igualdade perante Deus.

Nesse sentido, Aquino (2005) refere-se à justiça como o agir com o outro. Aquilo que corresponde, com certa igualdade, que pode ser realizado pelo direito natural, em virtude da sua natureza, ou pelo direito positivo, no agir de comum acordo. No caso do direito natural, há um ajuste ou proporcionalidade, ocorrendo, assim, uma quantificação exata do que é dado na mesma relação do que é recebido. Como na natureza humana pode haver um desvio de conduta, Aquino comenta que a igualdade natural não ocorre quando o que é exigido não é o plenamente restituído.

Baseado em Aristóteles, Aquino (2005) postula três formas de justiça: a comutativa, que regula a relação entre as pessoas; a distributiva, que regula a relação da sociedade com seus indivíduos; e a legal, que regula a relação dos indivíduos com a sociedade. Na justiça comutativa, a condição de igualdade e paridade de direitos entre as pessoas é realizada sem restrições. Essa implica em retribuir ao outro exatamente o que lhe foi acordado. Por outro lado, a justiça distributiva tem uma profunda relação com o poder político. Não há uma reciprocidade entre as partes, porque a pessoa, hierarquicamente superior, dá ao outro o que corresponde pela sua condição de merecimento. Porém, esse tipo de organização da justiça é relativo aos bens materiais ou temporais, uma vez que, em relação aos bens espirituais, daquilo que foi doado por Deus, não há qualquer tipo de desigualdade.

Até o século XVII, prevalecia a noção de que a desigualdade era natural, aceitável e desejável, uma vez que, uma relação de dominação e submissão sustentava a sociedade. A

partir do Renascimento e do Iluminismo, houve uma mudança na direção da igualdade entre os homens como ordem natural, pensamento que influenciou a Revolução Francesa.

Rousseau (1991) concebe na espécie humana dois tipos de desigualdades: uma natural ou física, por ser estabelecida pela natureza, que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das desigualdades do espírito e da alma. Outra, que se pode chamar de moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Essa consiste em vários privilégios de que alguns gozam em prejuízo de outros, como a riqueza e o poder; ou ainda por fazerem-se obedecer pelos outros. Rousseau supõe existir uma relação de dominação ou exploração de alguns segmentos da sociedade sobre outros. Essa dominação tem como procedência a condição humana, através de seus comportamentos morais e valorativos. Para ele há uma lógica evolucionista do ser humano, em que a desigualdade partiu da propriedade privada, ou da sociedade civilizada e acarretou o surgimento dos ricos e pobres, governantes e governados e dos senhores e escravos.

Suas ideias igualitárias contribuíram para a queda da monarquia absolutista, para a extinção dos privilégios da nobreza e do clero e a tomada de poder pela burguesia. Com isso, as noções de liberdade e igualdade fizeram parte do pensamento de outros filósofos.

No início do pensamento contemporâneo, o princípio da utilidade toma forma, diferentemente de uma perspectiva ética, que determina uma correção moral a partir de certas regras morais. Tem na consequência sua gênese. Suas características se aplicam individualmente e prescrevem a maximização do bem. Ou seja, devem produzir os melhores resultados e pressupõem uma avaliação dos dilemas morais de um jeito impessoal (SANDEL, 2013).

Segundo Sandel (2013), no utilitarismo proposto por Jeremy Bentham, às ações escolhidas devem dar as melhores consequências para todos os interessados, com isso, melhores consequências significam maximizar o prazer e minimizar a dor. Como uma forma de melhor significar o utilitarismo em virtude das críticas de que apenas seria um cálculo aritmético de pesar os prós e os contras das nossas ações, John Stuart Mill reformula a teoria e institui que se deve dar preferência aos interesses dos interessados. Nesse último caso, o utilitarismo defende que a igualdade é um princípio moral fundamental, não uma descrição de fatos, pois as pessoas, como atores, morais devem superar seu ponto de vista pessoal para considerar os interesses de todos em suas ações. Nessa perspectiva, aqueles que são dignos de consideração moral, não são de fato iguais, mas, seus interesses devem ser igualmente considerados, independentemente da classe social ou de suas diferenças pessoais.

Com o advento da economia de mercado imposta principalmente pelo mundo capitalista, após a segunda metade do século XX, prevalece a premissa de que as relações sociais são condicionadas pelas instituições, desde que sejam justas. Para Rawls (2000), a justiça é a estrutura básica da sociedade. É a primeira virtude das instituições sociais e das leis. Não importa quão eficientes e bem organizadas sejam, se elas forem injustas. Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na igualdade, que mesmo o bem-estar da sociedade não pode substituí-la. Rawls apresenta dois princípios, que espera serem escolhidos pelos agentes na posição original (uma situação inicial hipotética), em que estes desconhecem qualquer informação particular sobre a sua situação na sociedade, o que ele chamou de “véu de ignorância” como, por exemplo, classe social, condições econômicas e noções do bem e do mal. O primeiro princípio é de liberdade, em que todas as pessoas têm o direito às liberdades básicas como política (eleger e ser eleito), de pensamento, de consciência, de expressão e associação de propriedade pessoal. O segundo é a igualdade. Está relacionado com as desigualdades sociais e econômicas que devem ser organizadas de modo a representarem o maior benefício para os menos favorecidos e estarem ligadas a todos em condições de igualdade justa de oportunidades. A igualdade de oportunidades, geralmente, está associada a uma alocação de recursos, principalmente recursos sociais. As diferenças econômicas e sociais devem ser encurtadas e em condições acessíveis a todos pela justa igualdade de oportunidades. Para Rawls (2000, p. 33): “Uma vez que todos estão numa situação semelhante e ninguém pode designar princípios para favorecer sua condição particular, os princípios da justiça são o resultado de um consenso ou ajuste equitativo”.

Observa-se que as instituições das sociedades modernas devem compartilhar com as pessoas, os padrões de comportamento balizados por normas e valores morais e pelas devidas finalidades, utilizando estruturas unificadas pela igualdade, equidade e liberdade.

Segundo Loland (2010), o esporte competitivo tem como base um regime meritocrático da justiça distributiva. As vitórias e suas consequências, como uma premiação monetária, são distribuídas com base na distinção do desempenho. As derrotas e as penalidades são distribuídas com base na falta de desempenho ou violações das normas. A característica estrutural das competições desportivas é medir, comparar e classificar os concorrentes de acordo com o desempenho de competências relevantes no âmbito das regras. Com isso, para se alcançar um objetivo de forma mais justa é necessária a igualdade de oportunidade. Para Loland, essa igualdade pode ser explicada e operacionalizada pelo imperativo categórico kantiano de que as pessoas devem ser tratadas, não apenas como meios, mas sempre como um fim em si mesmo. Isso não significa um tratamento igual ou idêntico

em todas as situações, uma vez que, em muitas práticas humanas, certas desigualdades são consideradas relevantes, aceitáveis e até admiráveis, outras são consideradas irrelevantes ou problemáticas. O ponto chave é tratar todos como iguais.

Reid (2006) afirma que, atualmente, os atletas representam papéis comuns do esporte com relutância, especialmente quando existem diferenças pessoais ou políticas, mas, devem entrar em acordo a fim de ter uma chance mínima de vitória. Essa motivação para a vitória, sem dúvida, estimulou a integração racial no esporte e a participação feminina, mesmo quando existiam obstáculos culturais. O esporte permite expressar diferenças, até mesmo a raiva, respeitando, ao mesmo tempo, o status como iguais. Sobre isso, Nissiotis (1984) aponta que: "A competição esportiva transforma a agressividade humana - um impulso biológico, essencial, que expressa o desejo de dominar o outro - em um meio de relações sociáveis (p. 60". Os Jogos Olímpicos proporcionam um espetáculo educativo em que o mundo vê pessoas diferentes tratando umas às outras como iguais e, voluntariamente, submetendo-se aos papéis comuns.

Um dos objetivos do Movimento Olímpico é a sua internacionalização, baseada na igualdade entre todos os participantes, independentemente da sua nacionalidade, raça, gênero e orientação sexual, posicionamento político e de sua religião. Tal objetivo reflete-se no símbolo da bandeira olímpica com cinco círculos entrelaçados, representando a ligação entre todos os continentes.

Em todos os povos que convidaram solenemente a democracia a tomar assento em seu lugar em vez de dar-se conta de que ela se havia instalado de repente sem que eles o soubessem, a ideia da igualdade tem convertido numa das pedras angulares da vida pública e, especialmente, da educação. No entanto, mesmo que seja obrigado a aceitar desde a época do colégio as prerrogativas criadas pelo homem, é obrigado a admitir ao menos as que institui a natureza. (COUBERTIN, 2015, p. 147)

Coubertin entendia a igualdade como peça fundamental para o sucesso do Olimpismo, refletindo-se no direito ao acesso de todos a praticar esportes e, portanto, lutar pela liberdade individual. As origens do Olimpismo data do final do século XIX, quando o esporte ainda era o privilégio de poucos, e do sexo masculino. Contudo, essa situação se reverteu quando Coubertin (2015), em virtude do crescente interesse pelo esporte, afirmou:

Durante muito tempo após o renascimento do século XIX, o atletismo era apenas o passatempo ocasional de jovens ricos e semi-ociosos. Nosso comitê tem lutado mais do que ninguém para torná-los uma recreação habitual dos jovens da classe média baixa, que agora devem ser plenamente acessíveis à

adolescência proletária: cada esporte para todos, esse é o objetivo novo e não utópico a que nos devemos dedicar (p. 737).

Algumas questões ainda pairam sobre o pensamento de Coubertin e o Movimento Olímpico em relação ao conceito de igualdade. Parry (1988) faz duas distinções quando fala de igualdade. Primeiro distingue entre igualdade formal e real. Poucas mulheres são membros do COI, por exemplo, apesar de terem uma igualdade formal com os homens; mas, não real em relação à sua representatividade no COI. É de se pensar maneiras que possam interromper as barreiras que corroboram para isso. Em segundo lugar, distingue entre a igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento. Dentro do campo de jogo, todos são tratados igualitariamente, mas nem todos têm as mesmas oportunidades de fazer seu trabalho e ser competitivo em relação ao adversário.

No esporte, principalmente nas competições esportivas, a igualdade de oportunidades é menos exigente do que a igualdade obtida pelo resultado. Há uma grande desigualdade de oportunidades entre diferentes atletas. O desempenho esportivo, no qual as competições estão estruturadas, faz da igualdade de resultados o menos importante, uma vez que essa condição não permitirá vencedores nem derrotados. Contudo, as regras e normas que regem o esporte são fundamentais para a noção de justiça e para o entendimento da igualdade de oportunidades. Por mais que diferentes atletas tenham em comum as mesmas habilidades, o desequilíbrio entre a alocação de recursos, principalmente financeiros, resultante da estrutura de resultados das competições esportivas, faz com que a desigualdade de oportunidades floresça, uma vez que, menos recursos financeiros e de informações estarão disponíveis a todos (MCNAMEE, 2008). As regras das competições esportivas garantirão uma igualdade para que todos os atletas usem as mesmas especificações de equipamentos, por exemplo, mas, haverá uma limitação no acesso e treinamento desses mesmos atletas que não foram agraciados com a justa distribuição de recursos.

Chatziefstathiou (2005), em seu estudo, afirma que a natureza do Olimpismo tem sido contestada, por causa de inconsistências e paradoxos ao longo da história moderna do Movimento Olímpico. Os ideais de universalismo, multiculturalismo e igualdade foram minados por referências elitistas, racistas e etnocêntricas dos principais atores do Movimento Olímpico e nas diversas práticas evidentes dos Jogos Olímpicos como o *doping*, a comercialização e a profissionalização.

Desde o princípio do Movimento Olímpico essa era uma questão que mobilizava a preocupação de Coubertin. Numa época em que a luta de classes sociais era incessante por

melhores condições de trabalho pelo proletariado e, de outro lado, pela manutenção do *status quo* vigente pela aristocracia e pela burguesia, Coubertin (2015) fazia questão de enfatizar sua inquietação de que o esporte é capaz de minimizar.

O que faz com que a desigualdade seja insuportável para aqueles que a sofrem é, principalmente, sua tendência a perpetuar a injustiça; e os homens se levantam contra ela por causa de seu duplo caráter: a permanência e a falta de justificação. Se fosse passageira e justificada, não teria inimigos. Então, assumamos que, se em outros campos é quase impossível conseguir condições semelhantes, na república desportiva elas se impõem por si mesmas (p, 265).

Os Jogos Olímpicos, como competição esportiva, publiciza vitórias e derrotas entre atletas e a igualdade deve ser a condição inicial para a competição. A vitória, bem como a derrota, cujo esforço foi realizado nos princípios da igualdade, tornam o espetáculo esportivo uma referência de justiça e de ações morais.

9. VALORES OLÍMPICOS PELOS ATLETAS OLÍMPICOS BRASILEIROS

Diante do entendimento de que a profissionalização alterou profundamente a vivência e a compreensão dos valores olímpicos, a escolha dos sujeitos dessa pesquisa se deu buscando contemplar essa premissa. Para tanto, será utilizada a periodização proposta por Rubio (2010), cuja finalidade é: “facilitar a compreensão histórica da humanidade, uma vez que analisando o passado é possível observar que há porções da história que se distinguem de outras em períodos distintos (p. 55)”.

A autora identificou quatro momentos distintos ao longo da história olímpica contemporânea: Fase de estabelecimento - de Atenas 1896 a Estocolmo 1912; Fase de afirmação - Antuérpia 1920 a Berlin 1936; Fase de conflito - de Londres 1948 a Los Angeles 1984; Fase profissional - de Seul 1988 até os dias atuais. Nessa lógica, o amadorismo está situado entre os Jogos de 1896 e 1984.

O projeto “Memórias Olímpicas por Atletas Olímpicos Brasileiros” foi o ponto de partida para escolha dos atletas participantes dessa pesquisa. A história de vida dos atletas olímpicos, através de suas narrativas biográficas, deram luz ao processo de seleção.

Foram selecionados 10 atletas olímpicos, sendo cinco da fase amadora e cinco da fase profissional, em cuja narrativa inicial os valores emergiram sem que tenha havido qualquer incitação que os levassem a essa reflexão. São eles:

Fase	Nome	Modalidade	Edição Olímpica
Amadora	Eleonora Schmidt	Natação	Londres - 1948
	Deise Jurdelina	Atletismo	Helsinque – 1952
	Arnaldo de Mattos	Futebol	México – 1968
	Luiz Gonzaga de Almeida	Levantamento de peso	México – 1968 Munique - 1972
	Aderval Arvani	Voleibol	Munique – 1972
Profissional	Adauto Domingues	Atletismo	Seul – 1988
	Fabiana Murer	Atletismo	Pequim – 2008 Londres – 2012 Rio de Janeiro – 2016
	Sergio Dutra dos Santos	Voleibol	Atenas – 2004 Pequim – 2008 Londres – 2012 Rio de Janeiro – 2016
	Poliana Okimoto	Natação	Pequim – 2008 Londres – 2012 Rio de Janeiro –

			2016
	Mauro Vinicius Hilário Lourenço "Duda"	Atletismo	Pequim – 2008 Londres – 2012

Num segundo momento, as entrevistas formam agendadas previamente, em local de comum acordo com o entrevistado, foi apresentado a proposta desse trabalho, foram gravadas as entrevistas em vídeo e, depois, transcritas. Antes da gravação, foi explicado novamente ao atleta que o objetivo era seu entendimento sobre cada um dos valores olímpicos (amizade, coragem, respeito, excelência, inspiração, determinação e igualdade) e, se possível, uma situação em que esse valor esteve presente na sua biografia. De acordo com Caldas (1999) e Rubio (2006), o acesso à memória do atleta é facilitado porque se dá liberdade de narração e o entrevistado faz uma seleção de suas memórias e experiências que julga ser relevante, organizando sua lógica narrativa.

A cada atleta foi apresentado um dos valores olímpicos que na sequência, narravam suas ponderações, contextualizando suas experiências de vida, situadas no tempo que, de alguma forma, expressaram seu entendimento acerca dos valores. Essas experiências articularam-se com tradições e visão de mundo, que se traduziram em uma valorização do modo global de conceber a realidade em cada entrevistado.

9.1 AMADORISMO/PROFISSIONALISMO: UMA MUDANÇA NOS VALORES OLÍMPICOS

O esporte contemporâneo surgiu na sociedade europeia do final do século XVIII e início do século XIX, mais precisamente pela aristocracia inglesa, nas escolas destinadas à essa classe social. Tinha como objetivo o preenchimento do tempo livre dos estudantes das escolas integrais, muito embora operários e comerciantes também se apropriassem desse fenômeno, independente das restrições impostas à prática esportiva aos trabalhadores.

A expressão “amador” deriva do latim *amare*, que significa gostar de fazer, por amor. Esse foi um dos valores estruturantes do Movimento Olímpico desde a criação do COI.

Coubertin (2015), fortemente influenciado pelo espírito cavalheiresco dos ingleses, de quem necessitava do apoio para a consolidação do Olimpismo, tinha em mente que os atletas deveriam ter uma formação que os levasse a competir dentro do espírito amador verdadeiro, ou seja, aquele que compete por amor sem outros motivos como os ganhos materiais, o dinheiro, a fama e a corrupção.

Pessoalmente, convencido como estou de que o amadorismo é uma das primeiras condições para o progresso e a prosperidade do esporte, nunca deixei de trabalhar por ele; e quando, em 1894, propus reviver os Jogos Olímpicos, foi com o propósito de que estariam sempre reservados unicamente a amadores (p. 377).

Imbuído desse ideal, Coubertin assumia que os atletas em si não poderiam receber uma premiação monetária para praticar o esporte, mas tinha a noção de que existiam competições em que a busca de prêmios e recompensas se fazia presente como a corrida de iates e o tiro ao pombo. Contudo, Coubertin entendia que era possível encontrar atletas profissionais e amadores numa mesma competição, desde que não houvesse uma premiação.

Na esgrima não há profissionais no sentido estrito da palavra, mas por outro lado, os professores se enfrentam com amadores; e só recentemente se tem demonstrado que em todas as competições ambos participam em igual número, e nunca se tem dado prêmios de nenhum tipo, pois somente lutam pela honra (p. 377).

Diante da busca do “verdadeiro amador Olímpico”, Coubertin entendeu que uma única regra deveria ser criada para a definição do amadorismo. Nesse sentido, em 1914, reuniu num congresso especialistas para tratar do tema e, após uma série de discussões e conflitos de interesses por parte das federações esportivas presentes, ficou estabelecido que o conceito de amador devesse passar por quatro questões fundamentais (p. 646):

1. Quando se aceita um prêmio em dinheiro;
2. Quando se compete com um profissional;
3. Quando se recebe um salário como professor ou monitor de educação física;
4. Quando se participa de concursos abertos a todos (“*all comers*”).

Assim, para Coubertin, o amadorismo refletia fundamentalmente uma convicção. É a motivação para se engajar em um jogo ou outra prática por causa do jogo ou prática em si (SCHNEIDER e BUTCHER, 1993). E, em sua defesa, Coubertin relatava que os Jogos da Antiguidade eram uma competição entre atletas amadores, que não recebiam qualquer tipo de ajuda financeira para competir. Competiam pelo respeito e o amor ao esporte.

Ao longo da história olímpica, a ideia do atleta amador foi o cerne das virtudes olímpicas. No início, Coubertin cunhou o termo amadorismo com a preocupação da preservação de um conteúdo moral e educacional dos Jogos e do Movimento Olímpico. Mas,

com o passar dos anos e as mudanças radicais ocorridas nas condições socioeconômicas das sociedades, os atletas amadores do passado, que pertenciam a uma classe economicamente privilegiada, foram sendo substituídos por outros que tiveram que confiar em suas próprias condições para ter sucesso na carreira, uma vez que, a excelência esportiva e a especialização são características inevitáveis do esporte contemporâneo.

Para Elias e Dunning (1992), com o surgimento da sociedade industrial, determinadas modalidades passaram a ser regulamentadas e padronizadas, que definiram como processo de esportivização, em que regras rígidas visavam colocar uma certa igualdade de oportunidades aos competidores e um maior controle sobre os atos de violência e o uso excessivo da força física. Para os autores, tratava-se de um avanço no processo de civilização, comparável à "curialização" dos guerreiros medievais. Que, em contrapartida, poderia causar a perda da espontaneidade e da liberdade do jogo. Nesse momento, o esporte como prática organizada é fechado às classes sociais subordinadas pela defesa do amadorismo.

Rubio (2012) discute essa questão e pontua que, embora organizadores e praticantes do esporte tenham criado e defendido que o esporte era uma atividade de poucos e para poucos, o amadorismo tornou-se um dos pilares fundamentais do Movimento Olímpico. A perda do controle sobre a prática esportiva dos trabalhadores levou aristocratas e burgueses a uma cruzada em defesa do amadorismo. Para tanto, defendiam que a permissão para treinos e competições seria dada àqueles que pudessem praticá-los no tempo ocioso, ou seja, "distanciando os trabalhadores da participação em esportes institucionalizados e dos Jogos Olímpicos (p. 52)".

Segundo Coakley (1992), a definição de amadorismo usada funcionou durante muito tempo em prejuízo a todos que não eram brancos e membros da elite nas sociedades ocidentais.

Segundo Portela (2000), os termos amadorismo e profissionalismo são conceitos ideológicos modernos e, dessa forma, não pertenciam ao vocabulário grego da Antiguidade. Os atletas gregos não compreendiam a atividade desportiva como uma profissão, mesmo que dedicassem muito do seu tempo à prática esportiva e recebessem bens materiais ou monetários. Assim, os ganhos financeiros desses atletas "profissionais" não eram constituintes de um rendimento pelo exercício de uma profissão.

Para Portela (2000) é um mito a condição amadora dos atletas gregos.

Durante várias décadas do século XX, vigorou a ideia de que, na antiga Grécia, os atletas olímpicos eram verdadeiros amadores, praticando o

desporto pelo desporto e competindo apenas por uma coroa de oliveira, símbolo de glória e *aretê*. Todavia, este é um mito moderno, nascido durante o século XIX, simultaneamente com o desenvolvimento do movimento amadorista entre a elite britânica (p. 88).

Essa noção do puro amadorismo na Grécia antiga encontra certa divergência entre correntes teóricas. Portela (2000) contrapõe o pensamento de dois estudiosos da função amadora dos atletas gregos.

A tese de Gardiner (1910; 1930) é baseada no pressuposto de que nos primeiros tempos das competições desportivas, todos os atletas eram amadores aristocratas, e não aceitavam a ideia de exercer qualquer atividade profissional para obter um sustento econômico, praticando o esporte pelo esporte e não recebendo qualquer tipo de premiação pelas vitórias. A exagerada importância dada à excelência física e à obtenção de vitórias nos Jogos trouxeram consigo a especialização dos atletas e a dedicação exclusiva a um único esporte, com isso, os amadores foram substituídos por atletas profissionais, oriundos de classes sociais baixas que buscavam riqueza, participando da maior quantidade possível de competições. É, nesse ponto, que o autor evoca a decadência das competições esportivas na Grécia Antiga.

Por outro lado, Young (1984) entende que os primeiros atletas gregos não eram todos idealistas, aristocratas e verdadeiros amadores. Todos os atletas gregos, nas competições esportivas, independentemente da sua origem social, esperavam e aceitavam prêmios monetários pela sua vitória. Para isso, ele cita a *Ilíada* de Homero (XXIII, 255), que descreve a elite aristocrática recebendo valiosos prêmios por suas vitórias em jogos esportivos. Píndaro já declamava em suas Odes que presentes valiosos ou recompensas financeiras sempre estiveram associados ao reconhecimento das vitórias desportivas. Em muitos casos, embora o prêmio oficial dos Jogos Pan-helênicos fosse uma coroa de louro ou ser honrado como herói com uma estátua, a cidade natal dos vencedores concedia inúmeros benefícios monetários. E ainda temos um famoso atleta profissional aristocrata, Milão de Crotona, que durante 24 anos competiu em alto nível nos mais variados Jogos.

Portela (2000) pergunta qual a justificativa de Coubertin em banir o profissionalismo do esporte moderno, uma vez que, na Antiguidade, sua presença era aceitável e até incentivadora, e a resposta parece ser bem clara.

Na Antiguidade, a aristocracia nunca deixou de aceitar recompensas monetárias pelas suas vitórias atléticas, porque a sua posição social nunca esteve verdadeiramente ameaçada por uma classe de comerciantes que, aos olhos dos aristocratas, não passavam de novos-ricos sem pergaminhos

sociais. Esta mudança econômica e social desenvolveu-se no século XIX e tornou-se o principal fator que levou aos inícios do movimento amadorista, nascido entre a classe aristocrata da Inglaterra vitoriana (p. 93).

Giglio (2013) discute a questão do amadorismo utilizando para isso as referências sobre esse tema nos Boletins Olímpicos produzidos a partir das discussões geradas nos congressos olímpicos. Nesses documentos, fica evidenciada a pressão exercida pelas ligas de esportes como o *rugby* e o futebol, nas quais a presença maciça de trabalhadores e os sistemas de apostas, prática tipicamente inglesa à época, levavam a uma compreensão de amadorismo fortemente vinculada às questões de classe, e menos ao exercício atlético profissional.

O exercício profissional e a busca de rendimentos com a prática esportiva, entretanto, são fenômenos recentes do esporte, que se estabeleceram a partir da década de 1980 (Rubio, 2008). Entretanto, a discussão sobre o amadorismo como valor permanece viva, apesar das profundas transformações ocorridas no esporte olímpico mais recente.

Um dos fatores inerentes ao esporte são as vitórias, e nisso existe um valor intrínseco associado a uma motivação para alcançar um nível de excelência capaz de transformar o esforço físico em um prêmio. Os defensores do amadorismo no esporte reforçam que a concepção do esporte gira em torno do idealismo de que o esporte se faz pelas recompensas internas que traz.

Schneider e Butcher (1993) citam como recompensas internas: desenvolvimento de habilidades pessoais / sociais; amizade e companheirismo; competição / medição de si mesmo contra os outros; medir o eu contra os próprios ideais; liberação emocional; prestígio, respeito e glamour. Defendem os autores que a busca de ser um amador é a melhor motivação para o esporte, porque garante que o atleta jogue o jogo mesmo com todos os desvios e restrições que o esporte pode evocar. Assim, é irrelevante o pagamento a uma pessoa com motivação amadora, uma vez que não alterará seu comportamento. O perigo das recompensas externas é que elas podem alterar o foco no esporte, motivando os praticantes a agir de maneira a sempre buscar recompensas externas. Para os autores: “No esporte, participar por amor a ele, por sua própria causa - com a motivação amadora - merece defesa. Mas essa defesa não pode ser conduzida por meros passeios contra o dinheiro (p. 468)”.

Com o advento das transmissões televisivas, a partir dos Jogos Olímpicos de Roma em 1960, estabeleceu-se uma nova ordem aos eventos esportivos que culminou num processo de comercialização da competição olímpica, tanto na organização e infraestrutura dos Jogos, como no trato com os atletas que vislumbraram uma forma de associar suas proezas no mundo esportivo com as empresas interessadas nos ganhos financeiros com essa parceria (RUBIO,

2010; DONELLY, 1996). Isso levou o Comitê Olímpico Internacional a substituir termo “amador” por “não profissional” no código olímpico, em 1974, e aprovar uma premiação em dinheiro, patrocínio e fundos fiduciários para atletas em 1981 (DONELLY, 1996). Essa transformação levou a uma profunda mudança nos valores relacionados à competição em si, ao papel social do atleta e das empresas que gravitam em torno do esporte olímpico. Esse processo acelerou a profissionalização dos atletas e seus interesses comerciais no campo esportivo, bem como uma mudança nos ideais olímpicos. Para Chatziefstathiou (2005, p. 123).

Finalmente, o Movimento Olímpico testemunhou a mudança do amadorismo para o profissionalismo e o mercantilismo. O código amador tornou-se mais flexível, permitindo que os atletas ganhassem dinheiro com publicidade e o Movimento Olímpico sendo transformado em um negócio global rentável iniciando novos planos de marketing.

Dunning (1992, p. 299) observa no esporte contemporâneo uma orientação dominante.

A tendência no sentido de uma crescente competitividade, seriedade no modo de envolvimento e orientação para os resultados, observada em todos os níveis de participação, mas, principalmente, no desporto de alto nível. Dito de outra maneira, a orientação a que me refiro abrange a gradual e, tudo parece indicá-lo, inevitável erosão das atitudes, valores e estruturas «amadoras» e a sua correlativa substituição por atitudes, valores e estruturas que são «profissionais» em qualquer sentido do termo.

A mudança do amadorismo para o profissionalismo traz consigo uma mudança de prática. Houve um processo de democratização do esporte, daqueles que viviam da condição aristocrática para aqueles que, de algum modo, podem se sustentar através da força de seu trabalho. Essa condição permite uma igualdade de oportunidades para que o atleta de alto nível possa lutar pelo alcance e manutenção de sua posição.

9.2 VALORES OLÍMPICOS PELOS ATLETAS OLÍMPICOS AMADORES

O valor amizade foi abordado nas entrevistas sempre na relação com o outro, fosse adversário ou companheiro de treino/competição. Esse valor desponta como um conceito vinculado a uma relação estabelecida na situação da competição, quase sempre envolvendo o respeito, ou ainda uma ação afetiva, que se desdobra na expectativa de novos encontros. Isso aponta para o entendimento dos valores como uma ação global na qual cada valor se destaca, apenas, didaticamente. A amizade encontra-se muito próxima do respeito, da inspiração, ou,

mesmo da coragem, numa clara manifestação de sensibilidade em um universo marcado pelas manifestações físicas.

Na narrativa do Luiz Gonzaga, atleta do levantamento de peso presente nos Jogos Olímpicos do México, em 1968, surgem impressões sobre um adversário coreano, reencontrado 20 anos depois nos Jogos de Seul, ambos na condição de técnico da equipe nacional brasileira e coreana de levantamento de peso.

“Tive uma amizade com um coreano, que na época a gente competia (JO 1968), tenho uma foto com ele na abertura dos jogos. Pelo idioma, ele não me entendia nem eu o entendia, mas nos comunicamos por gestos. Para minha surpresa, ele estava com nossa foto lá (JO 1988)”.

“É um tipo de amizade que não tem barreira, que não tem distância, qualquer lugar que você vai, mesmo não falando o idioma, você cria aquela amizade”.

Os amigos tratam de compartilhar seus sentimentos, o que pode ser caracterizado por um pequeno gesto inesperado, como a foto guardada por tanto tempo. As marcas de um momento único, que deixa a lembrança de um instante singular, digno de ser revivido décadas depois afirma a transcendência da experiência vivida durante a competição. Segundo Arendt (2008), a amizade é a presteza em partilhar o mundo com os outros, assim, propicia um espaço para a manifestação da personalidade do amigo, de partilhar sua felicidade. Isso é demonstrado na fotografia mostrada no encontro de ambos, imagem de uma representação do real em um momento único das suas vidas. A fotografia serviu como uma ferramenta de registro de um momento expressivo de suas vidas. Bosi (1999) refere-se a isso como objeto biográfico, do qual se podem guardar emoções e uma parte da história, e que tem um valor documental e dá vida a momentos passados e revividos no presente porque representam uma experiência vivida.

O vínculo de amizade também surge na relação técnico/atleta. Na sua carreira como atleta, Deise representou vários clubes na capital paulista como o AD Floresta (atual Clube Espéria), SE Palmeiras e São Paulo FC. Quando passou por esse último clube, ela comenta que havia uma dificuldade de treinamento pela falta de técnicos e os próprios atletas encarregavam-se de ajudar uns aos outros. Naquele ambiente tão competitivo, o exercício da fraternidade entre os atletas é a principal lembrança guardada. A precariedade vivida em tantos clubes e locais de treino também favorece essa aproximação, que, carregada de afetividade, caracteriza-se como amizade.

“Eu não posso esquecer que ele foi meu técnico (Adhemar Ferreira da Silva),

meu amigo. Foi uma pessoa que tomou conta de mim.”

Superada a condição de atleta, Luiz Gonzaga, agora técnico, relata que busca retirar de sua experiência passada os elementos para promover, entre seus atletas, aquilo que de mais importante leva para sua vida. É inegável que um técnico com essa preocupação transcende seu papel de professor para se tornar um mestre, capaz de ensinar e compartilhar os conteúdos latentes passíveis de serem vividos no esporte.

“A gente cria um círculo de amizade sincera, respeitosa. Eu faço que todos eles acreditem que isso aqui é uma família.”

A relação técnico/atleta inclui a transmissão de habilidades e a aquisição de valores através da aplicação de padrões de excelência, que são resultados da própria história do esporte e da rica experiência do técnico/professor. Polanyi (1998) defende uma aprendizagem baseada na relação mestre-aprendiz.

Você segue seu mestre por confiança em sua maneira de ver as coisas mesmo quando não pode analisar sua eficácia em detalhes. Observando o mestre e emulando seus esforços com a presença de seu exemplo, o aprendiz capta inconscientemente as regras da arte, incluindo aquelas não conhecidas pelo próprio mestre (p. 52).

Na relação com o técnico, afloram comportamentos recíprocos de respeito e confiança e, é somente na interação social, que ocorre com a rotina diária de treinamentos, que fortalece o seu inter-relacionamento.

Companheiros de clube, a afinidade entre o treinador e o seu atleta vislumbra uma série de elementos que permeiam e fortalecem a amizade na questão do relacionamento com o outro.

Eleonora Schmidt levanta uma questão de sua época, no que diz respeito ao adversário, mais precisamente na rivalidade entre cariocas e paulistas. As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente na primeira metade do século XX, disputavam a posição de vanguarda política e cultural da nação brasileira. Na condição de capital do país, o Rio de Janeiro concentrava a maioria dos órgãos públicos brasileiros e, também, muitos clubes esportivos com potencial olímpico. Eleonora narra sobre uma seletiva para a formação da equipe brasileira de natação para os Jogos Olímpicos de 1948, ocorrida na capital carioca.

“Eu era a única nadadora paulista. Eu sentia, sabia que havia muita

rivalidade.”

Na ocasião, a nadadora contava com 16 anos, e não entendia a razão de tamanha rivalidade, uma vez que estava em jogo a formação da equipe que iria representar o Brasil numa competição internacional. Certamente, não havia entendimento sobre o conceito de identidade e a representação disso nas relações interpessoais vividas dentro e na beira da piscina. No pensamento de Hall (2003), ao invés de uma identidade única, fruto de uma narrativa que contempla história, tradição, símbolos, rituais, experiências culturais e sociais compartilhadas entre as pessoas que compõem uma nação, é preciso ter em mente que, em determinado contexto histórico, essa narrativa, que produz o sentido de uma nação homogênea, pode acabar ocorrendo exatamente o contrário e construindo diferentes identidades no interior da identidade nacional.

Hobsbawm (1990) chama a atenção ao dizer o que fez o esporte ser um meio eficaz de inculcar sentimentos nacionais foi a facilidade com que todos os indivíduos podem se identificar como nação: “A imaginária comunidade de milhões parece mais real na forma de um time com onze pessoas com nome. [...], mesmo aquele que torce, torna-se o próprio símbolo da nação. (p. 171)”.

Nesse sentido, conforme Eleonora narra, essas identidades, que em princípio estão em conflito, acabam sendo unificadas em um sentimento nacional que se expressava pelas glórias do esporte brasileiro.

“Mas aí depois quando eu entrei na turma das meninas, me entrosei super bem com as cariocas.”

A convivência e o pertencimento entre as atletas fizeram com que laços de amizade se materializassem. O pertencimento a um grupo relaciona-se com a noção de identidade; nesse caso, de uma identidade nacional, que ao mesmo tempo tem um caráter individual, ligado à representação de si, bem como social, quando está vinculada à relação com o outro, primordial no conceito de amizade. As relações de amizade, na narrativa da Eleonora, tornaram-se mais significativas quando proveram vínculos de identidade e pertencimento, ao invés de rivalidade, que podem ser evidenciados com a expressão “entrosar”, entendendo como harmonizar, adaptar e cooperar, características de uma relação de afetividade.

Como um dos elementos da formação de uma identidade nacional, Hobsbawm e Ranger (1983) citam a tradição inventada, que é uma reação a situações novas que assumem ora a forma de referência a uma situação anterior, ora estabelecem sua própria história através

da repetição.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (p. 9).

Na atualidade, há inúmeras atitudes atléticas tomadas como tradicionais, como a troca de flâmulas antes de uma partida ou a troca de camisas ao final de um jogo.

Arnaldo, do futebol, narra as péssimas condições de instalações esportivas, treinamento e equipamentos durante sua carreira atlética pelos clubes do interior do estado de São Paulo. Conta que a tradição das trocas de camisa entre os jogadores, como símbolo de amizade, não ocorria.

“A gente não podia dar a camisa porque só tinha aquela. O próprio roupeiro falava: não pode dar a camisa porque no próximo domingo tem jogo e a camisa é a mesma.”

Acredita-se que a tradição, esse ritual cavalheiresco, tenha começado em 1931, quando a França venceu a Inglaterra pela primeira vez. Os jogadores franceses estavam tão extasiados que perguntaram aos jogadores ingleses se podiam ter suas camisas como lembranças. Um dos momentos mais inolvidáveis da tradição foi uma troca que não aconteceu. Em 1966, a Inglaterra derrotou a Argentina por 1 a 0, nas quartas de final, mas o jogo foi tão violento que, quando o técnico da Inglaterra, Alf Ramsey, que se referiu aos jogadores argentinos como animais, viu um de seus jogadores trocando camisetas com um argentino, arrancou a camisa de seu jogador e jogou-a longe.

Amizade, no relato de Aderval, atleta do voleibol, é essencial para sua vida, ao longo de sua carreira, como atleta, técnico e mesmo durante sua aposentadoria, no encontro com companheiros de clube, nos jogos de Voleibol Master, narra.

“Você tem que ser amigo, principalmente no esporte que eu escolhi, um esporte coletivo, porque a gente convivia muito aquela situação toda.”

A principal demanda que se observa nos esportes coletivos está relacionada com a cooperação, uma vez que a concretização de um objetivo, seja ele um gol, uma cesta ou um ponto depende diretamente da relação estabelecida entre todos os atletas que atuam no jogo, independentemente de seu nível de habilidade. A busca pelo objetivo comum transforma

todas as pendências extra quadra em segundo plano, fazendo a equipe parecer um grupo homogêneo, com forte nível de amizade. De acordo com Jones (2001), o esporte (especialmente o esporte coletivo) é uma das poucas situações em que se permite que violem normas de privacidade e que, depois de um tempo, essas violações mutuamente acordadas confirmam uma intimidade recíproca, que fortalece a amizade da qual a competição tanto necessita. . Isso se aproxima da concepção de amizade defendida por Montaigne (1996) na qual o amigo é considerado como irmão.

Por outro lado, dentro da concepção profissional desenvolvida no esporte contemporâneo, sabe-se que o vínculo estabelecido no esporte está relacionado diretamente ao cumprimento de objetivos, e que a equipe é uma unidade produtiva, *per si* (RUBIO, 2003). Nesse sentido, ainda que haja uma convivência harmoniosa, isso não pode ser confundido com amizade, no sentido que os valores olímpicos preconizam.

Em diferentes culturas, a coragem é reconhecidamente um valor que distingue pessoas virtuosas das demais. Santos (2015) aponta que o herói enfrenta seus medos e não capitula, ainda que o combate não se apresente como à primeira vista lhe pareceu e que seus feitos sejam narrados como aparentemente dignos de um vencido.

A coragem como valor olímpico está intimamente relacionada com a capacidade de superação vivida cotidianamente pelos atletas. A busca do perfeccionismo, tão necessário para a conquista da excelência, sugere o enfrentamento das limitações pessoais e sociais a que estão sujeitos àqueles que desejam alcançar o nível olímpico (SILVA e RUBIO, 2003).

Essas marcas da coragem estão presentes nas narrativas de Luiz Gonzaga que fala sobre o convite para participar de uma competição internacional de agachamento, estilo que não faz parte do programa olímpico. Era a primeira vez que competia nesse estilo, mesmo fazendo parte do treinamento dos atletas de levantamento de peso.

“Eu estava disputando contra mim mesmo, nunca tinha tentado aquele peso (300 kg). Disse: eu tenho que ter coragem de vencer aquilo, essa barreira na minha frente.”

Experimentar o novo significa mobilizar recursos emocionais para enfrentar o desconhecido. A coragem permite a saída da zona de conforto permitindo o desprendimento e o altruísmo. Arendt (2007, p. 203) afirma: “A coragem libera os homens de sua preocupação com a vida para a liberdade do mundo”.

Para Peterson e Seligman (2004), a coragem, além do valor físico da superação do medo de uma lesão é, também, integridade e perseverança, é um ato de superação voluntária

de sensações como segurança, conforto e complacência em troca do fazer o que é certo, mesmo quando tem muito a perder.

Em outra situação, Luiz Gonzaga tinha se lesionado momentos antes da competição e seu técnico não queria deixá-lo competir, mas lembrou-se da situação em que assistiu a um atleta tornar-se medalhista olímpico no México (1968), mesmo competindo com um dedo da mão quebrado.

“Meu técnico não queria que eu competisse de jeito nenhum. Eu disse: "Não, eu vou tentar competir, se eu não posso fazer tanto, eu vou fazer tanto", mas eu tinha que competir. Tinha que vencer aquilo, eu precisava tirar o medo de mim. Todo o atleta tem que ter coragem, todo atleta tem que confiar”.

Ousadia e coragem são elementos fundamentais tanto em situações de treino como em competição. A coragem é, também, um atributo do imaginário heroico que fundamenta a ação do atleta olímpico, na medida que leva à superação do medo e da dor (RUBIO, 2001).

Dessa forma, mostrar aos outros que é possível uma marca de nosso caráter é uma atitude que denota coragem e certo grau de atrevimento. Para Bourdieu (1983, p. 142).

O esporte é concebido como uma escola de coragem e de virilidade, capaz de "formar o caráter" e inculcar a vontade de vencer ("will to win"), que é a marca dos verdadeiros chefes, mas uma vontade de vencer que se conforma às regras é o *fair play*, disposição cavalheiresca inteiramente oposta à busca vulgar da vitória a qualquer preço.

No caso de Eleonora, o que parecia ser o fim de um sonho, mostrou-se como uma oportunidade que exigiu dedicação e ousadia. Durante a seletiva das provas de saltos ornamentais para os Jogos Olímpicos de Londres em 1948, depois de conquistar sua vaga, soube que a delegação de saltos não iria aos Jogos por falta de dinheiro. Porém, disseram-lhe que ainda havia uma vaga na equipe de revezamento da natação. Mesmo não tendo competido até ali nessa prova, resolveu dedicar-se aos treinos e tentar a vaga dos sonhos.

“Então eu comecei a treinar, só tinha dois meses pra treinar. Eu não era nadadora, sabia nadar, logicamente, mas eu não era nadadora.”

Sua dedicação aos treinos e a coragem para enfrentar a situação desconhecida permitiram sua classificação para os Jogos Olímpicos. O que em princípio parece apenas um impulso é a coragem do enfrentamento de todas as adversidades possíveis para uma garota de 16 anos. Eleonora foi a atleta mais jovem daquela delegação.

Alguns momentos demandam decisão, e, seja pelo gesto da escolha ou pela atitude em si, é a coragem que desponta como virtude.

De uma forma parecida, Deise Jurdelina, presente nas provas de atletismo dos Jogos Olímpicos de Helsinque, lembra-se de uma competição no Rio de Janeiro, mais precisamente na pista de atletismo do Fluminense Football Club, um clube da aristocracia carioca da época. Havia muitos espectadores e profissionais da imprensa (repórteres e fotógrafos). Ela já havia participado da disputa dos 100m e fora convocada para os 200m, prova da qual nunca competira. Enquanto esperava sua chamada para a prova, num trecho da arquibancada destinado aos atletas e em companhia de sua mãe e de seu técnico, Deise sentia um grande medo e não queria competir.

“Eu tenho tanto medo, disse para minha mãe. E ela respondeu: Não, não, você pode ir sossegada, mesmo se você perder não faz mal, porque na vida não é só ganhar”.

“Fui. Na hora que o juiz chamou para correr 200 metros, o meu técnico veio, com a maior calma do mundo, explicou tudo que eu tinha que fazer. Eu fiz. E de repente, nesse determinado dia, eu bati o recorde sul-americano dos 200m”.

“Não era emoção, era medo, era medo porque tinha fotógrafo em cima de mim, tinha gente me abraçando, gente chorando”.

A condição de ganhar ou perder é inerente ao esporte, porém, há quem avalie serem sinônimos de êxito ou fracasso e, para outros, falta de habilidade ou competência. É claro que, no esporte, o aparente fracasso é um episódio momentâneo, que deve ser enfrentado como uma possibilidade de avanço, uma oportunidade de desenvolvimento.

O respeito envolve duas situações que podem estar conectadas: o respeito para com o outro, que pode ser correspondido (respeito mútuo) e o respeito para consigo mesmo (respeito próprio). Nesses casos, a figura do outro pode estar indiretamente envolvida na situação analisada, principalmente as relacionadas com as regras, com os regulamentos e com as instituições, cujo exemplo mais emblemático é o *doping*.

Luiz Gonzaga explica sobre a questão do respeito ao adversário e à competição em si, no caso, envolvendo a grande quantidade de atletas do levantamento de peso que foram flagrados no exame *antidoping*.

“É um desrespeito com o país que representa. Ele deve ter vergonha porque não respeitou seu país, ele (atleta) deve representar o país com dignidade.”

A vergonha é um sentimento de culpa e remorso por uma ação fora da regra ou malfeita, ao quebrar uma regra, um padrão ou uma norma. A falha em atender as exigências sociais, como a honra, que nosso papel na sociedade determina leva ao sentimento de culpa e vergonha, enfatizado pelo julgamento dos colegas e técnicos, e dos meios de comunicação que exploram o ato ou gesto ocorrido, sem conhecer todo o processo que levou àquela situação.

A honra não se refere apenas aos atos e comportamentos que correspondem às normas sociais. Na honra não há o respeito próprio independentemente do respeito aos outros e predispõe a sentir e agir de um jeito aceitável e inter-relacionado. Segundo McNamme (2008), aqueles que valorizam a honra necessariamente valorizam a reputação e, acima de tudo, a aparência dessa reputação. A honra não pode ser apenas a questão do privado, envolve o coletivo, e o coletivo inclui todas aquelas pessoas dignas de competir por honra. Para Taylor (1989), a dignidade, no pensamento moral, é outra forma do agir atitudinal que representa o sentido de nós mesmos comandando o sentido de respeito. No esporte, para Hughes e Coakley (1991, p. 314).

O atleta sabe que não há campeonatos a serem conquistados ou dinheiro a ser feito, mas há uma identidade e valor moral a ser estabelecido e reafirmado, e uma conexão com um treinador e um grupo de companheiros de equipe a serem honrados.

O respeito ao outro, mais precisamente ao adversário, é o tema nas narrativas de Eleonora e Deise. Ambas as atletas tinham sua carreira esportiva entre o final da década de 1940 e meados de 1950. Eleonora narra um fato ocorrido em uma competição. Uma adversária em sua tentativa de salto escorregou na plataforma e caiu na piscina. Como o salto foi considerado nulo, Eleonora pediu à arbitragem que desse uma nova oportunidade à adversária.

“Eu achei que não era justo ela não poder repetir o salto. Se eu ganhar, pelo menos tive o mérito de ter ganhado de uma competidora que estivesse competindo com as mesmas condições. O meu autorrespeito teria sido danificado.”

Conforme La Taille (2002), essa situação aponta para representações de si, que são as concepções que a pessoa tem a seu próprio respeito e influenciam as decisões referentes às suas ações e a pensar moralmente. O ser humano tem uma motivação de buscar as representações de si com um valor positivo. Quando esse valor positivo está enraizado em seu

caráter e surge uma situação em que é possível uma troca de papéis, ações são projetadas ao outro naquilo que é julgado ser moralmente correto. Quando os valores positivos são integrados à identidade e no relacionamento com outras pessoas que têm o mesmo valor, o sentimento de respeito leva à admiração. Aqui surge a questão da reciprocidade, que obriga cada um a se colocar no ponto de vista do outro.

Deise também narra sobre o respeito que tinha por uma adversária e companheira de treinamento (Benedita de Oliveira) e ao seu técnico. Lembra que Benedita era mais velha e campeã e recordista sul-americana dos 200 metros e, ao comentar esse fato com sua mãe, recebeu um conselho.

“Ela (sua mãe) sempre me fazendo com que eu respeitasse muito a Benedita, e o técnico que eu fizesse tudo que ele pedisse. E eu fazia.”

Outra forma de respeito está relacionada à figura da autoridade, que é construída nas relações interpessoais. A autoridade pode ser compreendida como uma forma de hierarquia das relações sociais, como do poder público, que é autoritário e a autoridade propiciada pela competência e prestígio, que se estabelece pela admiração. Segundo Araújo (1999), o respeito construído pelas relações interpessoais pode ser unilateral ou mútuo: “A autoridade autoritária funda-se nas relações de respeito unilateral, enquanto a autoridade pela competência funda-se nas relações de respeito mútuo (p. 41)”. Deise trata o respeito à Benedita e ao técnico na relação de competência e na figura de pessoas mais velhas, valor interiorizado pela formação moral que recebeu e procura utilizá-lo em suas ações.

Aderval, narra uma característica de seu esporte, o voleibol, no qual não existe contato físico com o adversário. mas quando ocorria um confronto, a pendência era logo solucionada, sem intervenção da arbitragem.

“Na nossa época não tinha como hoje. Quando há confronto prontamente recebe um cartão. Coisas que nem tinha na regra, na época nem tinha isso aí, cartão amarelo essas coisas não aconteciam, você só conversava.”

Huizinga (2010) confere para o jogo um valor ético que, em determinada medida, significa um teste da proeza do jogador como coragem e tenacidade e, principalmente, justiça. Apesar da grande vontade de vencer, o que deve prevalecer são as regras do jogo. As regras são de suma importância para o jogo, pois são vinculativas e não permitem dúvidas. São as regras que determinam que o jogo, enquanto um mundo temporário, fique absolutamente circunscrito em si mesmo. Para Huizinga (p. 31): “Assim que as regras são transgredidas,

todo o mundo do jogo desmorona. O jogo acabou. O apito do árbitro rompe o feitiço e coloca a vida "real" de novo”.

Pode-se considerar que a regra do jogo é uma lei imposta pelo consentimento mútuo, cujo respeito é obrigatório e, ao mesmo tempo, entre os atletas há um pacto de companheirismo, cumplicidade e respeito, uma espécie de *fair play* não formal. E quando há o desequilíbrio dessas forças, o conflito é iminente. Nessa condição, a cooperação, o diálogo e a solidariedade, como habilidades sociais, são determinantes para apaziguar os estados emocionais e subjetivos que estão exacerbados.

Arnaldo relaciona o respeito com a amizade. Ele narra que, durante o jogo de futebol, as disputas violentas eram deixadas de lado.

“Não tínhamos a intenção de machucar ninguém. O respeito era mútuo, porque fazemos várias amizades. Muitas estávamos do mesmo lado, no clube, na seleção.”

Há certa perpendicularidade entre o respeito e a amizade. O respeito pressupõe a consideração pelos outros. Respeito implica em responsabilidade com o outro e para com nós mesmos. Na amizade, a preocupação para com o outro também está presente, mas se distingue do respeito pela interpretação considerando-se, nesse caso, o sentimento do amor, no sentido aristotélico de trazer a felicidade. Derrida (1998, p. 640) afirma que: “Não há amizade sem o respeito do outro”. Esse respeito não deve ser apenas devido a uma causa (dinheiro, sucesso, fama), mas pela pessoa em si.

A excelência, por sua vez, é entendida como a busca do melhor de si e, com isso, talento, perseverança e muito trabalho fazem da excelência uma das principais características do atleta olímpico.

Eleonora e Deise guardam exemplos claros da relação com talento e excelência. Eleonora lembra sua segunda seletiva pré-olímpica, agora na natação, uma vez que os saltos ornamentais não iriam para os Jogos.

“Houve uma seletiva, era entre quatro ou cinco nadadoras, e eu ganhei a prova com o recorde paulista. Parecia impossível que eu realizasse aquela proeza, mas, eu consegui.”

Para Deise, as competições tinham um desafio a mais, seu estado emocional, em que apareciam a ansiedade e a falta de concentração, mas seu técnico tinha a solução.

“O técnico me dizia: “Eu quero que você ganhe desse cronômetro. Esse resultado que você faz em treino, você tem que fazer no dia da corrida. E melhor do que isso”. Na minha cabeça eu não precisava correr contra ninguém. Eu tinha que vencer o cronômetro, não eram as pessoas. Eu venci as pessoas.”

Loland (2001) define o recorde esportivo como um desempenho, medido exatamente por princípios matemático-físicos (metros, segundos ou quilogramas) dentro de uma estrutura espaço-temporal padronizada e definida pelas regras esportivas, sendo que é um desempenho melhor do que todos os anteriores medidos da mesma forma.

Por sua vez, Coubertin (2015), com sua visão educacional do Olimpismo, dizia que é decisivo para o atleta que ele continue sendo dono de si mesmo, e considerava que contrário a isso é o recorde pessoal, a melhoria constante do seu próprio rendimento. Na visão do Barão, a busca constante pelos recordes é contraproducente para o caráter das pessoas.

É preciso fazer do recorde algo exagerado, mas, em si mesmo, implica menos tendência ao exagero que as competições. A razão é simples. A competição leva a luta, a concorrência, com um ser animado; o recorde somente nos coloca diante de um fato inerte, um número, uma medida de espaço e de tempo; somente se luta, propriamente falando, consigo mesmo (p. 150).

Eleonora tinha como objetivo participar dos Jogos, para isso tinha que vencer as adversárias numa modalidade que não era sua especialidade, na superação dos próprios limites teve como coroação a vaga olímpica. Por outro lado, o desafio de Deise, fazer o seu melhor esbarrava em questões emocionais, com isso, a preparação individual e a interação social antes da competição foram determinantes para, primeiro vencer a si mesma, suas dificuldades e, depois, vencer as oponentes.

Luiz Gonzaga, Aderval e Arnaldo, respectivamente, narram ideias semelhantes sobre o conceito de excelência.

“Eu trabalho para fazer o máximo. O máximo não é amanhã, é depois. Tudo tem o seu tempo.”

“Eu sempre gostei de fazer direito, as coisas sempre da melhor maneira possível.”

“Era vontade de vencer e a gente corria atrás da excelência.”

Os três atletas compartilham da mesma vocação da excelência. No entender de Skillen (2008), a realização esportiva merece orgulho, não somente no caso das vitórias, mas em fazer

o melhor e, ao mesmo tempo, entendendo seus limites ao o que é o melhor: “Mas a principal lição moral do desporto, [...], é a aceitação dos limites, não apenas face aos adversários, mas à “natureza” (p. 180)”. Para esse autor, o esporte resulta na busca dos limites da maior habilidade, força e resistência, porque é um dos poucos domínios em que o ser humano é incentivado a alcançar seus limites e ensina o potencial que é viver tais limites.

Dentro da ideia de atingir seus limites, Yonnet (2004) afirma que a competição contra si mesmo é uma espécie de batalha íntima em que o atleta também é seu juiz. O limite de esforço despendido para a realização do desempenho esportivo depende de cada um. Essa competição demanda uma quantidade ilimitada de recursos, que fazem com que o atleta sinta a necessidade de delimitar seu esforço, para que não sucumba perante si mesmo

Para o atleta, há um componente motivacional para cumprir o seu potencial nesse papel de fazer o seu melhor. Seu nível de competência será julgado, como diz Yonnet, por si mesmo com critérios autorreferenciados, em que a trapaça e/ou agressão não se fazem presentes, contra si ou contra o outro, uma vez que deve existir uma tomada de decisão moral para seu comportamento e subsequentemente para o domínio do esporte.

Admiração, devoção e ser exemplo são alguns sinônimos do valor inspiração. A palavra inspiração motivou certa reflexão para os atletas olímpicos. Eles demonstraram, em suas narrativas, que esse sentimento não tem uma explicação concreta e recorrem a uma “força maior” para descrever o valor. A inspiração é invocada por uma pessoa ou objeto no ambiente externo (THRASH e ELLIOT, 2003).

Luiz Gonzaga menciona que, durante sua carreira, muitos atletas o inspiraram, em particular o competidor russo Vassili Alekseev, duas medalhas de ouro em Jogos Olímpicos (1972-1976), além de 79 recordes mundiais.

“Eu admirava o que ele ia fazer. Tem pessoas que a gente admira pelo comportamento. Do que eles fazem.”

Essa relação de admiração para com o outro reflete nossa capacidade de transcender a racionalidade e as emoções. Pieper (1989) descreve a transcendência como a capacidade de reconhecer que sempre haverá limites à compreensão e ao conhecimento humano e que os seres humanos serão guiados para algo ainda não alcançado. Taylor (1985) argumenta que a transcendentalidade pode influenciar a pensar que certas qualidades, causas ou realizações são traduzidas na forma de admiração e, quando as reconhecemos no outro, um sentimento de empatia torna-se evidente, com isso, esse reconhecimento ajuda a moldar quem somos. Thrash e Elliot (2003, p. 872-873) relatam que as emoções promovem o ato inspirador: “Uma

emoção positiva que é provocada quando se testemunha a virtude e que produz um desejo de ser virtuoso por sua vez. [...] a admiração é provocada pela habilidade”.

Arnaldo, diferentemente dos outros atletas, tinha num objeto específico sua fonte de inspiração, a bola. Nasceu e cresceu num bairro periférico da cidade de São Paulo e conta que assistir à televisão somente era possível à noite e não gostava de rádio; seu lazer era jogar bola.

“Minha inspiração principal era bola e eu adorava jogar bola”

Chauí (1989) afirma que a urbanização e a industrialização, características atribuídas às sociedades modernas, seriam fatores de fragmentação social. Contudo, a prática esportiva, que se traduz no encontro entre as pessoas, funciona como um fortalecimento das relações pessoais e, novamente, surge um sentimento de empatia. A bola se faz presente nessa interseção, num contexto em que as crianças ganham uma bola antes mesmo de começarem a andar, fazendo desse objeto uma parte significativa das brincadeiras e da vida das crianças desde muito cedo e está culturalmente integrada à vida das pessoas (GIGLIO e DAOLIO, 2005), e assim, o jogar bola é inspiração para o aperfeiçoamento de valores e relações sociais.

Na Antiguidade grega, a verdade, a beleza e a bondade eram consideradas qualidades inspiradoras. Thrash e Elliot (2003) entendem que a pessoa inspirada é movida pela verdade, ingenuidade, bondade, beleza ou por uma superioridade do objeto desencadeante e é motivada a transmitir, atualizar ou emular aquelas qualidades transcendentais.

Eleonora relembra que seu pai praticava saltos ornamentais no Esporte Clube Banespa, não era atleta, mas, conta Eleonora, seus primeiros saltos foram inspirados nele.

“Salto de costas, mortal de costas, isso eu vi ele (seu pai) fazendo. Minha técnica era zero. Ele me falou assim: "Você fica em cima do trampolim, deita em cima do trampolim, para fazer o salto anjo você faz assim, abre os braços, levanta a cabeça, levanta os pés e depois pula" e assim foi. Ou então o salto mortal (ele pegava minha nuca) e falava: "Agora você faz assim e quando eu apitar, você abre o corpo", e assim foi que aprendi”.

Nessa mesma direção, Deise conta que, quando criança, adorava correr. Corria pelas ruas de seu bairro na companhia do seu irmão mais velho; sua iniciação deveu-se a ele.

“A gente fazia constantemente isso (correr) desde os nove anos, por isso que eu digo que ele foi meu primeiro técnico, hoje eu entendo que foi ele minha inspiração”.

Para Thrash e Elliot (2004), a inspiração não é uma experiência terminal ou indizível, mas uma transmissão do conhecimento de bens superiores, e essa transmissão parece fornecer grande parte do tecido moral, estético e intelectual nos quais se baseiam as culturas.

Tanto Aderval como Luiz Gonzaga seguem nessa trajetória da transmissão de conhecimentos e de qualidades morais. Aderval, já como técnico de voleibol, leu numa revista especializada de voleibol, a entrevista do atleta Amauri. Nessa entrevista, Amauri afirma que Aderval havia sido um exemplo para sua formação esportiva e seu caráter. A emoção que essa entrevista despertou fez Aderval entender o papel que os mais velhos exercem sobre os mais jovens.

“A satisfação é imensa de eu ter sido a inspiração de um cara famoso, que foi meu atleta, que eu era o ídolo dele”.

Luiz Gonzaga depois de muitos anos como funcionário da Sociedade Esportiva Palmeiras, fica orgulhoso quando recebe um novo aluno que lhe foi recomendado por toda sua carreira atlética.

“E aí vem a felicidade da gente, porque o pouco que a gente aprendeu pode ser ensinado: “Vai lá no levantamento de peso, lá tem o seu Luiz Gonzaga, ele foi o bambambã do esporte.”

A inspiração é uma forma de motivação que aproxima as pessoas, e que tende a ter função especial, como a transmissão de conhecimentos e valores. Como um modelo, é um movimento de interiorização de atitudes e de expressão de algo que está concretamente valorizado. Thrash e Elliot (2004, p. 971) entendem que a “função de transmissão também pode satisfazer necessidades, particularmente, anseios humanos mais elevados, como criatividade, significado e verdade espiritual. Muitos desses objetivos são valorizados porque transcendem a si mesmos ou o estado de conhecimento de cada um”.

O conhecimento, seja ético, estético ou intelectual, é transmitido entre as pessoas que, por sua vez, transcendem o que é caracteristicamente passado entre uma fonte e um receptor, tornando-o um bem ainda mais valioso.

Perfeição, motivação e persistência são elementos que surgem nas narrativas dos atletas. A nota 10 de Nadia Comaneci é, ainda hoje, um dos feitos mais incríveis do esporte, pela perfeição com que executou seus movimentos nas barras assimétricas, gesto técnico fruto de dedicação, motivado pelo objetivo de conquistar uma medalha olímpica e traçar uma direção na sua rotina esportiva (treinos e competições) visando a novas conquistas futuras.

Sobre a determinação, Luiz Gonzaga criou um *slogan*, uma frase de efeito para se auto-motivar.

“Seja determinado, saiba o que você vai fazer”.

Essa frase reflete a determinação, na visão do atleta, de que suas metas podem ser alcançadas, desde que se tenha clareza sobre os caminhos para a sua realização. No esporte a linha que separa o sucesso do fracasso é muito tênue, assim como é frágil o ponto de partida para novas metas, ou a persistência de um novo após tentativas fracassadas. Peterson e Seligman (2004) entendem que o fracasso é desagradável e desencorajador e, assim, a persistência faz-se necessária para superar a tendência natural de parar, da mesma forma que uma tarefa parece intolerável. Para esses autores, influências positivas como bom humor e uma capacidade de autocontrole são necessárias para a manutenção da persistência.

A crença num futuro melhor provoca atitudes reforçadoras que levam o atleta a persistir, mesmo diante das adversidades.

“Sempre achei que podia ir pra algum clube grande, então eu era determinado, chegava cedo ao clube, concentrava, brigava, treinava, treinava, treinava para ver se conseguia alguma coisa melhor. Porque eu queria chegar, almejar alguma coisa”.

Nesse caso, a expectativa sobre o futuro está ligada diretamente ao rendimento esportivo. Um baixo rendimento resulta em expectativas reduzidas de sucesso, que por sua vez, levam a um sentimento de esmorecimento visando resultados futuros.

No início dos treinamentos dos saltos ornamentais, Eleonora deparou-se com uma insólita pergunta de outra atleta.

“Você sabe o que é o salto pontapé à lua? Eu não sei, disse. Tentei e nada de conseguir dar o tal salto. Até que fiquei dois ou três dias, horas treinando até que eu consegui dar esse salto.”

Para Eleonora, o desafio proporcionado pela companheira de treino fez com que seu empenho nos treinamentos aumentasse. Ao estabelecer uma meta, a persistência aliada com aprendizado da técnica foi um meio de atingi-la, com excelência. A superação constante de um desafio foi a maneira encontrada para se sentir competente e dominar a atividade. Segundo Duda (1992), tarefas desafiadoras, esforço, persistência e um interesse intrínseco pela atividade conduzem a um comportamento positivo.

Deise tinha em Benedita de Oliveira um desafio a ser superado. Competiam nas mesmas provas e havia uma diferença de 6 anos de idade entre elas. Mais experiente, Benedita ganhava as provas, o que provocou a reação de Deise.

“(Deise comentando com sua mãe a situação) Mamãe, a Benedita corre muito. Porque sempre perco dela? Ela é uma senhora e eu sou uma menina? E minha mãe falava: tudo na vida tem sua hora, você vai crescer e correr como ela. Só que você não pode parar. Você tem que ser persistente”.

Para Duda e White (1992), as expectativas futuras de sucesso e uma condição realista de alcance do objetivo são características que emergem do contexto esportivo como potencial positivo no comportamento das pessoas.

Aderval menciona outra característica da determinação. Em sua trajetória, procurou buscar a excelência esportiva com seu comportamento atlético.

“Perfeccionismo. Eu acho que a determinação é mais ou menos isso. Sempre fui determinado a fazer o meu melhor”.

Frost et al. (1990) definem perfeccionismo como o desejo da pessoa em atingir a excelência com elevados padrões de realização para si mesmo ou para seus companheiros. A busca em fazer o seu melhor, fundamento da excelência esportiva, requer comprometimento, persistência e superação pessoal. Atletas de elite precisam de pelo menos 10 anos ou 10.000 horas de treinos intensos antes de se destacar em eventos internacionais (HELSEN ET AL., 1998; BALYI, 2005; ERICSSON ET AL., 2007). Breivik (2010, p. 103) comenta que “Os atletas estabelecem altos padrões pessoais de realização, são motivados a ter sucesso, são altamente motivados para fazer o seu melhor e obter prazer dos esforços de perseguir metas”.

Justiça é a base para a discussão sobre a igualdade, uma vez que a diferença de oportunidade e de condições de treinamento, bem como possíveis interferências com questões políticas no esporte aparecem nas narrativas dos atletas amadores.

Sobre essa última questão, Eleonora comenta sobre a desistência de levar a equipe de saltos ornamentais aos Jogos de Londres, mesmo depois de selecioná-las. Segundo Eleonora, uma de suas adversárias, tida como a preferida da Confederação Brasileira de Desporto (CBD) para ser a representante nos Jogos de 1948, não foi à vencedora da seletiva, daí a desistência.

“Nessa hora eu senti o poder de você fazer parte de uma classe. Eu me senti

um pouco injustiçada, mas eu não quis criar caso, também quem era eu pra criar caso”.

O corporativismo é fortemente usado nas entidades esportivas, e essa dinâmica sobrepõe questões de mérito, provocando um paradoxo e um desrespeito aos valores olímpicos.

Nessa época, de acordo com Linhales (1996), a estrutura hierárquica e corporativista das entidades esportivas resultou em um contexto utilitário em que lideranças políticas utilizavam o esporte como meio de angariar votos, pois os políticos utilizavam a dependência e obediência dos clubes e entidades esportivas em relação ao Estado para buscar vantagens eleitorais.

Tanto Arnaldo como Aderval demonstram em suas narrativas a diferenças na igualdade de oportunidade e condições em seus esportes, respectivamente, futebol e voleibol.

“O fardamento era ruim, a bola era ruim, tudo era ruim. Era a diferente para um time grande. Uma bola boa no time pequeno aparecia na quinta feira em que treinava coletivo. Nos outros treinos, era tudo bola bem velha, é a diferente de um time grande”.

“Quem era da seleção, tinha melhores condições do que aqueles que não eram da seleção, porque tinha essa facilidade de só treinar, sem outras preocupações”.

McNamee (1998) entende a igualdade no esporte como um sistema de tensão inerente entre o “imperativo da igualdade” e o “imperativo da excelência”, assim, o sistema do esporte é definido e compreendido principalmente pela tensão entre a otimização da igualdade de oportunidade e a expressão da desigualdade. Nesse sentido: “É uma luta em que a igualdade de oportunidade é criada artificialmente para assegurar que os antagonistas se confrontem sob circunstâncias ideais”. O movimento de igualdade é criado pela correspondência entre ações e consequências. Para Martins e Altmann (2007, p. 2), analisando as ideias de Elias e Dunning (1992) sobre o esporte moderno, há que: “postular igualdade formal entre jogadores. Para tanto, pressupõe que as propriedades sociais dos participantes sejam temporariamente neutralizadas, dando igualdade de chances aos jogadores”.

A propósito da igualdade de oportunidades, Luiz Gonzaga relata uma decisão que tomou sobre a aceitação de mulheres nos treinamentos de levantamento de peso no Palmeiras, quando ainda não havia permissão para tal.

Ele estava no exterior, acompanhando alguns atletas em uma competição, quando recebeu uma chamada telefônica de um funcionário do clube.

“(Falando sobre a chamada telefônica) Seu Gonzaga, ontem aconteceu um negócio aqui. Veio duas mulheres aqui, duas moças, querendo treinar o levantamento de peso. Daí chegou o diretor do departamento, e colocou elas para fora, disse que aqui não era lugar de mulher.

Ao chegar ao Brasil, foi conversar com o diretor da modalidade.

“Conversei com o diretor, ele disse: “não pode”. Daí falei: “Pô, rapaz, na China já tem levantamento de peso feminino. Em todo quanto é lugar, mas porque nós não podemos?”. Ele respondeu: “Não pode, como vão treinar mulheres junto com os homens”. Respondi: “Fique tranquilo, deixa por minha conta”. E aí começou o levantamento de peso feminino no clube”

A participação feminina em modalidades olímpicas enfrentou inúmeras oposições. No princípio dos Jogos Olímpicos, Coubertin era categórico sobre a não participação das mulheres em diversos esportes que compunham o programa olímpico. Sua visão do ideal atlético dos Jogos da Antiguidade fazia parte das suas convicções.

Rubio e Simões (1999) comentam que a mulher, no esporte, era considerada uma usurpadora ou profanadora do espaço de uso exclusivamente masculino. Nesse sentido, seja como atividade de lazer ou como uma prática com finalidade bélica, isso desencadeou uma série de adjetivos que representam o mundo masculino: força, determinação, resistência e superação de limites.

Para Costa e Guthrie (1994), a ideologia do esporte, enquanto instituição hegemonicamente masculina, fez com que não proliferasse a experiência atlética feminina na busca de seu espaço. Como consequência, a mulher foi tida como uma invasora do espaço masculino, principalmente em esportes coletivos, uma vez que o poder grupal das mulheres representou uma ameaça à estrutura patriarcal da sociedade moderna.

As mulheres defendem o direito de participação no esporte, seja em qualquer modalidade esportiva, e negam que as diferenças naturais entre homens e mulheres sejam uma resposta para sua exclusão.

A prática crescente de esportes pelas mulheres representa em si uma tendência equalizadora. Contudo, (...), essa maior participação das mulheres numa área anteriormente reservada exclusivamente aos homens tende a acarretar, para as desportistas, duas séries precisas de sanções, que bem demonstram que o esporte e a sociedade moderna ainda são predominantemente andriaricais. De um lado a feminilidade das atletas é posta em dúvida por outros desportistas, em consequência principalmente de sua participação em esportes de contato físico. (...) Por outro lado, no que diz respeito à prática dos esportes, as mulheres se veem frente a numerosos

obstáculos que os homens não têm. (HARGREAVES, 2000, p. 14)

Diante desse panorama, o esporte mostra valores culturais da sociedade onde é praticado, reproduzindo sua hierarquia e peculiaridades sociais.

Deise demonstra em sua narrativa que nem sempre o (pré) conceito de uma situação realmente será reproduzido. Deise, de ascendência negra, após um início de treinamentos e competições defendendo as cores do Floresta, seu técnico recebeu uma proposta de trabalho em outro clube e convidou Deise para ir com ele para o Palmeiras.

“Eu fui aconselhada a não ir para o Palmeiras, porque o Palmeiras era clube de italianos e eu iria sofrer horrores. Foi tudo ao contrário, eu fui tratada ali como uma boneca, tudo o que os profissionais do futebol tinham desde o departamento médico, eu tinha. Eu fui muito bem tratada.”

Na primeira metade do século XX, o esporte, e no Brasil era uma prática elitizada e, consequentemente, excluía negros e mestiços. O esporte, por sua permeabilidade social, forçava uma posição de explicitação do racismo. Os clubes esportivos, em sua maioria fundados pelas elites, passaram a reagir à entrada de negros e mulatos em seus quadros; mas, diante da habilidade e da competência desses atletas e da possibilidade de títulos por eles conquistados, foi dada a eles permissão para treinar e competir (SANTOS, 1981). O amadorismo também foi utilizado como elemento dissimulador de racismo e segregação. Criado pela aristocracia, foi usado para reforçar o preconceito, principalmente contra a classe operária.

Hargreaves (2000) discute que há uma complexa interação entre classe, raça e sexo. Como exemplo, isso é facilmente compreendido na África do Sul no pós-*apartheid* que, ironicamente, por causa dos efeitos simbólicos da libertação, muitas mulheres negras no esporte sugerem que o patriarcado (e não o racismo) é agora seu principal inimigo.

Nesse contexto, é possível deduzir que a relação de um estado patriarcal, aquele cuja figura masculina é o chefe da família e das relações de poder, influencia o comportamento da sociedade, gerando uma condição de obediência sem limites, na qual o racismo passa despercebido.

9.3 VALORES OLÍMPICOS PELOS ATLETAS OLÍMPICOS PROFISSIONAIS

Os Jogos Olímpicos passaram por uma transformação nas últimas três décadas e vários temas surgiram na pauta atual, tais como o *doping*, o gigantismo dos Jogos, a violência no

esporte, a solidariedade olímpica, a comercialização ou mercantilização, a sustentabilidade e o profissionalismo.

A partir dessa pauta, é possível a profunda transformação no modo de pensar que atravessou o século XX e culminou na dúvida dos atletas a respeito dos valores propostos na concepção do Olimpismo. A narrativa dos atletas olímpicos profissionais mostra a complexidade dos valores olímpicos no mundo contemporâneo.

Confiança, companheirismo, adversários e amigos são as principais características que brotam das narrativas. O respeito e a amizade caminham juntos para o fortalecimento das relações sociais no esporte.

Adauto Domingues, do atletismo, durante sua carreira, morou na Espanha para ficar mais próximo das competições internacionais e dividiu a casa com outros atletas. Essa condição permitia compartilhar as despesas e ter uma relação mais próxima com outros atletas, um deles seu adversário de prova.

“A gente conseguiu fazer uma amizade de tal forma, que apesar da gente ser adversário, nós não éramos inimigos, tanto que nós somos amigos até hoje.”

Nesse caso, prevalece a máxima olímpica de que o adversário não é visto como um inimigo a ser destruído, mas alguém cuja capacidade e habilidade coloca à prova as próprias habilidades do atleta, tornando o adversário a razão de ser da própria competição, ou seja, a excelência.

Há, porém, outras perspectivas sobre a competição profissional. Watson e White (2007) apontam que, nessa esfera, existe uma visão que resulta em alienação e violência disfarçada de proeza atlética, e a violência pode se tornar um meio para justificar e validar o esporte.

A disposição [...] de “odiar” o oponente, pois eles são os principais obstáculos para vencer. A retórica bélica de aniquilação usada por muitos treinadores age como uma forma de excitação ou motivação para que o adversário seja objetivado como o inimigo. O que é valorizado é mais uma vitória do estilo militar [...] pelos atletas- soldados, ao invés de uma busca moral conjunta para *fair play* e respeito pelas relações humanas (p. 64).

Feezell (1986) entende que o atleta deve ver o adversário não como um inimigo, mas como um competidor amigável cujo desafio é necessário para melhorar o prazer em competir.

Anos mais tarde, Fabiana Murer viveu a mesma experiência de Adauto. Estar no circuito mundial de competições favorece o encontro dos atletas durante a temporada, criando

vínculos de amizade a partir dessa convivência.

“Apesar de a gente competir juntas na mesma prova, queira ou não, cria essa amizade quando o atleta está fora de casa, todos na mesma situação, então acaba criando esse vínculo de amizade.”

A convivência é um modo de desenvolvimento humano estruturado pela interação social e influencia na maneira de como as pessoas agem. Tubino (2005) relembra que as atividades físicas e principalmente esportivas constituem ótimos meios de convivência humana.

Duda, do salto em distância, confirma esses laços de amizade e, ao mesmo tempo, acrescenta que é fortificado quando há o respeito pelo adversário.

“E além da disputa, além de estarmos competindo um contra o outro, rola também uma amizade, e certo respeito que é passado de geração para geração.”

Esses momentos positivos de competição reforçam os princípios do respeito mútuo, base do relacionamento social. As situações de atrito provêm, possivelmente, da falta de comunicação adequada ou de atitudes impensadas. O conhecimento popular e os saberes tradicionais proporcionam o que Duda entende acerca das interações que são passadas de geração a geração, reforçando a cultura de um grupo ou sociedade.

Geertz (1989) entende a cultura como um padrão de significados transmitidos historicamente, dos quais são incorporados símbolos e visões de vida herdadas. São expressos de uma forma simbólica por meio dos quais as pessoas se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e outras atividades vividas. Dessa forma, os significados intergeracionais são parte daquele grupo e criam regras que estruturam um determinado mundo de acepções.

Duda cita o conceito de respeito que lhe foi passado e ensinado tanto por sua família como por técnicos e professores ao longo de sua carreira esportiva.

Serginho, do voleibol, comenta a relação de amizade com seus companheiros de equipe, que formam uma unidade, em que o sentimento de confiança se faz presente e as decisões são tomadas em conjunto.

“Amizade é você ser fiel aos seus companheiros de equipe, você ser fiel a qualquer decisão que eles tomam dentro ou fora da quadra. [...] Você poder confiar no seu amigo.”

No esporte coletivo, as relações de companheirismo fazem com que todos participem na tomada de decisão. Essa relação é fortalecida pela confiança mútua entre os componentes da equipe. Desse contexto, surgem ações que visam atingir as metas propostas pela equipe como ajudar o outro a melhorar seu desempenho, fazer os companheiros de time se sentirem pertencentes e valiosos e encorajar a excelência dos companheiros para atingir a vitória.

Novamente estabelece-se uma conexão da amizade com o respeito mútuo. O ato de governar a si próprio não deve ser confundido como liberdade incondicional, uma vez que toda ação deve considerar os demais companheiros. Kamii (1995, p.108) afirma que “Não pode haver moralidade quando se considera apenas o ponto de vista próprio”.

Em direção oposta, encontra-se a narrativa de Poliana, da maratona aquática. A competitividade faz as relações com outros atletas se manterem estáveis no âmbito da amizade. Poliana retrata essa situação quando diz que o seu verdadeiro e talvez único amigo é seu técnico, que também é seu marido.

“Num meio que a competitividade é muito alta é muito mais difícil de encontrar amigos verdadeiros. (...) Ricardo é meu melhor amigo.”

Nessa narrativa, o conceito de amizade verdadeira está para além de relações pessoais, reforçando a ideia de que há uma valorização profunda da relação de amizade.

Para Paine (1969), a criação e ruptura de amizades na sociedade atual é, em grande parte, uma questão de escolha pessoal que está além do controle social, tornando o curso que amizade é imprevisível. Para esse autor, a amizade verdadeira é uma relação de confiança enfática caracterizada pela autonomia, imprevisibilidade e terminação, e somente essa combinação aparece em poucas relações pessoais.

Conceitualmente a amizade é a preocupação com o outro. Para Feldman (1986), o desportivismo e a competitividade colocam os atletas em um impasse moral. O exemplo disso é quando se tem uma situação de dúvida em um jogo. Para o autor, o atleta competitivo deveria dizer que a bola foi fora e, presumivelmente, cumprir suas obrigações como um concorrente, enquanto o atleta esportista deve chamar a bola dentro, dar o ponto para o adversário e, assim, supostamente cumprir suas obrigações éticas.

Para Kretchmar (1998), o espírito desportivo sugere que há sempre limites para a competitividade.

Há meios limitados pelos quais a superioridade pode ser buscada, ganhada ou perdida e celebrada ou lamentada. Por exemplo, enquanto a competitividade indica que os atletas devem tentar o mais difícil para vencer, o desportivismo sugere que isso deve ser feito apenas por meio das regras e sem arriscar indevidamente o bem-estar dos adversários (p. 29).

A postura da Poliana é compreensível diante da competitividade no ambiente do esporte profissional. Há situações em que as características essenciais da amizade podem colocar em xeque o espírito competitivo que o atleta de alto rendimento traz consigo. O esporte não é guerra e os atletas não são guerreiros. Porém, em eventos nos quais o decoro deve ser mantido em meio a fortes emoções, amizade e competitividade podem não se relacionar.

Assim como entre os atletas amadores, os atletas profissionais narram sobre a coragem, fazendo associações ao enfrentamento de situações adversas e ao sentimento do medo. Adauto, Serginho, Fabiana, Duda e Poliana narram a superação do medo em diversos contextos.

Adauto conta sobre uma competição no Chile, o estádio estava lotado e ele esperava ansiosamente pela prova da qual participaria um atleta chileno, ídolo local, prova da qual ele próprio competiria e lembra:

“Alguns se entregam a esse medo e morrem, e alguns através da coragem, enfrentam a situação consegue superar o medo dessa mesma situação.”

Fabiana recorda dos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, quando uma de suas varas sumiu no momento da competição. Mesmo depois de protestar, precisou competir com outro tipo de vara que não era a mais adequada para aquela condição da prova. Naquele momento pensou em desistir, mas permaneceu na prova usando uma vara inadequada para aquele salto.

“Coragem é ir lá e enfrentar, porque a gente passa por muitas dificuldades durante todo esse trajeto.”

Não desistir parece ser uma constante entre os atletas quando o tema se refere à coragem. Serginho relembra que não esperava participar dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Considerava que seu momento na seleção brasileira de vôleibol já havia terminado em 2012, mas um chamado do técnico o fez repensar e aceitar esse desafio.

“A coragem tem que andar lado a lado do atleta, [...], principalmente na hora da decisão, os mais corajosos enfrentam as decisões, e saem com 100% de

êxito.”

Poliana começou a nadar em piscinas e depois migrou para a maratona aquática, prova disputada em um ambiente natural, seja no mar ou num lago. Sua primeira competição foi em mar, ambiente do qual tinha medo.

“Eu fiquei junto com os outros (para se proteger do medo) e eu pensando comigo que chegando ali no finalzinho eu ia dar um sprint e ganhar. Eu perdi e a competitividade em mim falou: “Meu, por causa de medo eu vou ficar em segundo? Não, pelo amor de Deus”. Na próxima prova, que se dane todo mundo, eu quero é ganhar”.

A atleta conta que a superação do medo do mar foi o seu maior obstáculo para se tornar medalhista olímpica. Depois de muito treino e várias competições, superou os temores, o que a fez enfrentar esse desafio. Aponta que a coragem é mais do que um ato de enfrentamento; é, antes de tudo, reconhecer as limitações e enfrentá-las.

“A coragem não é a ausência de medo, eu acho que a coragem é a vontade de você passar dos seus limites e superar esse medo.”

Entre as discussões acerca do conceito de coragem, Comte-Sponville (2009, p. 77) aponta que esta: “não é a ausência de medo, mas a capacidade de o afrontar, de o dominar, de o ultrapassar, o que supõe que o medo existe ou deveria existir”. Ou seja, a coragem é uma disposição de atuar voluntariamente, onde talvez o medo esteja presente, avaliando os riscos que são apresentados e um esforço na direção de um objetivo, sabendo que esse objetivo possa não ser alcançado.

Duda comenta sobre esse valor a partir das experiências vividas não apenas nos momentos de competição, mas nas questões básicas do cotidiano.

“Enfrentar os medos na hora da disputa, na hora do treinamento, você rompe barreiras, você precisa ter muita coragem para ir rumo ao desconhecido, porque apesar de nós sempre estarmos em busca de grandes resultados, grandes resultados trazem consequências desconhecidas. Então atletas que às vezes estão buscando grandes resultados e conseguem sabem que a vida dele muda. Então ele tem que ter coragem para ir em frente, alguns também tem medo até do sucesso, tem medo da derrota, tem que ter coragem para ambos.”

Sabe-se que o medo do novo está atrelado à dificuldade em lidar com o desconhecido. Daí o desejo de permanência na situação que se domina, ainda que esta não seja a ideal. A

quebra da inércia que leva a esse cenário pode ser quebrada pela coragem.

Para ilustrar essa situação, Duda comenta sobre o campeonato mundial *indoor* de atletismo em Sopot, na Polônia, em 2014. Em sua sexta e última tentativa de salto, na final do salto em distância, Duda, que era o quinto colocado, havia errado quatro dos seus cinco saltos anteriores. Mas, lembra desse momento como sendo um ato de coragem. Preferiu arriscar errar novamente a desistir de buscar o resultado que sabia ter competência para alcançar.

“Perdido por perdido, é melhor ganhar não é, vamos arriscar tudo”.

Juntamente com a coragem surge o valor respeito, entendido como a confiança, mas também como honestidade. O chamado jogo limpo que é caracterizado pelo respeito à competição, às regras e, principalmente, ao adversário são narrativas que representam o modo de vida desses atletas.

Adauto conta que pautou sua vida como atleta no reconhecimento do outro como uma referência para sua excelência, mesmo quando diferenças de desempenho podiam ser um fator determinante para a vitória.

“Para você vencer, é preciso respeitar as pessoas. Se você não respeita você não considera aquele atleta como tendo um potencial, você menospreza”.

O menosprezo pelo outro pode surgir numa condição da vitória a todo custo. Mandell (1986) destaca que no esporte contemporâneo, marcado historicamente por condições particulares e em princípios de uma sociedade comandada por um sistema liberal, a vitória é o valor supremo da competição esportiva em detrimento da participação, isso porque a vitória está associada ao reconhecimento social, bens financeiros e o desejo de permanência no topo, levando à desconsideração por qualquer outro resultado e, porque não, ao adversário.

Pacheco (2010, p. 32) afirma que o excesso de confiança por uma vitória pode contribuir para o menosprezo ao adversário.

Assim a glória antecipada de algo que deveria ser conquistado pelo esforço, a pretensa superioridade, a desmesurada soberba e a deselegância, ao menosprezar o adversário, se constituíram como violações do “ritual da vitória” e contribuíram para fazer da decisão uma decepção dolorosa

Sendo assim é possível afirmar que o desrespeito é qualquer ação ou tentativa de ganhar uma vantagem competitiva em relação ao oponente com a clara intenção de

menosprezar a atuação do adversário.

Fabiana e Duda, respectivamente, definem e apontam a condição do respeito como base, não apenas para a competição, mas para a convivência com os adversários.

“Todas estão lá pra competir, pra tentar fazer sua melhor marca, mas ao mesmo tempo existe respeito.”

“Durante as provas eu procuro respeitar os atletas do jeito que eu acho que devo ser tratado.”

Serginho fala sobre as relações respeitadas, a partir das experiências vividas, tanto no clube como na seleção. Destaca a relação próxima entre o respeito e a confiança, tanto na convivência com o grupo, quanto no trato com o adversário.

“Respeito é uma palavra que vem associada a confiança, quando se perde o respeito, se perde a confiança. Dentro da quadra você deve respeitar o seu adversário, a partir do momento que você respeita o seu adversário, é sinal que você se preparou, e muito, para o enfrentar.”

O respeito, juntamente com a confiança e a amizade, forma uma tríade de valores que transcende os olímpicos. Essa aproximação aponta para a ausência de limites entre as forças que entram em jogo na vida competitiva do atleta e aponta a necessidade para a ampliação desse repertório moral. Poliana defende que o respeito caminha junto com a honestidade.

“Respeito eu acho que vem junto com a honestidade. Eu acho que não adianta ganhar de forma desonesta.”

Em seus escritos, Coubertin (1997, p. 208) já havia relacionado à honestidade ao respeito. Para o Barão, o Olimpismo é: “uma escola de nobreza e de pureza moral, bem como de resistência e energia física - mas só se [...] a honestidade e a abnegação do esportista forem desenvolvidas de forma tão acentuada quanto à força dos músculos”.

O entendimento da honestidade no esporte diz respeito à tentativa de se fazer uso de qualquer recurso seja para aumentar o desempenho, seja para interferir nas regras do jogo, negando assim qualquer forma de respeito ao esporte, ao adversário e, principalmente, a si mesmo.

Adauto, Duda, Fabiana e Poliana, respectivamente, apontam os mesmos princípios quando o tema é a excelência. Fazer seu melhor é o princípio fundamental do atleta de alto rendimento.

“A capacidade de realizar alguma coisa, da melhor maneira possível, com as ferramentas que você possui.”

“A gente é movido por isso. Então não pode faltar.”

“Dentro do esporte a gente tem que tentar fazer nosso melhor, tem que ter essa excelência em relação à técnica, foi uma coisa que eu sempre priorizei, a minha técnica, tentar fazer o mais perfeito possível porque assim eu conseguiria saltar alto.”

“Porque eu quero sempre mais, eu quero sempre melhor, eu quero sempre evolução.”

McNamee (2008) entende que as responsabilidades emulativas dos atletas de elite e outras considerações virtuosas devem ser apropriadamente iniciadas no esporte. Essa é uma questão crítica, tão premente como é antiga. Muitas vezes são histórias que ensinam acerca dos limites. Para o autor, muitas vezes é a apreciação pelos melhores padrões de excelência desportiva concebida como práticas eticamente valiosas e não meras arenas para a excelência física e os espetáculos de *Citius, Altius, Fortius*. Sempre se trata de modelos - exemplares do melhor em nós e de nós.

Para Serginho, o conceito da excelência caminha proximamente do conceito de perfeição.

“A excelência é perfeição, para mim é a perfeição, em qualquer situação, mas ninguém é perfeito.”

Hill et al. (2008) comentam que o perfeccionismo é caracterizado pela busca de elevado padrão de desempenho, com uma excessiva autocritica que pode acarretar em consequências danosas ao bem-estar do praticante. A influência do técnico ou de patrocinadores que impõem ao atleta padrões de desempenho e metas em conjunto com avaliações rigorosas, colocam em risco a busca pela perfeição em detrimento da aprovação social.

A busca da perfeição não pode ser tomada como uma obsessão pela superação, ou quebra de um recorde, condição que pode desencadear a busca do resultado desejado por meios ilícitos. O comentário de Serginho que “ninguém é perfeito” subentende que todos têm um limite. Silva e Rubio (2003, p. 70) apontam para esse caminho ao afirmar que “Conhecer o limite que se apresenta no momento em que ele é vivido, para poder superá-lo adiante, [...], insinua que na realização esportiva o máximo está sempre a ser alcançado”. A marca maior do

esporte é seu efeito multiplicador. Atletas mais antigos influenciam os mais novos a superar seus feitos e suas marcas. Ser inspirado e inspirar outra pessoa são uma constante nas narrativas dos atletas. Inspirados ou tendendo a se inspirar pelo espírito esportivo bem como transmitir esse espírito, estabelece uma estreita relação entre as pessoas.

Adauto comenta sobre a importância de ser um modelo, de como uma pequena frase pode fazer a diferença no comportamento das pessoas.

“É uma responsabilidade muito grande, você servir de inspiração, ou servir de motivação para algumas pessoas, responsabilidade em querer fazer o bem, em querer fazer que aquela pessoa siga um caminho correto.”

Ele relembra uma história de quando já estava no final da sua carreira atlética e, encontrou outro atleta da sua geração em uma competição com o filho adolescente, admirador do Adauto, a quem dirigiu algumas palavras. Chegou a pensar que haviam sido em vão, pois o menino aparentemente não deu importância. Passados alguns anos, durante uma competição, foi cumprimentado por um atleta que negativamente lembrou-se daquela situação. Meio sem entender, Adauto disse que não pensava em encontrá-lo como atleta, pois achava que suas palavras não seriam ouvidas. Diante de sua incredulidade, o jovem atleta disparou: “Tanto que ouvi tudo que você disse, que de lá para cá não parei, e está tudo gravado na minha cabeça”.

“Às vezes você acha que o que diz não tem importância, mas as palavras calam fundo aos ouvidos de alguns”.

O atleta tem o poder mimético de influenciar e inspirar, torna-se um modelo orientador ao assumir a responsabilidade de suas ações e tem a capacidade de agregar valor a essas ações. Há uma representação simbólica na ação dos atletas, que fica evidente na história narrada por Adauto. Para Pasavento (2003, p. 41), ações: “dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais”.

Duda cita que tem como modelo inspirador outro atleta, Claudinei Quirino. A história de vida de Claudinei é marcada por muitas dificuldades e persistência, desde a infância pobre num orfanato até ser medalhista olímpico.

“Ele é um exemplo de superação. A história de vida dele é uma inspiração para mim”.

Poliana e Fabiana, respectivamente, colocam suas realizações e sonhos como fonte

inspiradora para outras pessoas.

“Minha história de ter demorado tanto tempo para conseguir uma medalha olímpica seja um pouco de inspiração para as outras pessoas, porque de uma forma ou de outra, nunca é tarde para a gente sonhar e nunca é tarde para a gente ir atrás dos nossos sonhos e se não chega agora eu preciso continuar plantando, continuar cultivando esse sonho”.

“Acho que os sonhos que a gente tem, os desafios, é sempre uma inspiração que a gente vai criando dentro da gente pra conseguir alcançar o objetivo”.

É possível afirmar que a inspiração tem uma relação com a transcendência. Não é raro desenvolver admiração por aqueles que fogem à média, que sonham e têm orgulho de quem são, que buscam superar as dificuldades e lutam por realizações. Nesses casos, otimismo e esperança são características valorizadas, porque indicam um sentido de autorrealização (PETERSON e SILIGMAN, 2004). Através do discurso dos atletas é possível inferir que: “As possibilidades são legitimadas e as pessoas são inspiradas (p. 527)”.

A rotina desgastante de treinos, jogos e competições, aliada à idade fazem de Serginho, um exemplo de determinação e de inspiração, demonstrando a capacidade do esporte influenciar novas gerações de atletas.

“Na minha idade conseguir treinar ainda, tem que ter muita inspiração, a gente busca do fundo do coração. [...] Espero que essa história seja motivação para as pessoas”.

Os atletas associam o valor determinação com os objetivos da carreira atlética. Com a vida dedicada a treinos e competições, resta pouco tempo para a experimentação de outras experiências de vida. Reinventar o cotidiano e os objetivos é um desafio que determina o futuro da carreira atlética. Duda conta que, após um período de resultados surpreendentes e inesperados, teve que se “reinventar”, condição experimentada constantemente ao longo da carreira, seja ela longa ou breve.

“A gente vai mudando o treinamento, mudando maneira de iniciar as competições, iniciar o período competitivo, mas buscando sempre chegar ao mesmo objetivo. [...] Novos rumos foram traçados na minha vida esportiva, Pensei: “É isso que eu tenho que fazer. Me dedicar mais”. Então, você busca a intensidade, você está mais próximo do seu limite”

Fabiana e Serginho, respectivamente, conduzem sua ideia sobre o valor determinação

na direção do enfrentamento das dificuldades e na necessidade da busca do desconhecido.

“Determinação de ir lá e querer ir buscar algo a mais, sentir aquele cansaço, aquela dor, então essa determinação de ir lá e se superar e ir até o seu limite.”

“Ser determinado a repetir tudo de novo, sabendo que aquilo que você tinha feito ontem já não serve mais para nada.”

A determinação do enfrentamento das longas horas de prática e de trabalho árduo é recompensada pelo bom desempenho ou uma vitória. Nesse caso, o planejamento da ação esportiva seria comparado à prudência, valor fundamental para que o limite não seja desrespeitado, causando danos a toda uma carreira. Adaauto revela que o planejamento e as mudanças ao longo da carreira do atleta requerem certo grau de prudência e o reconhecimento do momento certo das coisas.

“Inclusive a paciência faz parte disso, porque eu posso ser determinado a chegar a um objetivo, mas meus objetivos vão mudando e eu tenho que mudar.”

Para Comte-Sponville (2009), a prudência: “É a disposição que permite deliberar corretamente sobre o que é bom ou mau para o homem (não em si, mas no mundo tal como é, não em geral, mas em determinada situação) (p. 38)”. A prudência é a virtude da duração, da paciência e da antecipação, que separa a ação do impulso.

Brown (1990) sugere que o atleta prudente é aquele que não se engaja em atividades que podem encurtar ou limitar sua vida atlética futura. Por outro lado, Schneider e Butcher (1994) afirmam que o atleta deve escolher entre uma vida atlética prolongada ou um breve momento de glória.

Só a prudência é capaz de desfazer esse círculo, que para Guitton (1999, p. 7) corresponde a: “fazer prevalecer em si o homem de longa duração sobre o homem do instante”.

Poliana, em diversos momentos de sua carreira, teve vontade de desistir do esporte pelos resultados inexpressivos e pelas lesões. Um dos episódios mais sérios foi nos Jogos Olímpicos de Londres (2012), quando teve que abandonar a competição por causa de hipotermia (a água do local da prova estava muito fria), retornando à prova, mas já sem condição de disputar pódio.

“É o que acaba me movendo, porque eu já tive tantas oportunidades de desistir e eu acho que foi a minha determinação, a minha obsessão, a minha obstinação, que me fez seguir em frente.”

A obsessão pelo rendimento ou pela competitividade pode ser um traço de desvalorização dos valores olímpicos. Ao mesmo tempo, a competição e a busca pelo melhor rendimento são características intrínsecas do esporte. Guttman (1994) considera a obsessão pelos *records* como uma forma moderna do alcance da imortalidade que os atletas da Antiguidade, metaforicamente, conseguiam.

Se a determinação marca a diferença entre o atleta mediano e o olímpico, é a igualdade o valor que aproxima a todos, independentemente de seu grau de habilidade. A igualdade de condições no esporte deveria ser a igualdade de oportunidades.

Adauto, Fabiana e Duda, respectivamente, apontam que a igualdade de oportunidades e condições são fatores preponderantes para o esporte, como instituição que produz cultura e desenvolvimento social. Contudo, condições financeiras, de equipamento e de treinamento a atletas de países desenvolvidos desfazem essa condição, que pode ser compensada dentro competição com um esforço a mais, na tentativa de retomar essa igualdade.

“Porque a gente vivia em situações diferentes, eu procurava a nossa igualdade na pista, a nossa igualdade na competição. [...] No momento que achar que não tenho as mesmas condições que você, eu vou desistir pelo meio do caminho”.

“Ideal é todos competirem de igual para igual. Mas muitas vezes isso não acontece. As condições de treino são diferentes, a cultura, é bom ter essa igualdade de competitividade.”

“É claro que nós vivemos no sistema de méritos. Se você tem respeito, você automaticamente concorda com a igualdade.”

Coubertin, segundo Müller (2004), entendia que: “A prática dos exercícios desportivos não produz igualdade de condições, mas igualdade de relações (p. 204)”, ou seja, o esporte baseia-se na competição e na ajuda mútua, e não elimina desigualdades nas condições sociais. Há nisso uma forma de dilema contemporâneo permeado pela luta entre as ações individuais dos atletas, que são afetadas pelo sistema de exploração do espetáculo, e por ações coletivas como o trabalho em equipe e demais relações sociais. Numa visão positivista do esporte, os regulamentos e as regras garantem uma igualdade de condições e, por consequência, uma participação igualitária de diferentes classes sociais ou capacidades físicas. Ou seja, será vitorioso aquele que conseguir o melhor treinamento para o desenvolvimento de suas

habilidades, e nessas condições, o mérito é pelo esforço individual. Os *rankings* esportivos são a forma de exemplificar um sistema de mérito, no qual os melhores atletas ranqueados recebem melhores ajudas financeiras e, conseqüentemente, melhores condições de treinamento. Como aponta Bourdieu (1984), a participação esportiva é certamente limitada pelo acesso de uma pessoa às várias formas de capital, seja econômico, cultural, social, simbólico ou político.

A desigualdade de gênero é apontada por Poliana como uma das metas a serem superadas na aplicação dos valores olímpicos.

“Igualdade principalmente de gêneros, porque ainda existe uma atenção maior voltada para o masculino. Acho que as mulheres estão ganhando mais espaço na forma que vai passando o tempo.”

Dunning e Maguire (1997, p. 321) comentam essa situação: “[...] lugares socialmente aceitos para o ensino, a expressão e a perpetuação dos *habitus* (ou maneiras de ser), das identidades, do comportamento e dos ideais masculinos”. Muito dessa desigualdade é perpetuada em nossas próprias escolas, onde a prática de separação entre gêneros nas aulas de Educação Física é uma constante.

Serginho destaca que a igualdade deve começar no âmbito esportivo, mas deve se multiplicar na vida cotidiana, fazendo do atleta alguém “comum”.

“Você mostrar para a pessoa que você é igual a ela, [...] qual é a minha diferença para qualquer pessoa. Nenhuma. Eu sinto medo, eu sinto dor, eu o choro, eu dou risada, sou falho em certos momentos da vida, a gente não é a perfeição.”

Nasco e Webb (2006) afirmam que o atleta possui duas identidades: a privada e a pública. A privada se manifesta na percepção de que ele pensa e se sente como atleta e que a participação em competições, por exemplo, é uma forma de autoexpressão dessa identidade. O aspecto público está na condição de figura reconhecida por seus feitos, muitas vezes confundidos como representação de um grupo ou mesmo nação.

Ser visto como alguém capaz de grandes proezas faz com que as pessoas queiram ser iguais aos atletas, ou pelo menos, sonham com essas grandes realizações. Contudo, suas falhas, como um salto mal executado ou a perda de um jogo nos últimos segundos, também são percebidos pelo público como um sentimento de frustração. Para Nasco e Webb (2006, p. 436): “O atleta carrega uma carga pública, porque a autoestima de outros indivíduos pode

depende desse desempenho, como quando os fãs desfrutam da glória refletida nos desempenhos atléticos bem-sucedidos”.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num momento em que a sociedade prega o amadurecimento ético e moral de seus representantes nas mais diversas esferas públicas, seja ela esportiva, política, social ou cultural, os valores olímpicos são uma forma de trazer à tona os elementos essenciais para a formação de uma personalidade ética.

Lembrando-se da questão “que vida eu quero viver?”, sob uma perspectiva ética, emerge um pensamento que leva à busca da felicidade que engloba nós mesmos e os outros, o que faz supor que as instituições devam ser justas, que apresentem virtudes morais. Nessa circunstância, o que nos define como uma personalidade ética são as razões que nos fazem seguir o caminho da moral, agindo coerentemente com os valores que possuímos.

Isto posto, observam-se ao longo da história da humanidade, transformações sociais, que envolveram mudanças políticas, econômicas e, conseqüentemente, morais. Na sociedade contemporânea, convivem-se as conseqüências das transformações desencadeadas por diferentes grupos sociais, que produziram novos elementos ou, mesmo, valorizaram a matriz de valores vigentes.

Configura-se, como Elias enfatizou, uma relação de horizontalidade das relações entre atletas, instituições e espectadores do “produto” esporte, uma vez que a sociedade pede uma não uniformidade entre os poderes constituídos, em que subordinados (atletas) e subordinadores (dirigentes esportivos) possam através do diálogo, a construção conjunta do conhecimento pela habilidade e pela experiência recíproca desses atores. Nesse compasso, a humildade, que não seja uma postura de subserviência, e o respeito mútuo podem transformar e evocar a humanidade das relações em que se traduza para uma hierarquia multidirecional, ou seja, sentir-se como iguais.

No esporte, com o transcorrer do tempo, também ocorreram profundas mudanças que acarretaram em novas perspectivas, tanto para os atletas como para as instituições esportivas. Um dos principais pilares do esporte olímpico, o amadorismo, é uma prova da dinâmica da moral esportiva.

Se no início do Movimento Olímpico, Coubertin enfatizou o amadorismo como uma precaução contra a deturpação do esporte “feito por amor”, tornando-se, assim, uma referência dos Jogos e do Olimpismo, o que se observou ao longo do Século XX foi a insustentabilidade desse preceito diante das necessidades criadas para a competição olímpica e seus protagonistas, os atletas. Outros valores como a igualdade e o *fair play* também tiveram seu embate. A aristocracia entendia que a igualdade era um valor que compreendia somente

as classes sociais de elite, ou seja, aquelas que tinham acesso ao esporte olímpico; porém, no estado democrático que se estabeleceu na modernidade, a igualdade pode ser compartilhada como um valor para todas as classes sociais, em diferentes culturas. O *fair play* tem um caráter subjetivo, uma vez que não está limitado por regras escritas, mas é legitimado culturalmente. Baseado num comportamento atlético conservador, o cavalheirismo esportivo serviu por muito tempo como orientação para os atletas e todos aqueles que, de algum modo, participam do Movimento Olímpico, embora não fosse amplamente seguido.

Com as transformações ocorridas durante a segunda metade do século XX, o esporte sofreu uma alteração de sentido perante a sociedade. Seu fim, como uma prática desvinculada de interesses políticos e comerciais, passou por um claro processo de mercantilização, adquirindo um status de espetáculo.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi entender a compreensão dos valores olímpicos por atletas olímpicos brasileiros situados em momentos diferentes, amadorismo e profissionalismo, da história olímpica.

Observa-se que questões como a perfeição ou o perfeccionismo e a competitividade são temas mais recorrentes nas narrativas dos atletas do período do profissionalismo. A competitividade extrema é um meio de sobrevivência dentro do ambiente esportivo e, conseqüentemente, um meio de subsistência financeira, isso em virtude da lógica mercantilista do esporte contemporâneo que colabora para a ênfase na competitividade. Se, por um lado, os Jogos Olímpicos são considerados um marco de gigantismo, comercialização e perfeccionismo que conduz os atletas a desempenharem todo o seu potencial atlético, por outro, representa uma realização pessoal do atleta.

Outra constatação é a ligação entre os valores coragem e determinação, diferenciando o tempo de sua execução. Lembro-me de quando escutava os jogos de futebol pelo rádio com meu pai e da famosa frase do radialista esportivo Fiori Gigliotti “E o tempo passa...”, quando queria se referir a uma equipe que precisava fazer um gol. O tempo, mais precisamente sua duração até uma meta, é o fundamento para entender a diferença. A coragem remete ao enfrentamento de uma situação iminente, cuja solução dever vir acompanhada de um ato imediato. De outra forma, a determinação sugere planejamento e organização de trabalho para, também, enfrentar uma situação, porém que está em um plano futuro. No caso da metáfora do radialista, a coragem está relacionada ao enfrentamento do momento do jogo com prontidão e a determinação para traçar uma estratégia para o jogo ser vitorioso.

O profissionalismo pode ser um meio para auxiliar o atleta no processo de internalização do seu papel perante a sociedade. A motivação e o perfeccionismo dos atletas

se ajustam perfeitamente aos padrões de rendimento que se esperam dele. Porém, espera-se que o atleta tente se liberar dessas armadilhas. A transcendentalidade é o inalcançável e, ao mesmo tempo, algo com que sonhar, configurando um importante testemunho do atleta de nível olímpico que, através de sua busca implacável, do desempenho final, busca “apenas” a perfeição.

Paradoxalmente, o amadorismo e o profissionalismo, apesar de conceitualmente se situarem em lados opostos, trazem muito em comum quando tratamos de buscar a essência do pensamento dos atletas em relação aos valores olímpicos. No transcorrer das narrativas, os detalhes das competições e dos treinamentos, o convívio com os companheiros ou oponentes nas quadras, pistas, piscinas e campos, emergem uma significância em termos que nem tudo é completamente amador ou profissional. Em certos momentos, deparamos com anseios e características do amadorismo no profissionalismo e vice-versa.

Em tempos de profissionalismo, o simples fato de jogar e ter prazer com isso são, em muitas ocasiões, mais importantes que vencer, em que o jogar de acordo com as regras impõe ao atleta uma condição de altiveza. Mas para que haja o prazer, como menciona Elias, é necessário um equilíbrio entre as tensões causadas pela disputa de forças que resultam em vitórias e derrotas, mas com oportunidades iguais. O convívio entre os atletas, a troca de experiência entre os novatos e os veteranos, permitem uma melhor sociabilização, caracterizada pela transmissão do conhecimento e sendo objeto de afeição entre seus pares.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, U. F. Respeito e autoridade na escola. In: ARAÚJO, U. F. . **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1999.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007
- _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. **Homens em Tempos Sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.
- ARNOLD, P. J. Sport as a valued human practice: a basis for the consideration of some moral issues in sport. **Journal of Philosophy of Education**, v. 26, n. 2, p. 237-255, 1992.
- _____. The Virtues, Moral Education, and the Practice of Sport. **Quest**, v. 51, p. 39-54, 1999.
- AUSTIN, M. W. Is humility a virtue in the context of sport? **Journal of Applied Philosophy**, v. 31, n. 2, p. 203-214, 2014.
- BALYI, I. O desenvolvimento do praticante a longo prazo: sistema e soluções. **Treino Desportivo**, Lisboa, n.23, p. 22-27, 2003.
- BINDER, D. L. **Teaching Olympism in schools: Olympic Education as a focus on values education: university lectures on the Olympics**. . Internacional Chair in Olympism (IOC-UAB). UAB, C. D. E. O. Barcelona 2005.
- BIRREL, S. Sport as ritual: Interpretation from Durkheim to Goffman. **Social Forces**, v. 60, n. 2, p. 354-376, 1981.
- BLUM, L. A. **Moral perception and particularity**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1994.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- _____. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRANDÃO, J. S.. **Mitologia grega**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BREIVIK, G. Trends in adventure sports in a post-modern society. **Sport in Society**, v. 13, n. 2, p. 260-273, 2010.
- BROWN, W. M.. Practices and prudence. **Journal of the Philosophy of Sport**. v. 17, n. 1, p. 71-84, 1990.
- BROWNLEE, H. **Global initiatives in Olympic Education**. 39th Session: International Olympic Academy 1999.
- BRUNER, J. **Atos de Significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- _____. **Fabricando Histórias: Direito, Literatura, Vida**. São Paulo: Letra e Voz, 2014.
- CALDAS, A. L. **Oralidade, texto e história**. São Paulo: Loyola, 1999.
- CHATZIEFSTATHIOU, D. **The changing nature of the ideology of Olympism in the modern Olympic era**. Dissertação. Loughborough University, London, 2005.
- CHAUÍ, M.. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1989
- CÍCERO, M. T. **Da amizade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- COAKLEY, J. **Sport in Society: Issues and Controversies**. St. Louis, Missouri: Mosby, 1992
- Comitê Olímpico Internacional (2014). **Carta Olímpica**. Lausanne: Comitê Olímpico Internacional.
- COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno tratado das grandes virtudes** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- CONNAUGHTON, D.; HANTON, S.; JONES, G. The Development and Maintenance of Mental Toughness in the World's Best Performers **The Sport Psychologist**, v. 24, n. 2, p. 168-193, 2010.

- CORLETT, J. Virtue lost: Courage in sport. **Journal of the philosophy of sport**, v. 23, p. 45-57, 1996.
- COSTA, D. M.; GUTHRIE, S. R. **Women and sport: interdisciplinary perspectives**. Champaign: Human Kinetics, 1994
- Coubertin, P. **The Olympic idea: Discourses and essays**. Olympia: Olympischer Sport-Verlag, 1966.
- COUBERTIN, P. **Olimpismo: Seleção de textos**. In: MÜLLER, N. e TODT, N. S. (Ed.). Porto Alegre: EdPUCRS, 2015
- COULTER, T. J.; MALLETT, C. J.; GUCCIARDI, D. F. Understanding mental toughness in Australian soccer: perceptions of players, parents, and coaches. **Journal of Sports Sciences**, v. 28, n. 7, p. 699-716, 2010.
- DERRIDA, J. The Politics of Friendship. **The Journal of Philosophy**, v. 85, n. 11, p. 632-644, 1988.
- DONELLY, P. The local and the global: globalization in the sociology of sport. **Journal of Sport & Social Issues**, v. 20, n. 3, p. 239-257, 1996.
- DUDA, J. L. Sport and exercise motivation: A goal perspective analysis. **Motivation in sport and exercise**, p. 57-91, 1992.
- DUDA, J. L.; WHITE, S. A. Goal orientations and beliefs about the causes of sport success among elite skiers. **The sport psychologist**, v. 6, n. 4, p. 334-343, 1992.
- DUNNING, E. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, N. e DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1985.
- DUNNING, E.; MAGUIRE, J. As relações entre os sexos no esporte. **Estudos Feministas**, p. 321-348, 1997.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994,
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1985.
- FEEZELL, R. M. Sportsmanship. **Journal of the Philosophy of Sport**, v. 13, n. 1, p. 1-13, 1986.
- FELDMAN, S. Objectivity, Pluralism and Relativism: A Critique of Macintyre's Theory of Virtue. **The Southern journal of philosophy**, v. 24, n. 3, p. 307-319, 1986.
- FROST, R. O. et al. The dimensions of perfectionism. **Cognitive therapy and research**, v. 14, n. 5, p. 449-468, 1990.
- FUTADA, F. M. Educação Olímpica: conceito e modelos. In: RUBIO, K. (Ed.). **Educação olímpica e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- GALUPPO, M. C. **Igualdade e diferença: Estado democrático de direito a partir do pensamento de Habermas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- Giglio, S. S. COI x Fifa: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos. Dissertação (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- GIGLIO, S. S.; DAOLIO, J. **Futebol-arte ou futebol-força? O estilo brasileiro em jogo. Futebol, cultura e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2005.
- GUCCIARDI, D. F. et al. Motivational correlates of mentally tough behaviours in tennis. **Journal of Science and Medicine in Sport** v. 18, n. 1, p. 67-71, 2015.
- GUITTON, J.; ANTIER, J-J.. **O Livro da Sabedoria e das Virtudes Reencontradas**. Lisboa: Editorial Notícias, 1999
- GUTTMANN, A. **Games and Empires**. New York: Columbia University Press, 1994.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HARGREAVES, J. **Heroines of sport: The politics of difference and identity**. London: Psychology Press, 2000.

- HELSEN, W. F.; STARKES, J. L.; HODGES, N. J. Team sports and the theory of deliberate practice. **Journal of Sport and Exercise psychology**, v. 20, n. 1, p. 12-34, 1998.
- HILL, A. P; HALL, H. K; APPLETON, P. R; KOZUB, S. A. Perfectionism and burnout in junior elite soccer players: The mediating influence of unconditional self-acceptance. **Psychology of Sport and Exercise**, v.9, n.5, p.630-644, 2008.
- HOBBSAWM, E. Introdução: A Invenção das Tradições. In: Hobsbawm, E. e Ranger, T. (Eds.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSAWM, E. **Nações e Nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1990.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2015.
- HOMERO. **Ilíada**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- HOOFT, S. V. **Understanding virtue ethics**. London: Acumen, 2006.
- HUIZINGA, J. **Homo Ludens: a Study of the Play Element in Culture**. London: Paladin, 2010.
- HUGHES, R.; COAKLEY, J. Positive deviance among athletes: The implications of overconformity to the sport ethic **Sociology of Sport Journal**, v. 8, p. 307-325, 1991.
- HYLAND, D. Competition and friendship. **Journal of the Philosophy of Sport**, v. 5, n. 1, p. 27-37, 1978.
- JONES, K. Sport and friendship. **Journal of philosophy of education**, v. 35, n. 1, p. 131-140, 2001.
- KAMII, C. **A criança e o número**. Campinas: Papirus, 1995.
- KANT, I. **Lectures on Ethics** London: Cambridge University Press, 1997.
- KIDD, B. The Aspirations of Olympism: a framework for considering the athlete's experience in the Olympic Movement at the close of the twentieth century. Internacional Chair in Olympism (IOC-UAB). Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics – UAB, 2005.
- KIRBY, L. D.; MORROW, J.; YIH, J. The challenge of challenge: Pursuing determination as an emotion. In TUGADE, M. M.; SHIOTA, M. N.; KIRBY, L. D. (Eds.). **Handbook of positive emotions**. New York, NY: Guilford, 2014.
- KONSTAN, D. **Friendship in the classical world**. London: Cambridge University Press, 2005.
- KONTER, E.; JOHAN N.G.; MEHMET, B. Revised version of sport courage scale for children. **Energy Education Science and Technology: Social and Educational Studies**, v. 1, p. 331-340, 2013.
- KRETCHMAR, R. S. Soft metaphysics: a precursor to good sports ethics. **Ethics and sport**, p. 19-34, 1998.
- LA TAILLE, Y. Para um Estudo de Psicologia das Virtudes Morais. **Educação e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 109-121, 2000.
- _____. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 13-25, 2002.
- LENK, H. **Toward a social philosophy of the Olympics: Values, aims and reality of the modern Olympic movement**. West Point, NY: Leisure Press, 1976.
- LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.
- LOLAND, S. Record sports: An ecological critique and a reconstruction. **Journal of the Philosophy of Sport**, v. 28, n. 2, p. 127-139, 2001.
- _____. **Fair play in sport: A moral nom system**. New York: Routledge, 2002.
- _____. Fairness in sport: An ideal and its consequences. In: MCNAMEE, M. (Ed.). **The ethics of sports: A reader**. New York: Routledge, 2010.
- MACINTYRE, A. **Depois da virtude: um estudo em teoria moral**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

- MAGILL, R. **Aprendizagem motora: Conceitos e aplicações**. São Paulo: Edgard Blucher, 2000.
- MALTER, R. Eurythmie des Lebens als Ideal menschlicher Existenz. Bemerkungen zu Coubertins geschichtsphilosophischer Anthropologie. In: MULLER, N. e MESSING, M. (Ed.). **Auf der Suche nach der Olympischen Idee**. Kassel: Agon, 1996.
- Mandell, R.D. Historia cultural del deporte. Barcelona: Bellaterra, 1986.
- MARTINS, C. J.; ALTMANN, H. **Características do Esporte Moderno segundo Elias e Dunning**. X Simpósio Internacional: Processo Civilizador. Campinas, 2007.
- MCNAMEE, M. Sports, virtues and vices: Morality plays. London: Routledge, 2008.
- MEIHY, J. C. S. B. Definindo história oral e memória. **Cadernos CERU**, v. 5, n. 2, p. 52-60, 1994.
- MONTAIGNE, M. **Ensaio. vol. I e II**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MORETTI, A. R.; TAPETTI, C. H. Educação Olímpica formal, não formal e informal. In: RUBIO, K. (Ed.). **Educação olímpica e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- MÜLLER, N. **Olympic education: University lecture on the Olympics Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB). Internacional Chair in Olympism (IOC-UAB)**. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB) 2004.
- NISSIOTIS, N. Olympism and Today's Reality. In: **International Olympic Academy Proceedings**. Athens: International Olympic Academy, p. 57-74, 1984.
- NASCO, S. A.; WEBB, W. M. Toward an expanded measure of athletic identity: The inclusion of public and private dimensions. **Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 28, n. 4, p. 434-453, 2006.
- ORTEGA, F. **Genealogias da amizade**. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- PACHECO, L. T. Memórias da tragédia: masculinidade e envelhecimento na Copa do Mundo de 1950. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2010.
- PAINE, R. In search of friendship: An exploratory analysis in 'middle-class' culture. *Man*, v. 4, n. 4, p. 505-524, 1969.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns atributos. **Análise Social**, v. 25, p. 139-165, 1990.
- PARRY, J. Physical education as Olympic education. **European Physical Education Review**, v. 4, n. 2, p. 153-167, 1988.
- PARRY, J. Sport and olympism: Universals and multiculturalism. **Journal of the Philosophy of Sport**, v. 33, n. 2, p. 188-204, 2006.
- PEREZ, C. R.; RUBIO, K. The understanding of Olympic values by Brazilian Olympic athletes. **International Journal of Humanities Social Sciences and Education**, v. 1, n. 12, p. 37-43, 2014.
- PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PETERSON, C.; SELIGMAN, M. **Character strengths and virtues: A handbook and classification**. Washington: APA, 2004.
- PIAGET, J. **Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança**. Rio de Janeiro: Wak, 2014.
- PIEPER, J. **Living the truth**. San Francisco (USA): Ignatius Press, 1989.
- POIRIER, J.; VALLADON, S. C.; RAYBAUT, P. **Histórias de vida. Teoria e prática**. Oeiras: Celta, 1999.
- POLANYI, M. **The tacit dimension**. London: Routledge & Kegan Paul, 1998.
- PORTELA, J. Amadorismo e profissionalismo na Grécia antiga. In: OLIVEIRA, F. (ed.). **O espírito olímpico no novo milênio**. Coimbra: Coimbra University Press, 2000.
- QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988.

- RAWLINS, W. K. **Friendship Matters: Communication, Dialectics and the Life Course**. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1992.
- RAWLS, J. **Uma teoria de justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2000
- REID, H. L. Olympic sport and its lessons for peace **Journal of the Philosophy of Sport**, v. 33, p. 205-214, 2006
- _____. Heracles' Dilemma: Is Strength Really a Virtue? In: HOLOWCHAK, M. A.; TODD, T. **Philosophical reflections on physical strength: Does a strong mind need a strong body?** New York: Edwin Mellen Press, 2010.
- _____. Athletic Beauty in Classical Greece: A Philosophical View. **Journal of the Philosophy of Sport**, v. 39, p. 1-17, 2012.
- _____. **Kalokagathia: Understanding Olympic ethics in terms of beautiful goodness**. 13th International Session for Directors of National Olympic Academies IOA. Internacional Olympic Academy, 2014.
- RICOEUR, P. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papirus, 1991
- _____. A identidade narrativa e o problema da identidade pessoal. **Arquipélago**, v. 7, p. 177-194, 2000.
- RUBIO, K. A Psicologia do esporte: Histórico e áreas de atuação e pesquisa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 19, n. 3, p. 60-69, 1999
- _____. **O atleta e o mito do herói**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- _____. **Medalhistas olímpicos brasileiros: histórias, memórias e imaginário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006
- _____. Estrutura e dinâmica dos grupos esportivos. In: RUBIO, K. (org.). **Psicologia do Esporte: teoria e prática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- _____. **Heróis olímpicos brasileiros**. São Paulo: Zouk 2004.
- _____. Ética e compromisso social na psicologia do esporte. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 304-315, 2007.
- _____. O legado heroico do papel social do atleta. In: DACOSTA, L. (Ed.). **Legados em megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- _____. **Esporte, educação e valores olímpicos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- _____. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 1, p. 55-68, 2010.
- _____. **Atletas olímpicos brasileiros**. São Paulo: SESI, 2016.
- RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. De espectadoras a protagonistas - A conquista do espaço esportivo pelas mulheres. **Movimento**, v. 5, n. 11, p. 50, 1999.
- ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: (Ed.). **Rousseau**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- SANDEL, M. J. **Justiça: O que é fazer a coisa certa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013
- SANTOS, R. C. Z. O desafio da coragem na constituição do herói: Odisseu e Roseno. **Letras & Letras**, v. 31, n. 1, 2015.
- SKILLEN, A. Sport is for losers. In: MCNAMEE, M.J.; PARRY, S.J. (Eds.), **Ethics & Sport**. London: Routledge, 2000.
- SILVA, T. T. **Documentos de Identidade – Uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- SILVA, M. L.; RUBIO, K. Superação no esporte: limites individuais ou sociais? **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 3, n. 3, p. 69-76, 2003.
- SCHNEIDER, A. J.; BUTCHER, R. B. For the love of the game: A philosophical defense of amateurism. **Quest**, v. 45, n. 4 p. 460-469, 1993.
- TAMBURRINI, C. The "hand of God"? In: MCNAMEE, M. (Ed.). **The ethics of sports: A Reader**. New York: Routledge, 2010.

- TAYLOR, C. **Sources of the Self**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- TILLMANN-HEALY, L. M. Friendship as Method. **Qualitative Inquiry**, v. 9, n. 5, p. 729-749, 2003.
- THRASH, T. M.; ELLIOT, A. J. Inspiration as a Psychological Construct. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 84, n. 4, p. 871-889, 2003.
- _____. Inspiration: core characteristics, components processes, antecedents, and function. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 87, n. 6, p. 957-973, 2004.
- TUBINO, J. M. Educação Física e Esporte: da teoria pedagógica ao pressuposto do direito. **Acesso em**, v. 17, 2005.
- TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- TUXILL, C.; WIGMORE, S. 'Merely meat'? Respect for persons in sport and games. In: MCNAMEE, M. J.; PARRY, S. J. (Ed.). **Ethics and sport**. London: Routledge, 1998.
- VALLERAND, R.; DECI, E.; RYAN, R. Intrinsic Motivation in Sport. In: VALLERAND, R. **Exercise and Sport Sciences Reviews**. New York: Macmillan, 1987
- WALTON, D. N. The virtue of courage. **The World and I**, v. 12, p. 595-609, 1987.
- WATSON, N. J.; WHITE, J. Winning at All Costs. In: Lewis, C. S. **Modern Sport: Reflections on Pride and Humility**. 2007.
- WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- WIGMORE, S.; TUXILL C. A consideration of the concept of fair play. **European Physical Education Review**, v. 1, n. 1, p. 67-73, 1995.
- YONNET, P. **Huit leçons sur le sport**. Paris: Gallimard, 2004.
- ZÍLIO, A. O conteúdo educacional do esporte. **Movimento**, v. 1, n. 1, p. 6-9, 1994.